

Carlos
Carvalhas
em
conferência
de
imprensa

Em Janeiro e Fevereiro

20 mil trabalhadores perderam o seu emprego

«Exige-se uma política
radicalmente diferente»

Pág. 3



O camarada Chris Hani, secretário-geral do Partido Comunista da África do Sul e dirigente do Congresso Nacional Africano, assassinado a tiro, no passado sábado, por um membro do partido de extrema-direita AWB

Racismo assassina dirigente comunista

Pág. 15

O ESCÂNDALO 4 anos de privatizações

Págs. 20 e 21



Capitães da indústria capitalista confessam-se

— artigo de *Manoel Lencastre*

Pág. 23



A Bulgária caminhou para trás

— artigo de
Miguel Urbano Rodrigues

Págs. 24 e 25



Palavras de hoje a pensar no amanhã

— artigo de *Sérgio Teixeira*

Pág. 19

EDITORIAL

A palavra de Cavaco

Tal como a imagem, a palavra de Cavaco também está em queda. Tudo indica que o discurso do Primeiro-Ministro atravessa uma crise de credibilidade mesmo em relação a largos sectores onde até agora inspirava confiança.

São abundantes as razões do descrédito da oratória cavaquista. Um vem de trás como as promessas eleitorais defraudadas e esquecidas, a penosa realidade económica e social em que deu afinal a apregoada "democracia de sucesso", a aridez em que se transformou o "oásis" garantido ainda há poucos meses. Outras mais recentes e que foram apresentadas como resposta à crise, nomeadamente o delírio dos pacotes dos milhões, cada vez mais desmascarados como uma grande fraude para tentar conter o descontentamento e a luta, e mascarar a política governamental que está a afundar o País.

A palavra de Cavaco Silva está, entretanto, posta em causa de forma ainda mais flagrante por dois factos recentes:

- O primeiro, relaciona-se com a sua tranquilizadora "conversa em família" da passada semana, logo desmentida pelos indicadores económicos vindos a público, e que o Primeiro-Ministro, seguramente, conhecia e ocultou, o que demonstra o seu propósito de enganar o País.

- O segundo, relaciona-se com mais uma situação de alegada corrupção em relação aos fundos comunitários, desta vez envolvendo um secretário de Estado, que já pediu a demissão, o que volta a atirar por terra "a imagem do Estado membro exemplar na forma como aplica os fundos comunitários", que Cavaco Silva exaltou recentemente na Assembleia da República.

O Primeiro-Ministro não se pode queixar do tratamento dado à sua alocução televisiva pela comunicação social. O acolhimento foi em geral benevolente ou mesmo reverente, como no caso do "Público" que tituló "Uma lição na televisão" a peça principal que lhe dedicou. (O Belmiro de Azevedo deve estar à espera de algum apoio governamental para as disputas que mantém com a família Pinto Magalhães.)

O pior foi quando nos dias seguintes vieram a público os novos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística, da Eurostat e a nova síntese da conjuntura do Banco de Portugal. Confirmou-se que a situação do País é muito mais grave do que a que o Primeiro-Ministro pintara na sua "conversa em família".

Mas Cavaco Silva conhecia os indicadores que vieram a público depois da alocução televisiva e quis antecipar-se à sua divulgação para lhes diminuir o impacto, mais facilmente alijar responsabilidades, atirar as culpas para a conjuntura externa e manter a política que está a afundar o País.

Cavaco Silva mentiu deliberadamente para tentar recompor a imagem do Governo, do PSD e a sua, principalmente. Provou, assim, que, ao contrário do que gosta de dizer, para ele não é o país que está em primeiro lugar, mas os votos e as sondagens que os indiciam.

Se fosse o País que em primeiro lugar o preocupa, Cavaco Silva não teria alegado falsamente que Portugal se está "a aguentar melhor do que muitos outros países" e teria esclarecido "que Portugal é dos países em que mais aumentou a taxa oficial de desemprego nos últimos doze meses", "que foi o país da CEE que no último ano registou o maior decréscimo de produção industrial", "que é hoje o país comunitário (com eventual excepção da Grécia) em que se assiste à

Cavaco Silva conhecia os indicadores que vieram a público depois da alocução televisiva e quis antecipar-se à sua divulgação para lhes diminuir o impacto, mais facilmente alijar responsabilidades, atirar as culpas para a conjuntura externa e manter a política que está a afundar o País.

mais profunda desertificação agrícola e à mais grave desindustrialização", como assinalou o Secretário-geral do PCP, na sua Declaração, na passada terça-feira.

Como a nossa e a experiência alheia demonstram, a superação da crise não se fará escamoteando a sua gravidade e ocultando-a ao País. Pelo contrário, para ter êxito terá que se fazer com uma generalizada consciência no País da situação real, por mais dura que seja, e a correspondente mobilização das energias nacionais para lhe fazer frente. Mas isso implicaria uma completa mudança de política.

Cavaco Silva oculta, escamoteia, mente para prosseguir a mesma política subordinada aos interesses do capitalismo monopolista e à estratégia de Maastricht.

Por isso mesmo, reveste um particular significado a Declaração de Carlos Carvalhas quando sublinha que "o PCP qualifica de política-

mente irresponsável a afirmação do Primeiro-Ministro de que o Governo irá manter inalterada a sua política económica que tem asfixiado a actividade produtiva e levado à destruição de muitos milhares de postos de trabalho".

Discursando na Assembleia da República, em 17 de Março, Cavaco Silva afirmou: "Recusámo-nos sempre a pactuar com a suspeita, com a fraude, com a irregularidade que afectam a confiança nas pessoas e nas suas instituições".

Na mesma ocasião assumia, contraditoriamente, a defesa apaixonada do ministro do Emprego directamente responsável pela nomeação para presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional de um indivíduo que já era arguido de um processo-crime por alegada corrupção com fundos comunitários.

Agora é o próprio secretário de Estado Adjunto do ministro do Emprego, Jorge Seabra, que pede a demissão depois de ser acusado na imprensa de envolvimento no caso Partex-Caixa Económica Açoreana que se suspeita ser um dos maiores escândalos de corrupção com fundos comunitários.

Como é que o Primeiro-Ministro pode permanecer silencioso quase uma semana depois do pedido de demissão do secretário de Estado? Agora é ele que é directamente responsável? Onde está a transparência, o rigor, a firmeza que anunciou na Assembleia para combater o fenómeno da corrupção? É realmente a confiança nas instituições que esta actuação do Governo está a pôr em causa!

A perda de credibilidade da palavra de Cavaco Silva, bem como o desmascaramento da demagogia do Governo e do PSD, com a consequente redução da base de apoio social e político, são em grande medida o resultado da verificação na prática da sua falsidade propagandística em confronto com o agravamento generalizado das condições de vida da maioria dos portugueses.

Este resultado foi também conseguido com ascenso da luta popular e pelo intenso trabalho de esclarecimento desenvolvido, especialmente, pelo movimento sindical unitário e pelo PCP.

A insistência nestas duas direcções - a luta e o esclarecimento - é essencial para criar as condições que abram caminho ao afastamento do Governo e a uma alternativa democrática.

Nesta perspectiva, é da maior importância assegurar a mais ampla e empenhada participação nas novas jornadas de luta, nomeadamente, no 25 de Abril, na manifestação de agricultores de 26 de Abril e no 1º de Maio.



Carlos Carvalhas apresenta, em conferência de imprensa, as conclusões da reunião de segunda-feira da Comissão Política do PCP

RESUMO

7
Quarta-feira

O responsável da Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP, Carlos Figueira, afirma que sobe a mais de 14 mil pessoas o número de desempregados na região ■ Embora reconhecendo não ter legitimidade para se pronunciar sobre a matéria, a AACCS aprova, por maioria, uma recomendação aos órgãos de comunicação social, em particular à RTP, para que seja efectuada a cobertura dos trabalhos parlamentares ■ É adiada para a próxima semana a partida do Batalhão de Transmissões que vai integrar a força de paz da ONU em Moçambique ■ O primeiro-ministro norte-coreano adverte para o risco de guerra na península, caso sejam aplicadas sanções internacionais a Pyongyang ■ O secretário-geral da ONU afirma em Phnom Pen que as eleições são a «única e última hipótese» de o Camboja ultrapassar o seu passado sangrento ■ No âmbito da operação «Mãos Limpas», é emitido pelas autoridades judiciais italianas um mandato de captura contra Giorgio Garuzzo, director-geral das actividades industriais do grupo Fiat.

8
Quinta-feira

O Presidente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, Mário Jorge, recebe uma carta de despedimento da Administração Regional de Saúde de Portalegre, que considera relacionar-se com as suas afirmações públicas a propósito do caso da hemodiálise do Hospital de Évora ■ Afirmando tratar-se de uma «opção muito íntima», demite-se o secretário de Estado adjunto do ministro do Emprego, Jorge Seabra, alegadamente envolvido no caso de recebimento de dois cheques justificados por duas facturas falsas ■ Na síntese de conjuntura, o Banco de Portugal revela que a protecção do escudo perante os ataques especulativos de Março custou, pelo menos, 400 milhões de contos em reservas de ouro e divisas ■ Os juízes do Tribunal Constitucional da Alemanha anunciam em Karlsruhe ter concluído pela possibilidade de tropas alemãs participarem, pela primeira vez desde a II Guerra Mundial, em acções militares fora do território alemão ■ Parte para o espaço mais um vaivém norte-americano Discovery, com a missão de estudar a atmosfera.

9
Sexta-feira

Embora em menor número do que no ano passado, desastres e mortes nas estradas portuguesas ensombram a ponte da Páscoa ■ Mais um caso de grave atentado ao ambiente, provocado por uma metalomecânica, é denunciado por alunos e professores de Vila Nova de Famalicão ■ O presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros afirma que «se está nas tintas» para as acusações de ilegalidades em que terá sido visado no último relatório da Alta Autoridade para a Corrupção (AACC) ■ O Presidente do Parlamento Russo, Ruslan Khasbulatov, apela à realização urgente de eleições antecipadas ■ O Conselho de Segurança da ONU declara-se «revoltado» contra recentes emissões da rádio da UNITA atacando a representante do Secretário-Geral da ONU, Margaret Anstee ■ O primeiro-ministro israelita declara-se disposto a aceitar a participação de Faïçal Husseini na delegação palestina às negociações de paz.

10
Sábado

Cinco jovens estudantes, em Santarém, estabelecem ligação-rádio com os astronautas da «Discovery», numa iniciativa promovida por radioamadores da região ■ O secretário-geral do Partido Comunista Sul-Africano é morto a tiro em Joanesburgo por um elemento da extrema-direita ■ A Comissão Executiva do PSEO apenas aceita a demissão de dois antigos responsáveis pelas Finanças, na sequência de um caso de financiamento ilícito ■ A NATO reforça o seu dispositivo de bloqueio no mar Adriático ■ Adensase em Los Angeles o ambiente em torno da decisão do júri do julgamento do caso em que quatro polícias alegadamente agrediram, com violência, Rodney King ■ Realiza-se em Paris uma manifestação protestando contra o assassinato, pela polícia, de um cidadão zaireense.

11
Domingo

O antigo assessor do Presidente Suharto, Lopes da Cruz, afirma à agência Lusa que o comandante da guerrilha maubere, Ma'Huno, poderá ser libertado por Jacarta caso se confirme a notícia da sua rendição ■ Realizam-se por toda a África do Sul manifestações de protesto contra o assassinato do secretário-geral do Partido Comunista Sul-Africano ■ O governo israelita decide manter encerradas por período indeterminado, aos palestinianos, a Margem Ocidental e a Faixa de Gaza ■ Tropas arménias prosseguem a ofensiva no Azerbaijão, procurando isolar o Sul do resto do país.

12
Segunda-feira

O ministro adjunto e da Juventude, Marques Mendes, apresenta em Lisboa dois novos regimes de voluntariado jovem criados pelo Governo ■ Abílio Osório, governador de Timor-Leste, desmente a possibilidade de o comandante da resistência timorense, Ma'Huno, ser libertado sem julgamento ■ Em conferência de imprensa, Felipe Gonzalez anuncia a antecipação para 6 de Julho das eleições legislativas ■ O secretário-geral da ONU, Butros Ghali, anuncia a redistribuição das forças das Nações Unidas no Camboja para proteger a comunidade vietnamita, o pessoal da ONU e os partidos políticos no período que antecede as eleições de Maio.

13
Terça-feira

Macário Correia aceita oficialmente ser o candidato do PSD à Câmara Municipal de Lisboa ■ Carlos Carvalhas apresenta em conferência de imprensa uma declaração do PCP sobre o estado da economia nacional, responsabilizando a política do Governo pela situação de crise ■ Janusz Walus, o presumível assassino do secretário-geral do Partido Comunista sul-africano, Chris Hani, comparece numa audiência formal no tribunal de Boksburg, que adia o julgamento para 12 de Maio; na televisão, o presidente do Congresso Nacional Africano, Nelson Mandela, apela à calma, tentando evitar que se percam mais vidas ■ Começam em Abidjan, Costa do Marfim, as negociações de paz para Angola.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7.ª A, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — Av. Almirante Reis — 90, 7.ª A, 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 814 61 73

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição. Sede: Rua do Norte, 115, 1.ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra. Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guifões, 4460 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Composto e impresso na Heste Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 6.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 6.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.780\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

O que se exige é uma política radicalmente diferente

Na conferência de imprensa realizada anteontem à tarde na Soeiro Pereira Gomes, o Secretário-geral do PCP, camarada Carlos Carvalhas, leu aos jornalistas presentes a declaração que a seguir reproduzimos na íntegra.

"Dois motivos levaram-nos a produzir esta declaração. A gravidade da actual situação sublinhada pela revelação de novos dados estatísticos de organismos oficiais, que apontam para o aprofundamento da crise e as declarações governamentais que apostam teimosamente numa política errada de graves consequências económicas e sociais.

Pela voz de Cavaco Silva a opinião pública ficou a saber, na última semana, que o governo pretende continuar com a sua política económica, particularmente, com a política monetária de Maastricht que tem asfixiado a actividade produtiva e levado à destruição de muitos milhares de postos de trabalho.

Posteriormente à declaração do Primeiro-Ministro, saíram novos dados oficiais do INE, do Eurostat e uma nova síntese de conjuntura do Banco de Portugal que vieram confirmar a grave situação em que se encontra a economia portuguesa e as perspectivas sombrias do seu futuro imediato.

É dramática a situação da agricultura. Nas pescas assiste-se à redução da captura de pescado e à redução do número de embarcações. A crise e a recessão alastram à generalidade dos ramos industriais, ao turismo e a outros sectores de serviços. Tal como o PCP afirmou há algumas semanas, confirma-se agora que a produção nacional (Produto Interno Bruto) registou uma evolução negativa no 4º trimestre de 1992 e que a regressão da actividade económica se agravou nos primeiros três meses do ano corrente.

Como expressamente afirma o INE "para justificar o carácter generalizado da recessão vivida nos dois últimos anos na indústria transformadora, salientam-se o choque provocado pela liberalização do mercado nacional, o abrandamento da procura no exterior e a valorização nominal e real do escudo. Os sectores produtores de diferentes tipos de bens para o mercado nacional surgem como os mais afectados, muito mais que na crise de 1983-1984..."

Os dados oficiais e análises sectoriais mostram também que aumentaram as falências e que cresce o número de empresas que se encontram tecnicamente falidas. Cresce o crédito malparado no sistema financeiro. Os salários em atraso são hoje uma realidade de Norte a Sul do País.

Nos dois primeiros meses do ano, mais 20 mil trabalhadores perderam o seu emprego, o que elevou a taxa oficial de desemprego para 7,8%. Aumentou o trabalho precário e os salários portugueses afastaram-se da média comunitária. Mas estes são dados estatísticos. Por detrás destes números estão realidades sociais pungentes que atingem jovens, mulheres, idosos e milhares e milhares de famílias no Vale do Ave, como no Alto Douro, nos distritos de Braga, de Setúbal e do Alentejo, como nos de Trás-os-Montes, de Aveiro, do Algarve, de Lisboa e tantos outros.

Em nome da "modernização", enquanto se concentra a riqueza, fábricas são encerradas, desmantelam-se e desmembram-se empresas do Sector Empresarial do Estado, procedem-se a escandalosas privatizações, o desemprego cresce, as despesas sociais do Estado são limitadas e os regimes de protecção social encontram-se ameaçados. E todo este quadro é acompanhado pelo negociadismo, o clientelismo governamental e pela divulgação de alegados casos de corrupção vindos do alto como são os recentes de um ex-presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional e do secretário de Estado adjunto do ministro Silva Peneda.

Não se nega que a crise externa se repercute na nossa economia e ainda mais devido à precipitada entrada do escudo no Sistema Monetário Europeu, à antecipação na política de liberalização do movimento de capitais, à venda dos períodos de transição para a agricultura e ao afunilamento das nossas relações económicas externas. Mas é uma evidência que as causas fundamentais da crise e da recessão radicam em razões de ordem interna, na política seguida pelo Governo.

A estrutura produtiva mantém, no essencial, as mesmas vulnerabilidades, os produtos portugueses estão cada vez menos competitivos e o já tristemente célebre discurso do ministro das Finanças não só colocou o escudo como alvo de fortes ataques especulativos e o Banco de Portugal a ter

de intervir maciçamente para aguentar a moeda nacional (calcula-se que já se dispenderam mais de 300 milhões de

contos em divisas) como elevou as taxas de juro, nomeadamente as de curto prazo nos mercados interbancários. Sem quaisquer resultados positivos, pois o escudo continua sujeito à pressão dos especuladores e a sua desvalorização está em cima da mesa. O "desinvestimento" desses mesmos especuladores estrangeiros em mais de 500 milhões de contos nos últimos meses de 1992 nas Bolsas de Valores portuguesas (e que daí para cá se tem acentuado) é, só por si, sinónimo da desvalorização ainda não anunciada.

Quando da sua "comunicação ao País" na passada semana, o Primeiro-Ministro tinha pleno conhecimento dos dados estatísticos oficiais mais recentes, da realidade nacional que eles espelham e da evolução internacional que os enquadram.

Por isso mais graves e lamentáveis são as suas declarações branqueando a sombria e preocupante realidade nacional, alijando responsabilidades próprias, faltando à verdade acerca da profundidade da recessão económica e da crise nacional, reafirmando a intenção de manter a mesmíssima política económica e social.

Designadamente, é falso que no contexto da "crise económica na Europa" Portugal esteja a "aguentar-se melhor do que muitos outros países" e que "a situação é mais adversa na generalidade dos outros países".

São os próprios dados divulgados nos últimos dias pelo departamento de estatísticas da CEE (o Eurostat) que mostram que Portugal é dos países em que mais aumentou a taxa oficial de desemprego nos últimos doze meses, e que foi o país da CEE que no último ano registou o maior decréscimo da produção industrial!



Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, responsabiliza a política do Governo pela crise económica e social do País

Aliás, o facto de a evolução do PIB nacional ter deixado de apresentar qualquer diferencial positivo em relação à média comunitária - tantas vezes apresentado por Cavaco Silva e pelo seu Governo como o indicador fundamental da evolução económica doméstica - é, só por si, demonstrativo do maior grau de profundidade e gravidade da crise económica portuguesa.

É indesmentível que Portugal é hoje o país comunitário (com eventual excepção da Grécia) em que se assiste à mais profunda desertificação agrícola e à mais grave desindustrialização.

Neste quadro da realidade nacional, o PCP qualifica de politicamente irresponsável a afirmação do Primeiro-Ministro de que o Governo irá manter inalterada a sua política económica que tem asfixiado a actividade produtiva e levado à destruição de muitos milhares de postos de trabalho.

Face à reafirmação de que, no essencial, o Governo vai prosseguir a sua política de dogmatismo monetarista para alcançar os objectivos de Maastricht, independentemente das suas nefastas consequências económicas e sociais, o PCP entende ser seu dever alertar os portugueses, os trabalhadores, os agricultores e os empresários, de que a continuação de tal política agravará ainda mais a situação eco-

nómica e social do País e conduzirá à ruína de muitos milhares de empresas e ao agravamento substancial do número de desempregados.

É compreensível que certos sectores sociais em luta concentrem neste ou naquele ministro a sua justa condenação da política e das medidas governamentais que os atingem duramente.

Mas já a reclamação de uma remodelação governamental por parte de um partido da oposição pode comportar o efeito perverso de favorecer uma absolvição do Primeiro-Ministro, do PSD e da sua política, ou pior ainda induzir a ideia de que a política global do Governo é correcta mas mal servida por alguns ministros.

Quanto a nós, a grave situação em que vivemos não se resolve de facto com mais uma remodelação governamental, como pediu o Partido Socialista, em que sairiam os ministros mais "queimados" (e se houvesse alguma vergonha já se teriam demitido, entre outros, o ministro das Finanças, o ministro da Agricultura, o ministro da Saúde, o ministro do Emprego e o ministro da Educação) mas ao mesmo tempo manter-se-ia a mesma política.

O que se exige é uma política radicalmente diferente, e não meras diferenças de tom, o que desde logo passa pelo abandono dos critérios de Maastricht. Este é também um desafio que lançamos ao PS. Não basta dizer que se defende a baixa das taxas de juro e o embaraçamento do escudo quando, simultaneamente, se defende a rigidez da "convergência nominal" de Maastricht que exige a redução drástica da inflação, do défice orçamental e da dívida pública, penalizando e sacrificando a actividade produtiva.

A política que Portugal necessita implica que se privilegie a actividade produtiva, que se incentive o investimento criador de empregos e de empregos qualificados, que se promova activamente a produtividade, a valorização da especialização produtiva nacional e o reforço da eficácia da indústria e da agricultura nacionais e a melhoria das condições de trabalho e do nível e qualidade de vida dos portugueses.

Exige a invocação de interesses vitais para a adopção de medidas de salvaguarda da produção nacional agrícola e para certas produções industriais, exige o abandono dos critérios de Maastricht e, com eles, o abandono da política do escudo caro e a baixa das taxas de juro.

Exige uma decidida intervenção no escoamento da produção agrícola e a resposta urgente às situações sociais mais dramáticas (desempregados, pobreza e grande pobreza), bem como ajustamentos e correcções em relação às pensões de reforma.

Exige o combate à desertificação do interior, a defesa do ambiente, a valorização do Poder Local e a implementação das Regiões Administrativas e uma estratégia de desenvolvimento que aposte no aproveitamento dos nossos recursos, nos recursos humanos e na modernização tecnológica.

Exige medidas de aplicação imediata como as que se encontram nas 17 propostas que apresentámos para relançar a acti-

vidade produtiva, defender o emprego, lutar contra a exclusão social e dar resposta às justas aspirações dos trabalhadores.

Exige a moralização da vida pública, a desgovernamentalização do Estado, o regular funcionamento das instituições e a libertação da economia dos ciclos eleitorais do PSD.

O Primeiro-Ministro pode continuar a fugir ao debate, pode continuar a falar sozinho e a prometer, para efeitos mediáticos, mais alguns miríficos milhões, que não altera a dura realidade da crise económica e social com que o País se debate.

O Primeiro-Ministro, o Governo e o PSD não têm o direito de continuarem a afundar a economia nacional, não têm o direito de prosseguirem com uma tão obstinada agressão aos direitos e condições de vida da população, não têm o direito de golpear o presente do País e comprometer o seu futuro.

Pela nossa parte, tudo faremos para que se intensifique a intervenção popular e se alargue a consciência e a determinação de largos sectores da população de modo a contribuir para uma viragem na política nacional indispensável à travagem da crise, à melhoria das condições de vida e ao desenvolvimento do País."

Mortes no Hospital de Évora

Águas turvas na hemodiálise

Chamava-se José Manuel Fonte Boa a décima terceira (segundo o Sindicato dos Médicos da Zona Sul) ou sétima (segundo o Ministério da Saúde) vítima mortal da situação registada no Hospital Distrital de Évora por deficiências no tratamento em hemodiálise. Morreu terça-feira passada. Decorrem inquéritos a todo este conturbado processo pela Inspeção Geral de Saúde, Ordem dos Médicos e Procuradoria-Geral da República. O primeiro que divulgará resultados será o departamento do Governo, provavelmente já para a semana, depois de na segunda-feira a Comissão Nacional de Diálise ter afirmado que o único facto apurado é o do excesso de alumínio na água, numa aparente responsabilização da Câmara que entra em contradição com as informações já tornadas públicas pela comunicação social. O dramatismo da situação e a necessidade mais que evidente de apuramento total de responsabilidades podem chocar com um obstáculo que poderá não estar tão longe de acontecer como isso: os três inquéritos em curso chegarem a conclusões contraditórias... Entretanto, a Câmara decidiu já avançar com um processo em Tribunal contra a direcção do hospital pelas infundadas acusações proferidas.

A qualidade da água

A Câmara Municipal de Évora reafirma mais uma vez que a água da rede que é distribuída à população é de boa qualidade e não oferece qualquer perigo para os consumidores. Declarações da Autoridade Sanitária Distrital à Agência Lusa confirma, aliás, esta afirmação, tendo o seu responsável garantido que não há perigo para a saúde pública», afirmaria em comunicado da semana passada a edilidade eborense.

Quanto às percentagens de alumínio existentes na água, a Câmara Municipal diria que na sequência de legislação publicada há três anos, o teor de alumínio na água passou a ser controlado diariamente pela Câmara de Évora.

«Em 1993, e de acordo com a lei, este controlo passou também a ser feito de 2 em 2 meses por um laboratório idóneo e exterior à autarquia.»

Segundo as análises efectuadas regularmente, os teores de alumínio na água da rede, durante todo o ano de 1992, estiveram de acordo com os valores indicados na lei. «Em 1993, os valores registados têm sido ligeiramente superiores sem que, no entanto, ofereçam qualquer perigo para a saúde pública», afirma o comunicado que acrescenta que «o sulfato de alumínio é adicionado à água da rede para decantar as impurezas e purificá-la, melhorando a qualidade da água».

«Na clínica NMC (privada) de hemodiálise não se registou qualquer ocorrência, não se tendo observado até esta altura qualquer falecimento. Os 10 óbitos registaram-se só na Unidade de Hemodiálise do Hospital de Évora, não tendo ocorrido qualquer problema naquela clínica privada», lê-se.

«Segundo informação dos responsáveis daquela clínica, foi-lhes recomendado na reunião com o ministro o recurso a outra fonte de abastecimento apenas como medida preventiva, e não porque se tivesse registado qualquer perturbação naquela unidade.

«Curiosamente, o Director Clínico da Unidade de Hemodiálise do Hospital de Évora é também director clínico da NMC. Entretanto, a administração da clínica privada reafirma que não tem tido qualquer perturbação ocasionada pela água da rede, existindo apenas um caso de um doente

com 12 anos de tratamento e apresentando uma diferente sintomatologia não havendo certeza de que se trata de um caso de alumínio.»

A Câmara diz que o Hospital de Évora e qualquer outro equipamento de saúde, onde existam em funcionamento unidades de hemodiálise devem assegurar a necessária filtragem e purificação das águas utilizadas, uma vez que, certas substâncias químicas, como por exemplo o alumínio, só podem ser administradas aos doentes renais em quantidades muito inferiores às do normal consumo humano. É por isso que todos os centros de hemodiálise são obrigados a possuir uma unidade própria de tratamento de água.

«A esta informação acrescenta-se ainda que, segundo informações médicas, os efeitos práticos do excesso de alumínio no sangue só revelam os seus efeitos mortais 3 meses a um ano após a sua absorção», refere.

Aparelhagem do hospital com problemas de funcionamento

«Por outro lado, tendo ocorrido o primeiro óbito no início de Março (ou até antes?), só no dia 28 a Administração do hospital — quando já existiam 6 mortes — contactou a Câmara pela primeira vez, comunicando-lhe por ofício que o teor de alumínio da água da rede era 2000 vezes superior ao estabelecido na lei. Este valor, completamente disparatado e que o hospital veio a reconhecer dois dias depois, que tinha sido um erro, comprova a grandeza do desfasamento e irresponsabilidade no controlo do alumínio por parte do hospital.»

Finalmente, o comunicado assinado pelo presidente Abílio Fernandes que «lamenta profundamente as mortes ocorridas» e garante «o seu empenhamento num apuramento rigoroso da verdade», conclui:

«Estes e outros factos já do conhecimento público levam a Câmara a questionar o funcionamento do hospital e a exigir um rigoroso inquérito do Ministério da Saúde àquela unidade, inquérito que exige que seja conclusivo quanto à efectiva responsabilidade dos óbitos ocorridos.»

O comunicado da Comissão Nacional de Diálise foi apresentado numa conferência de imprensa onde os seus membros disseram aos jornalistas não terem competência para julgar responsabilidades neste caso por não possuírem todos os elementos necessários; nem para apurar se a responsabilidade pela morte dos doentes cabe à Câmara, Hospital, sua administração, médicos ou equipamento. Também afirmam desconhecer se os doentes tiveram o melhor tratamento possível ou se as normas de segurança foram respeitadas.

Por outro lado, e só agora, o HDE prossegue os tratamentos utilizando fontes próprias de água em vez da rede pública, tal como acontece nos outros países.

As mortes de doentes do Hospital Distrital de Évora (HDE) ali sujeitos a tratamento de hemodiálise começaram a três de Março, antes de serem publicamen-

te divulgadas, a dois de Abril. Só então a administração do hospital surge a culpabilizar a água da rede pública de Évora, argumentando que alertara três dias antes a Câmara para o alegado «elevado teor de alumínio» nela detectado. As últimas análises efectuadas pelo Instituto Ricardo Jorge (a primeira foi feita na tarde data de 30 de Março) em treze pontos do sistema de abastecimento, estabeleceu teores de alumínio variáveis entre 0,4 e 0,6 miligramas, obviamente muito longe das anunciadas duas mil vezes acima do máximo de 0,2 que a legislação portuguesa permite.

De qualquer modo os valores em causa não representam qualquer tipo de perigo para a saúde pública e existe uma directiva comunitária que estabelece, em relação à hemodiálise, índices de teores de alumínio que poderão ir até 25 vezes o valor permitido pela lei portuguesa.

Sistema avariado

Refira-se que na base da tentativa de responsabilização da Câmara estará o facto de o presidente do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Évora ser também vice-presidente da Comissão Política Distrital do PSD e estar indicado como cabeça de lista para o executivo cama-

rário nas próximas eleições autárquicas.

Entretanto o bastonário da Ordem dos Médicos, Santana Maia, anunciou a semana passada ter dado conhecimento ao Procurador-Geral da República da carta do médico responsável pela unidade de diálise do Hospital de Évora enviada à Ordem antes deste processo ser despoletado e onde se denunciavam problemas com aquele departamento do HDE.

Também a Associação Portuguesa de Insuficientes Renais, que há longo tempo tem alertado a opinião pública para as graves anomalias existentes em todo o País nos diversos serviços de hemodiálise, reagiu contra o hospital de Évora sustentando que o sistema de filtragem serve precisamente para evitar que os metais ou as bactérias eventualmente existentes na água cheguem ao organismo destes doentes, que podem entrar em contacto diário com 400 litros por dia.

Confirmado parece estar o facto denunciado por esta associação que, baseada numa informação do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, revelou que o sistema estava avariado desde Janeiro sem que os responsáveis clínicos tivessem tomado medidas, apesar de conhecerem o facto. O hospital, claro, nega.

Histórias polémicas e escândalos

O tratamento de hemodiálise, que se realiza em Portugal há mais de 12 anos, foi desde sempre base de controvérsias e polémicas prejudiciais aos doentes na maior parte dos casos, diz-se num trabalho da agência Lusa, que historia:

Após a instalação em Portugal deste tipo de tratamento surgiu logo a primeira polémica: centros de hemodiálise havia, mas eram privados, e os doentes não tinham dinheiro para pagar os tratamentos. A hemodiálise consiste num processo de purificação e recomposição do sangue, quando os rins não o conseguem fazer. Em 1965, chegou a ser instalada uma unidade em Portugal mas, como era a única, a maior parte dos doentes eram obrigados a ir tratar-se a países estrangeiros.

A partir de 1979, houve a abertura de centros de hemodiálise em todo o País, embora fossem as clínicas privadas as que mais investiram neste tratamento. Os doentes acusaram o Estado de lhes virar as costas.

Em 1983, quando haviam cerca de 1300 doentes renais em Portugal, surgiram as primeiras dúvidas quanto aos filtros usados na hemodiálise, desta vez os centros privados que surgiram em grande número lançaram mais um alerta. Diziam que não tinham dinheiro e que, se o Estado não os ajudasse, teriam que fechar as suas portas.

Com esta situação, os doentes renais, devido à falta de centros públicos, teriam que voltar ao estrangeiro para se tratar.

Na base desta grave situação estavam cerca de 500 mil contos que o Estado devia aos centros particulares de diálise.

Em 1986, quando já havia em Portugal 2500 doentes renais crónicos, com necessidade de hemodiálise, a Ordem dos Médicos

acusou o Ministério da Saúde, dirigido na altura por Leonor Beleza, de provocar atrasos nos tratamentos da hemodiálise e aumentar os custos da hospitalização privada.

E depois haviam casos como o de Setúbal, onde uma unidade de hemodiálise esteve parada mais de um ano, por falta de pessoal.

Já nessa altura, a Associação de Insuficientes Renais (APIR) acusou os centros particulares de hemodiálise de usarem os filtros mais tempo do que deviam, e o Estado era também posto «no banco dos réus» por não controlar esse abuso.

Há quase quatro anos, a APIR responsabilizou o Ministério da Saúde e a administração do Hospital Curry Cabral pela morte de dois doentes, por falta de hemodiálise. O hospital desmentiu.

Já no início desta década, um despacho do Ministério da Saúde aumentava os encargos dos doentes de hemodiálise, fazendo estalar de novo a discórdia.

Os filtros (não os da máquina que purifica a água mas os da hemodiálise) foram novamente o centro da polémica, quando, de novo, a APIR alertou para a possibilidade da sua falta de substituição leva os pacientes a contraírem a Hepatite B.

A polémica mais recente, há cerca de dois anos, fez lembrar polémicas antigas, quando os centros de diálise estavam à beira da ruptura.

Há dois anos, a Associação Nacional dos Centros de Diálise colocou um ultimato ao Governo: ou este cumpria os compromissos assumidos ou os centros começavam a recusar o tratamento aos doentes.

Agora e sempre todas estas polémicas tiveram uma vítima comum: o doente.

Câmara coloca hospital em Tribunal

A Câmara Municipal de Évora decidiu ir apresentar um processo em Tribunal dadas as «acusações infundadas que têm sido feitas pelo hospital» contra a edilidade, segundo anúncio feito na quarta-feira pelo seu presidente, Abílio Fernandes. Para esse fim, representantes do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, da Associação de Insuficientes Renais, Associação de Deficientes e alguns familiares das vítimas estiveram numa reunião promovida pela Câmara para esta recolher informação adicional para a fundamentação do processo.

Entretanto, a União dos Sindicatos do Distrito de Évora (USDE) esteve também nesse dia reunida com o executivo municipal, após o que manifestou a sua solidariedade com a Câmara, considerando em comunicado «descabidas, infundadas e falsas» as acusações desenvolvidas pelos responsáveis do hospital distrital sobre a qualidade da água, já que os autarcas informaram a USDE de a água da rede encontrar-se em perfeitas condições de ser consumida.

PODER LOCAL

Por iniciativa do PCP Poder Local e Eleições Autárquicas debatidos em Conferência Nacional

Vai realizar-se no próximo dia 8 de Maio no Hotel Altis, em Lisboa, uma Conferência Nacional do PCP sobre Poder Local e Eleições Autárquicas. No anúncio da iniciativa, que foi convocada pelo CC do PCP na sua reunião de 30 de Março passado, afirma-se:

«As próximas eleições autárquicas assumem uma particular importância política. A preparação das eleições de Dezembro de 1993 constitui, por isso, não só uma tarefa prioritária, a merecer a maior atenção e o envolvimento das organizações do Partido, mas tam-

bém uma tarefa que impõe uma vasta mobilização dos comunistas e a sua confiança no resultado da batalha que vão disputar.» E sublinha-se:

«O conjunto das importantes posições que o Partido e a CDU dispõem nas autarquias resulta da sua influência geral, mas também da confiança e reconhecimento conquistados pelo trabalho a favor e junto das populações.

É no prosseguimento e aprofundamento do trabalho e da obra em curso que se encontra o contributo maior para preparar e enfrentar

com êxito a próxima batalha eleitoral.»

São as seguintes, as secções previstas para este Encontro:

Secção 1

Gestão aberta, democrática e participada. Desburocratização, atendimento, participação popular, informação.

Secção 2

Desenvolvimento e ordenamento do território. Ambiente. Gestão de Cidades.

Secção 3

Atribuições, competências e finanças locais. Estatuto das autarquias. Gestão financeira. Política de recursos humanos. Delimitação de competências entre Administração Central e Local. Responsabilidades da Administração Central.

Secção 4

Cultura, educação, desporto, juventude e política social.

Secção 5

Intervenção eleitoral.

Santiago do Cacém apresenta candidatos

A Coordenadora Concelhia de Santiago do Cacém da CDU decidiu, por unanimidade, aprovar a proposta da Comissão Concelhia do PCP de recandidatar os actuais presidentes da Assembleia e Câmara Municipais, respectivamente Sérgio Pereira Bento, militante do PCP, e Ramiro Francisco Guiomar Beja, independente, como cabeças de lista para os mesmos órgãos, nas próximas eleições autárquicas.

No decurso da auscultação prévia promovida, aqueles candidatos receberam o apoio inequívoco e unânime não só do PCP, mas também das outras forças políticas apoiantes da CDU, bem como de outros democratas sem par-

tido, «pela seriedade, empenho e dinamismo demonstrados no exercício dos respectivos cargos».

A apresentação pública dos candidatos está marcada para as 13.00 horas do dia 17 de Abril de 1993, no decorrer de um almoço-convívio a realizar no Pavilhão de Exposições do Parque Municipal de Feiras e Exposições, na cidade de Santiago do Cacém. Estão já à venda os bilhetes de ingresso, registando-se uma grande adesão da população do Concelho.

O almoço contará com a presença de Francisco Lopes, do Secretariado da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Porto Ilda Figueiredo no Bairro Rainha D. Leonor

Ilda Figueiredo, candidata da CDU à Câmara Municipal do Porto, acompanhada dos eleitos da CDU na freguesia de Lordelo, visitou no passado domingo o Bairro Rainha D. Leonor.

Foi recebida pelos dirigentes da Associação do Bairro que de seguida visitou, contactando os moradores e ouvindo os seus problemas e

reclamações. O Bairro Rainha D. Leonor é um bairro camarário constituído por cerca de 250 habitações, superlotadas, nas quais vivem cerca de duas mil pessoas.

Construído há mais de 40 anos e sem obras de manutenção e reparação desde há muitos anos, o Bairro encontra-se em grande estado de

degradação e a Câmara tem anunciado a disposição de o demolir.

Desassossegados estão os moradores. Fala-se na demolição mas não são dadas garantias de alojamento condigno a quantos neles habitam.

O Bairro está localizado próximo da Foz, constituindo os seus terrenos motivo

de cobiça por parte dos grandes interesses económicos que dominam a construção na cidade.

Muito bem recebida por todos os moradores, Ilda Figueiredo comprometeu-se a denunciar esta situação e a lutar por que os terrenos hoje ocupados pelo Bairro Rainha D. Leonor continuem destinados à habitação social.

Manuel Brandão candidato a Coruche

Manuel Brandão, actual Presidente da Câmara eleito em 1989, é o candidato da CDU à Presidência da Câmara Municipal de Coruche. É membro da Direcção Regional do PCP e integra o Conselho Geral da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. O anúncio público foi feito num Jantar-Convívio da CDU, no passado dia 2 de Abril em Coruche, em que participaram cerca de 250 pessoas e que contou com a presença de Luís Sá, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, que apelou à participação activa e empenhada de todos no apoio à CDU e aos seus candidatos para que, nas próximas eleições, o resultado eleitoral permita à CDU prosseguir o inestimável trabalho em prol das populações do Concelho de Coruche, que vem sendo desenvolvido ao longo de sucessivos mandatos.

Salientou, por fim, na sua intervenção, poderem as populações confiar nos eleitos comunistas da CDU, pois que a sua

postura na política tem um sentido ético que faz com que, no exercício do Poder, todo o esforço seja feito para melhorar a qualidade de vida das populações e não para aproveitamento pessoal dos cargos.

Manuel Brandão, na qualidade de candidato, saudou todos os presentes e, em particular, os inúmeros cidadãos independentes que participaram no jantar, tendo apelado ao empenhamento de todos no apoio à CDU, apontando como principal objectivo eleitoral, alcançar a maioria absoluta na Câmara, para que a CDU possa ser mais eficaz na resolução dos problemas com que Coruche se defronta, referindo ainda como linha condutora de actuação para o próximo mandato, o desenvolvimento integrado do Concelho. Fez ainda um balanço do trabalho realizado e das perspectivas que se apresentam no futuro, salientando estar praticamente cumprido o programa eleitoral apresentado pela CDU em 1989.

Nisa tem nova Biblioteca

A Nova Biblioteca Municipal-Casa da Cultura de Nisa foi inaugurada no passado dia 10 de Abril. As novas instalações da Biblioteca resultaram da transformação da antiga Escola do Rossio — na praça central de Nisa — na sequência de um contrato-programa entre o Município de Nisa e a Secretaria de Estado da Cultura, através do então Instituto Português do Livro e da Leitura, e no âmbito da criação da Rede Nacional de Leitura Pública e da comparticipação técnico-financeira da administração central para a instalação de bibliotecas municipais.

Do antigo edifício escolar permanece inalterada a fachada principal e mantém-se o geral da volumetria, enquanto que todo o interior foi demolido, ressurgindo novos espaços adequados para o desenvolvimento das actividades culturais para que a partir de agora estão vocacionados.

O programa da inauguração da Biblioteca Municipal-Casa da Cultura prolonga-se por todo o mês de Abril, estando agendadas as seguintes iniciativas:

17/Abril: 16 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal: Evocação do Dr. Cruz Malpique, com a realização de uma conferência e o lançamento do livro «Perfil Ameno de Escritor Humanista — Dr. Manuel da Cruz Malpique», da autoria do escritor e biógrafo Paulo Samuel.

18/Abril: 21.30 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal: Concerto de guitarra por Arthur Dente;

24/Abril: no Auditório da Biblioteca Municipal: Sessão pública de agradecimento pela doação à Biblioteca Municipal do espólio bibliográfico do Dr. Adon Pimentel;

25/Abril: as iniciativas do programa de inauguração da Biblioteca Municipal integram-se nas comemorações do Dia da Liberdade.

Para o mês de Maio está agendada a realização da XIII Feira do Livro de Nisa e uma Sessão de Homenagem a Baptista Rosa, nicense que se distinguiu como cineasta e foi um dos pioneiros da televisão em Portugal.

Candidaturas no Alandroal

Num encontro no Concelho do Alandroal, que contou com a presença de 80 activistas da CDU e onde participou Raimundo Cabral, membro do Comité Central do PCP, a CDU local decidiu tornar público os candidatos, como cabeça de lista à Câmara Municipal e Assembleia Municipal às próximas eleições autárquicas neste concelho. O cabeça de lista à Câmara Municipal, João António Ribeiro, 49 anos, Gerente Comercial, actual Presidente da Câmara, membro do PCP e da Comissão Concelhia e membro da Comissão da Região de Turismo de Évora, e à Assembleia Municipal, a CDU apresenta Inácio José Melrinho, motorista, 54 anos, que foi Presidente da Câmara entre 1976 e 1992 e é membro da DOREV do PCP.

No encontro, foi também eleita uma Comissão Eleitoral CDU e nomeado o mandatário concelhio, Custódio João da Conceição Costa, motorista, membro da Comissão Concelhia do Alandroal do PCP.

Má gestão em Oeiras

As obras de remodelação da Praça D. Manuel e área envolvente, provam a incapacidade do PSD e de Isaltino de Moraes em planificar e executar as obras necessárias, com evidentes prejuízos para os municípios e para o orçamento da Câmara Municipal de Oeiras, considera a Comissão Concelhia da CDU de Oeiras, que acrescenta:

«Com efeito, estando esta obra prevista há alguns anos, a Câmara não tratou de verificar a quem pertenciam os terrenos não procedendo às expropriações necessárias. Resultado, iniciou as obras em terrenos que não lhe pertenciam, viu a obra

embargada pelo Tribunal, acabando por ter de negociar quando já tinha as máquinas e os homens do empreiteiro em terreno, pagando 49 372 contos quando os serviços da Câmara avaliaram o terreno em 38 900 contos. Assim, a incapacidade de gestão do PSD e de Isaltino de Moraes levou a Câmara a pagar mais 10 472 contos.»

Esta situação, «a par de outras existentes no Concelho, como a da Escola de Música de Linda-a-Velha e o aterro de Laveiras», mostra, para a CDU, «a incapacidade de planificação e execução da maioria PSD em Oeiras».

TRABALHADORES

De costas para a CP

Ouvidos pelo «Avante!», quinta-feira, dois dos principais dirigentes dos Sindicatos Ferroviários deram importantes indicações sobre a continuação da luta na CP. Ao apelarem a todos os trabalhadores, da empresa em particular e ao sector dos transportes em geral, para que reforcem a «unidade na acção», que teve forte impacto na jornada de 2 de Abril e na greve da empresa, Américo Leal, coordenador da Federação (FSFP) e Adelino Peres Moreira, membro dos corpos gerentes do Sindicato dos Ferroviários do Centro, ambos filiados no PCP, facultaram-nos em primeira mão uma resolução aprovada no dia anterior, 7 de Abril, onde foi decidido entregar um pré-aviso de greve para o próximo dia 23 e onde nomeadamente se refere «que as próximas greves sejam marcadas de forma diferente e, se possível, em convergência com outras empresas de transportes».

Referimos as lutas em primeiro lugar, porque delas depende a continuação da entrevista e não porque ela

tivesse começado assim. Admitindo ser um pouco «sacudidos», os camaradas puseram imediatamente o

redactor à vontade para falarmos de uma questão que talvez preocupe não só os inumeráveis utentes da CP. Trata-se da modernização da empresa.

O que está em causa não é a necessidade absoluta dessa modernização é o tipo que lhe é imposto pelo Governo. Desde 1979, como sublinha Américo Leal, no Congresso da Federação efectuado no Entroncamento, como em todos os outros realizados a seguir (o último foi em 1991) que pomos em causa, isso sim, «o desmembramento» e o tipo de modernização imposto pelo Governo e pelas gestões (CG).

Sublinhemos que ao escrever «imposto» se quer



Américo Leal, coordenador da FSFP, à direita na foto, e Adelino Peres Moreira, dos corpos gerentes do Sindicato dos Ferroviários do Centro, quinta-feira passada na Redacção do «Avante!»

sublinhar que, desprezando aliás a própria Lei, as organizações sindicais e, como é o caso, as que se contam entre as mais representativas,

nunca foram ouvidas nem achadas, nessa como em outras questões tão decisivas como o facto de o Governo não investir na CP.

Ao contrário do que parece, sobretudo quando Ferreira do Amaral, ministro do sector, vai à TV «tudo são

processo de desmembramento, «sempre dominado por uma escandalosa falta de transparência, em prejuízo de uma efectiva modernização e de um real desenvolvimento da rede nacional de caminho-de-ferro.

O caso de Lisboa

Tanto Américo Leal como Adelino Peres Moreira consideram que «o espelho de Lisboa é o espelho do País». Apesar das obras de fachada — sempre feia e suja — acrescentamos, «a CP regressou; o transporte ferroviário, sublinham os sindicalistas, está mais degradado do que há 20/25 anos». Não existe uma política de fundo para todo o País. Quando os camaradas reafirmam que «o Governo não investe na CP», impli-



Os sindicatos têm muito que fazer

A CP tem cerca de três dezenas de sindicatos. Já teve menos. Ainda há uns anos eram apenas sete. Nessa altura, a CP tinha mais de 20 mil trabalhadores. Hoje, toda a empresa — ou o que dela resta com os desmembramentos — tem 17 500.

Adelino Peres Moreira, um dos entrevistados pelo «Avante!», na quinta-feira, acrescentou que, com as reformas, pré-reformas, a invalidez, as rescisões, que a CP não tem negociado com os sindicatos, se trata de «empurrar» em todas as áreas para fora da empresa.

Para o panorama ficar completo só falta recorrer aos despedimentos colectivos, o que será difícil de conceber.

Para a EMEF, já citada na peça principal, foram transferidos automaticamente, isto é, sem que os sindicatos fossem ouvidos, 1800/1900 trabalhadores. Trata-se de pessoal «cedido». Ver-se-á, segundo aquele dirigente sindical, se os trabalhadores com mais de 52 anos verão os seus contratos renovados em Julho deste ano, pois foram contratados apenas por seis meses.

Se todos esses trinta sindicatos o fossem realmente, teriam muito que fazer.

No caso de Sintra já nem vale a pena falar. Os que utilizam todos os dias esse meio de transporte, se assim se pode chamar, sabem do que se trata e não têm dúvidas de que o Governo e o seu conselho de gerência estão de costas voltadas para a CP, como reafirmam os camaradas ao lembrarem entre outros os casos do Porto e de Coimbra onde a modernização, segundo este Governo, se resume a servir grupos de interesses e clientelas políticas, deixando de lado os resultados práticos da modernização.

milhões». E talvez sejam, mas mal gastos, favorecendo «lobbies». Os dirigentes sindicais citam o caso de Aveiro-Sernada do Vouga-Espinho como exemplo do favorecimento desses interesses de grupo e, como já várias vezes foi referido, nomeadamente quanto ao

citamente admitem que o Executivo de Cavaco e os seus gestores na empresa não se interessam por ela, mas pela sua (deles) imagem e propaganda, em especial quando está perto uma câmara da TV.

No caso de Sintra já nem vale a pena falar. Os que uti-



Resistência contra os «mínimos»

Na perspectiva do reforço da «unidade e convergência», a Federação apela a todos os ferroviários para que se crie «um clima de resistência a eventuais imposições ilegais de serviços mínimos». De outro modo, «cederemos — afirma na moção de 7 do corrente o plenário — às pretensões do Governo e CG» que pretendem limitar ou reduzir drasticamente o direito à greve. Recorde-se que os chamados «mínimos obrigatórios», segundo os Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Emprego e Segurança Social, tentarem, sem o conseguirem, com o CG recorrendo a trabalhadores de folga e sob pressão, reduzir realmente ao mínimo uma acção de luta que a empresa parece não ter condições para suportar.

Como joga na divisão dos trabalhadores e dos sindicatos e fornece um serviço cada vez pior, a CP, que os sindicatos querem melhor para eles e para as populações, continua a não satisfazer reivindicações mínimas, relacionadas com os aumentos salariais, o regulamento de carreiras e a redução do horário de trabalho, nomeadamente.

lizam todos os dias esses meio de transporte, se assim se pode chamar, sabem do que se trata e não têm dúvidas de que o «o Governo e o seu conselho de gerência estão de costas para a CP», como reafirmam os camaradas ao lembrarem os casos do Porto, Coimbra, Barreiro, onde a modernização, segundo este Governo, se resume a servir grupos de interesses e clientelas políticas, deixando de lado «os resultados práticos» da modernização.

Quando se fala em milhões de contos que resultados se verificarão daqui a meia dúzia de anos? Na verdade, esses gastos nada significam de ganho para as populações quando as «marchas são muito reduzidas», quando atingir os nós principais «demora mais do que há dez anos».

Só por causa dessas clientelas políticas e desses interesses de grupo é que aparecem necessidades fictícias. Os camaradas citam nomea-

damente o chamado «metro à superfície» anunciado para o Porto.

E as subsidiárias e os empreiteiros?

— Não terá a CP, uma grande empresa, das maiores do País, quem mude uma lâmpada num apeadeiro em Lisboa?

— Quem poderá explicar senão pela «fúria da privada», a fúria do lucro fácil e rápido que, além da EMEF (empresa de manutenção e equipamentos ferroviários), criada em 30 de Janeiro deste ano com 100 por cento de capital da CP, haja hoje mais de uma dúzia de outras empresas criadas a partir da mesma unidade empresarial, se fosse mantida ao serviço das populações e do País?

O Governo e o CG respondem a estas questões com propaganda. Os sindicatos não podem fazê-lo, naturalmente.

Recentemente no Rossio, junto da estação em Lisboa, os sindicatos e a CT da CP organizaram com êxito notório uma manifestação de protesto e luta contra a falta de solução dos problemas sociais mais urgentes dos trabalhadores ferroviários em geral e dos utentes, designadamente das linhas suburbanas que servem (deviam servir) as grandes zonas urbanas do País

TRABALHADORES



Vender na sucata e despedir em Ovar

Vender ao desbarato na sucata todos os seus equipamentos, novos e velhos, e demolir as próprias instalações é intenção declarada para as oficinas da CP em Ovar pelo conselho de gerência daquela empresa em desmembramento. Com os equipamentos iriam 50 trabalhadores.

O despedimento foi motivo de protesto da comissão concelhia de Ovar do PCP que emitiu sobre o assunto este comunicado em 6 do corrente:

«O conselho de gerência da CP prepara-se para encerrar as oficinas daquela empresa pública em Ovar e pôr na rua mais 50 trabalhadores.

«É mais um escândalo, aqui no nosso próprio concelho, que deita por terra as tão apregoadas teses da democracia de sucesso.

«Após os despedimentos colectivos da Efacec e da Lusotrufo, ainda bem presentes, a administração da CP, na sua ânsia de «modernizar» a empresa e a coberto da política laboral do Governo PSD/Cavaco, quer acabar com mais algumas dezenas de postos de trabalho, com todas as sérias implicações sociais daí decorrentes.

«Mas no caso em análise não são só os postos de trabalho que estão em causa.

«A administração da CP, culminando um longo processo de redução de efectivos nas oficinas de Ovar, depois de criar um ambiente de desconfiança e incerteza, procura agora, num virote, vender ao desbarato na sucata todos os seus equipamentos — novos e velhos — a demolir as próprias instalações, destruindo em suma valioso património, a cuja edificação e desenvolvimento estão ligadas sucessivas gerações de operários e trabalhadores ferroviários.

«É assim todo o tecido económico e social que está a ser delapidado».

Entretanto, a Coordenadora Nacional dos Ferroviários Comunistas afirmava que «o CG, a mando do Governo, tem vindo a criar através dos dinheiros públicos, diversas empresas que actuam na área ferrovi-

ária, desmantelando assim a CP, mas cujo objectivo final é a privatização, que significará mais dificuldades e maior e mais fácil lucro para meia dúzia de «clientes» do Governo PSD e do CG da CP.

«Para alcançar esse fim, o CG tem lançado mão de todos os métodos, particu-

larmente através da coacção psicológica, perseguição e intimidação sobre os ferroviários, ao retirar-lhes o direito ao trabalho, através dos chamados «excedentários» e agora com a insegura e insuficiente pré-reforma», afirma, entre outras considerações e protestos a Coordenadora Nacional.

Trágica queda na Solisnor

As organizações representativas dos trabalhadores da Solisnor, incluindo a comissão intersindical da qual foi a Setenave, comunicando aos jomais um acidente mortal na empresa, afirmam que a «víctima da trágica queda a bordo do navio Stavanger Prince» se encontrava «em trabalhos de soldadura» a cerca de 14 metros do solo e, sublinham, «sem qualquer protecção».

Ao lamentarem mais este acidente mortal, de que foi vítima Fernando Durães, as organizações representativas (ORTs) acrescentam que ele se dá numa altura em que «a administração da empresa faz afirmações por escrito de que a segurança no trabalho dentro do estaleiro é reconhecida pelas autoridades competentes».

Um inquérito deve ser imediatamente levantado, exige a Comissão de Trabalhadores e a intersindical (ORTs), pois «a segurança no trabalho não se faz com afirmações demagógicas». Faz-se com «actos e medidas de forma a evitar acidentes como este».

As ORTs afirmam:

«Os ataques a que o sector naval neste momento está sujeito não podem ser motivo de precipitação na pressão exercida sobre os trabalhadores», pondo em risco as suas vidas.

As ORTs pretendem participar no inquérito ao acidente para apuramento de responsabilidades.

Publica

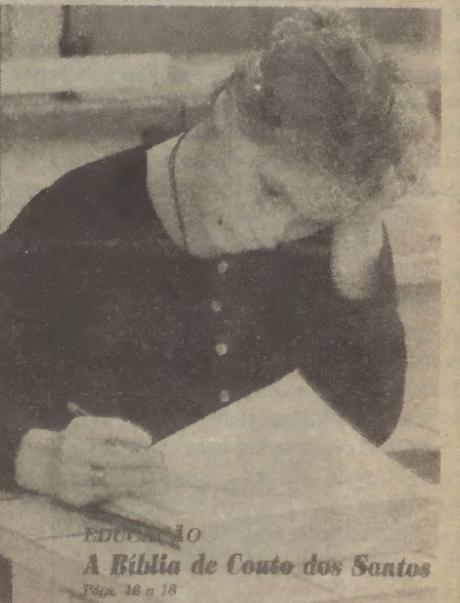
JORNADA EUROPEIA
Pelo emprego
Pelos salários
Pag. 18

SEGURANÇA SOCIAL
Disponibilizar para "poupar"
Pag. 2 e 3

CONGRESSO CGTP
Desafios para o sindicalismo dos anos 90
Pag. 6 e 9

IMIGRANTES
Legais por Schengen
Pag. 10 e 21

O jornal da Federação dos Sindicatos da Função Pública, que dá no seu último número especial destaque à Educação, tem uma apresentação agradável e realça questões sociais de grande actualidade



EDUCAÇÃO
A Bíblia de Conto dos Santos
Pag. 18 e 18

NACIONAL

Mulheres têm lugar de destaque nas listas da CDU

A igualdade afirma-se com trabalho, honestidade e competência

Muito mais do que as declarações solenes em cerimónias de ocasião, a igualdade das mulheres no acesso ao exercício do poder político afirma-se com o seu trabalho e com a forma como exercem os cargos para que são eleitas. O PCP e os seus aliados reconhecem os méritos das suas autarcas e a CDU é, sem dúvida, a força em cujas listas mais lugares de destaque são ocupados por mulheres. Pedimos a quatro comunistas, que vão ser candidatas a presidentes das câmaras municipais de Almada, Ferreira do Alentejo, Montijo e Porto, depósitos sobre o exercício do poder local por mulheres. Deixamos aos leitores a reflexão de Maria Emília Sousa, presidente da CM de Almada, Lourdes Hespanhol, vereadora da CM de Ferreira do Alentejo, Jacinta Ricardo, presidente da CM do Montijo, e Ilda Figueiredo, membro do Comité Central e da DORP do PCP.

O significativo aumento da participação das mulheres no mercado do trabalho não está a ser acompanhado por um reforço, sequer aproximado, da intervenção das mulheres na vida associativa em geral, e política em particular.

As causas são complexas e muitas vezes diferenciadas, embora me pareça que haja um denominador comum ligado às marcas, mesmo que indelévels, dei-



■ Ilda Figueiredo

Todos têm a ganhar

xadas pelos estereótipos que afastavam a mulher do domínio público e a remetiam para o privado, a casa, a família, o lar. Se as mulheres eleitas em cargos mais responsáveis contassem dos escolhos e dificuldades que tiveram de enfrentar, até na própria família, veríamos que o denominador comum existe.

Mas, mais do que falar das causas da escassa participação das mulheres nos órgãos do poder incluindo o poder local, gostaria de me referir aos dois planos em que se impõe a participação da mulher, sob pena de se continuarem a arrastar problemas cuja solução seria mais simples e directa se as mulheres desempenhassem um papel activo, quer no levantamento dos problemas, quer nas decisões políticas de planeamento e gestão.

Qualquer que seja o ângulo de análise da participação das mulheres deparamos com entraves só ultrapassáveis se provarmos que na prática todos ganham com a sua maior intervenção: a sua própria família e a comunidade. Ora, é a partir daqui que procurarei demonstrar a importância das mulheres participarem no planeamento e gestão a nível local, seja pela sua forma de inserção na família, o que lhe confere um conhecimento insubstituível de um vasto conjunto de problemas abrangendo a generalidade das famílias e, portanto, a sociedade, seja pela maior sensibilização que esse conhecimento lhes dá para a tomada de decisões que visem a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

É um facto indesmentível que são as mulheres quem lida mais de perto com toda a problemática das crianças, pelo que ninguém melhor do que elas conhece as responsabilidades que o Estado deve assumir, designadamente as autarquias. É, pois, do interesse da comunidade que as mulheres se pronunciem pelas necessidades locais em termos de creches e infantários, jardins-escolas, escolas básicas, centros de saúde e assistência materno-infantil, parques infantis, parques de jogos, zonas verdes e espaços de convívio, incluindo os locais e os apoios à ocupação de tempos livres das cri-

anças. Estou, aliás, convicta que as enormes carências que o País continua a ter neste âmbito, em especial no Norte, só serão plenamente supridas quando as mulheres assumirem uma maior participação nos processos de decisão, ou seja, forem políticas activas, incluindo eleitas nas câmaras municipais (presidentes e vereadoras).

São também as mulheres quem melhor conhece as carências que se relacionam com as condições de habitabilidade e apoios à família já que continua a ser sobre elas que recaem as maiores responsabilidades e cargas de trabalho na casa. Assim, é, igualmente, do interesse da comunidade que as mulheres se pronunciem e participem activamente nos processos de decisão que envolvem as questões do saneamento básico, a construção de infra-estruturas e equipamentos de apoio às famílias, designadamente lavadouros e lavandarias, cantinas e refeitórios públicos, centros de dia e apoio à terceira idade, e até a problemática da segurança pública e da iluminação das ruas, já que também ninguém contestará que as mulheres são as maiores vítimas dos crimes na via pública.

Na minha própria experiência como autarca, posso testemunhar que, durante os sete anos que fui vereadora do pelouro do Ambiente e Jardins em Vila Nova de Gaia, dei particular atenção a todos estes problemas, mesmo quando não eram da minha responsabilidade directa, porque, em geral, se eu não fizesse mais ninguém o fazia. Não desempenho funções autarcas há três anos, mas ainda hoje é vulgar as pessoas queixarem-se-me da pouca atenção que estes problemas merecem ao actual executivo municipal, em que o PS detém a maioria absoluta, e onde nenhuma mulher exerce qualquer responsabilidade de gestão diária.

Por último, gostaria apenas de salientar que, em geral, a existência de mulheres com actividade e responsabilidades políticas de gestão nos diversos órgãos de poder é um estímulo à participação das outras mulheres na vida social e política, pelo que cabe aos partidos políticos uma especial responsabilidade na elaboração das listas eleitorais.

■ Maria Emília Sousa

Nenhuma razão

A questão «a mulher e o poder local» prende-se com a questão mais vasta que é «a mulher e a sociedade». O simples facto de se dar este assunto como tema para um artigo é, por si só, elucidativo. Seria desnecessário abordar-se o assunto «o homem e o poder local» mas, se ainda é necessário falar-se de mulher, nesta área, é porque ainda não chegámos lá...

Perguntavam-me há tempos porque é que, em Almada, comemoramos o 8 de Março. Poderia ter respondido: porque tenho de escrever um artigo sobre «a mulher e o poder local»!

Em suma: não vejo razão nenhuma para que a mulher não desempenhe funções de autarca ou quaisquer outras. O mundo tem vindo a perceber que a igualdade de direitos e deveres caminha a passos largos para ser uma realidade plena e que nós, as mulheres, queremos tê-la, na diferença que somos, e para isso temos lutado, ao longo dos anos, com frutos evidentes que levaram a que haja, actualmente, mulheres que são dirigentes políticas, que Maria de Lourdes Pintasilgo tenha sido candidata à Presidência da República, que Karren Brady seja, desde há dias, presidente do Birmingham City, um clube de futebol inglês, e que eu seja presidente da Câmara Municipal de Almada.

Isto é que me parece mais importante que se diga

em relação ao tema que me foi proposto para este artigo. Poderia enveredar por outro caminho e dizer, por exemplo, que o trabalho autárquico, exercido com a seriedade que o mesmo impõe, nos retira muito do tempo que a família e o lazer nos pedem, nos absorve quase por completo, nos desgasta de tal modo que precisamos de pesar muito bem a nossa decisão de nos candidatar-mos de novo. E que nós, mulheres e mães, pela diferença que somos, sentimos, em alguns períodos das nossas vidas, uma dificuldade maior em conciliar a nossa condição feminina com essa exigência.

E, por outro lado, referir que esse desgaste, é, o mais das vezes, compensado pela obra feita, por vermos no terreno os frutos do nosso trabalho. Porém, mais importante do que isso, é voltar ao princípio e dizer de novo que o tema proposto para esta prosa é, apenas, um ramo da vasta árvore que é a questão «a mulher na sociedade» e lembrar que, no limiar do século XXI, ainda há que lutar pelo direito à igualdade, ao lado dos homens e não contra eles, do lado da vida e não contra o que a vida nos dá e há-de ser bom se todos, homens e mulheres, o quisermos.



■ Jacinta Ricardo

Sem reservas

O estádio actual da sociedade obriga-nos ainda a falar destas matérias relacionadas com a posição da mulher em termos de poder, igualdade, etc. Esperemos que dentro de uns tempos (breves) não seja necessário, por nessa altura esta questão já não ser problema social, por já não haver desequilíbrios... Mas, por enquanto, e por razões de contrabalanço, teremos de continuar a bater na tecla da «discriminação positiva», este conceito sociológico que nos protege da angústia de ter de falar de assuntos como este...

Assim sendo, vamos ao tema: que acesso têm as mulheres ao poder em geral (social, político, religioso, militar, económico...), e que acesso têm as mulheres particularmente ao poder local? Mais ainda: depois de eleitas, em que situação se encontram as mulheres, melhor: em que situação são colocadas as mulheres?

Sobre estas questões, mais do que escrever sobre a minha experiência pessoal, que é muito positiva e muito gratificante, será útil aos leitores do «Avante!» que me pronuncie sobre a forma como tenho presenciado e ouvido esta questão ser tratada pelas mulheres, quando em grupo (misto ou só feminino).

Resumidamente: predomina nas mulheres a ideia de que o poder é mesmo

masculino, é feito masculino pelos homens, e que só por escape sociológico, e por imperativos de bondade da decisão, e por imposição dos princípios que publicamente se defendem, é que a mulher chega ao poder.

Não falo do poder local apenas: falo dos vários sectores do poder em geral. Se nos referíssemos especificamente aos poderes religioso, militar e económico, então seria uma análise de descalabro!

No entanto, e no que se refere concretamente ao poder local, parece que o cenário está a melhorar e que os seres humanos começam a entender-se quanto ao equilíbrio necessário. E não só em termos numéricos: de nada valerá às populações terem muitas mulheres nas autarquias, se a esse número não corresponder aumento de qualidade e de preparação para a análise polivalente dos problemas nas suas várias vertentes — e isto, provavelmente, as mulheres fazem melhor.

Não só por mérito pessoal, eventualmente, mas por



motivos genéticos e psicológicos.

Questões como a droga, a sida, a fome, a prostituição, o desemprego, a habitação degradada, a solidariedade encontram maior eco e mais aperfeiçoada análise na mulher do que no homem.

Mas há que pensar outros factores, mais realistas. De facto, há mulheres que garantem que, depois de eleitas, sentem que são tidas como enfeite e não como titular do poder real, de corpo inteiro.

Talvez. Pela minha parte, tal atitude não colhe, venham de quem vier.

Estou eleita pelo Povo. Exerço o meu mandato de corpo e alma, sem reservas!

CDU
um bom trabalho
melhores soluções

PODER LOCAL



■ **Lourdes Hespanhol**

Reflexo da recessão

Em Portugal, 52% dos portugueses são mulheres. A democracia conquistada com o 25 de Abril de 1974 tem vindo a colocar no poder sistematicamente maiorias masculinas.

As exigências internas e externas da participação e reivindicação femininas, organizadas ou não em movimentos femininos, têm produzido leis e regras por forma a promover a igualdade de oportunidades, mas o que é facto é que a discriminação continua. Esta discriminação é tanto mais acentuada que os países são obrigados a colocar esta problemática no centro das atenções das Comunidades. Porquê?

Os homens finalmente pretendem abrir mão do poder? O poder conquista-se e nessa conquista muitas mulheres têm dado o melhor de si próprias, solidárias com outras mulheres. A luta das mulheres pelo poder não é uma luta individualista, passando por cima de tudo e de todos, é uma luta com o objectivo de tornar a vida melhor para todos, de incorporar no poder os aspectos da compreensão, da solidariedade, da paz. É uma luta travada com um sorriso nos lábios e em que a prestação das provas não pode falhar, à mulher não é permitido o erro, pois o ditado popular «errar é humano» só é aplicado, em política, ao masculino. A participação das mulheres na vida política é, por tudo isto, um grande desafio que se coloca a todas as mulheres e que vale a pena experimentar, porque quantas mais mulheres estiverem na política maior equilíbrio existirá nas decisões tomadas. Quando a percentagem de mulheres na vida política for proporcional à percentagem da população feminina, poderemos dizer que as decisões respeitarão a diferença. As mulheres ao longo dos tempos desempenharam sempre papéis secundários na ribalta da política, mas nem por isso esses papéis foram menos importantes.

Em Baleizão, Catarina morreu por dar voz às vozes que baixinho clamavam mais pão para os seus filhos. Foram elas, as mulheres das bandas do castelo de Beja, que se organizaram e levaram água aos vagões do comboio, onde mulheres e filhos gritando sede de água foram encurralados pelos franquistas e encaminhados, através de Portugal, para as masmorras de Franco (em 1936), por entre as forças policiais que foram obrigadas a recuar.

São elas, as mulheres, quem nas comunidades locais têm lutado e exigido:

Primeiro — água em casa, lavadouros, recolha do lixo, esgotos, electricidade, escolas para os filhos, creches e jardins de infância, mais saúde.

Hoje a consciência obriga-as a discutirem a qualidade das infra-estruturas, a exigirem as estações de tratamento de esgotos, o tratamento dos lixos, a defesa do ambiente, a lutarem contra o encerramento dos serviços de saúde, a opinarem sobre as respostas às necessidades que se colocam para o desenvolvimento da sua terra.

Hoje nada é como dantes!

Porquê, então, todo o atraso que se continua a verificar na participação das mulheres no poder local?

Uma questão de tradição?

Uma questão de submissão?

Uma questão de política central que tem reflexos na política local?

Se me é permitido, opto pela terceira hipótese e mesmo correndo o risco de generalizar com um exemplo que pode ser considerado restrito não quero deixar de propor como reflexão. Entre 1979 e 1989, a participação das mulheres no poder local diminuiu no distrito de Beja de 7,4% para 5% (lembramos que Beja é um distrito onde, a partir de 1979, com a destruição da Reforma Agrária, a mulher foi remetida para casa, sem trabalho, sem independência). Noutros distritos onde houve recessões e alterações qualitativas na vida das mulheres esta diminuição também se verificou.

Todos dizemos que está mal, que não pode ser assim, então será bom invertermos a tendência, o caminho, «dar a volta por cima»; mais mulheres no poder local é seguramente a forma de criarmos mais condições para uma participação mais equilibrada do binómio homem/mulher na política e que seguramente trará benefícios que advirão de se ver a vida numa complementaridade de posições que trarão maior harmonia, justiça social e desenvolvimento.

No Dia Mundial do Idoso Reformados e pensionistas exigem melhores condições de vida

Reformados vindos de todo o País manifestaram-se em Lisboa no dia 7 de Abril, Dia Mundial do Idoso, na exigência de melhores condições de vida e um aumento das pensões. Frente à Assembleia da República, os dois mil e 500 manifestantes hastearam bandeiras negras, evocando a fome, e cartazes com palavras de ordem como «com 17 contos ninguém pode viver», «não aceitamos esmolas», ou «não às reformas de miséria». A iniciativa levada a cabo conjuntamente pela Inter-Reformados e pelo Movimento Unitário dos Reformados Pensionistas e Idosos (MURPI) completou-se com a entrega de uma moção no gabinete do primeiro-ministro e no Parlamento.

A moção, que publicamos na íntegra, foi aprovada pelos manifestantes concentrados no Jardim das Francesinhas onde igualmente se aplaudiram os documentos lidos por representantes das duas organizações que organizaram a iniciativa.

Mais tarde ocorreu nova concentração após desfile daquele local junto à Assembleia da República até à rua Borges Carneiro, frente à residência do primeiro-ministro. A manifestação dos idosos foi obrigada a um desvio pelo quarteirão anexo à Calçada da Estrela, já que as autoridades recusaram aos manifestantes a subida directa pela Calçada da Estrela.



A manifestação de reformados no Dia do Idoso foi convocada pela Inter-Reformados e pelo MURPI

Uma delegação dos reformados que pretendia entregar a um representante do Gabinete do primeiro-ministro o texto da moção aprovada, não passou da portaria, acabando por a entregar aos seguranças do edifício.

O texto lido aos manifestantes da Inter-Reformados exige um aumento de seis contos para todos os pensionistas lembrando o milhão e 800 mil que são forçados a viver com pensões cujo valor oscila entre os 12 e os 24 mil e 700 escudos. Os manifestantes vieram de localidades como o Porto, Redondo, Alcochete, Aljustrel, Mora, Coimbra ou Beja, para além dos que residem em Lisboa, e exigiram também a alteração do actual regime de cálculo das pensões e o fim das taxas moderadoras.

O MURPI recordaria que as Nações Unidas proclamaram em 1965 a Declaração dos Direitos das Pessoas Idosas onde se garante o direito à existência económica, física, social, cultural e ainda o direito dos idosos de dispor de si. Com as actuais condições sociais em que a grande maioria dos idosos portugueses é obrigada a viver, nenhuma dessas condições é cumprida, no que o MURPI responsabiliza o Governo e directamente o primeiro-ministro Cavaco Silva, «que há oito anos se conserva no poder».

«Neste Dia Mundial do Idoso lançamos daqui um apelo a todos os reformados europeus e suas organizações implantadas, desde o Atlântico aos Urais, para que nos unamos, reforçando a nossa solidariedade e entendimento», lê-se ainda no texto apresentado pelo MURPI aos manifestantes. Entre os anos de 1985 e 1993, ou seja, nos oito anos em que Cavaco Silva governa o País, os aumentos médios das pensões e suplementos foram, segundo dados do MURPI, no regime geral de dois mil 385 escudos por mês, agrícola de mil e 600 escudos, social ou equiparada mil 485 escudos, grande invalidez (regime geral) 662 escudos, grande invalidez (rural e social) 552 escudos e 50 centavos, grande invalidez (sobrevivência) de 400 escudos e de cônjuge a cargo 271 escudos por mês.

Moção — Que o Governo cumpra as suas promessas

Os Reformados, Pensionistas e Idosos presentes nesta concentração nacional junto à residência do Primeiro-Ministro, realizada no dia 7 de Abril de 1993, Dia Mundial do Idoso, com a participação do MURPI e da INTER-REFORMADOS, tendo presente que este ano se comemora o Ano Europeu do Idoso e da Solidariedade entre Gerações, e considerando que:

a) o valor médio das pensões é já inferior a 1/3 do valor médio dos salários;

b) mais de 80% das pensões têm valores iguais ou inferiores à pensão mínima do regime geral da Segurança Social (24 700\$00) completamente insuficientes para uma vida com o mínimo de dignidade;

c) o nível de vida continua a agravar-se já que o índice de inflação se mantém em cerca de 9%, a maioria das rendas de casa foi aumentada em 12%, e houve reformados, caso da Função Pública, cujas pensões foram actualizadas apenas em 5% ou 5,5%;

d) ao contrário das suas promessas eleitorais o Governo pretende agravar ainda mais esta situação, já de si

degradante, alterando para pior a fórmula de cálculo das pensões;

e) os médicos, os medicamentos e os meios complementares de diagnóstico são cada vez mais inacessíveis para a maioria dos reformados, pensionistas e idosos, agravado ainda mais com a imposição do pagamento de taxas moderadoras;

f) o Governo através de uma portaria recente, obriga os pensionistas por invalidez a sujeitar-se a nova junta médica, com o risco de os transformar em desempregados, com fraca capacidade para o trabalho, num mercado altamente competitivo e cada vez menos solidário;

g) o Governo pretende privatizar os serviços da Segurança Social dificultando ainda mais o seu acesso por parte dos reformados, pensionistas e idosos;

h) apesar de todas as promessas eleitorais, os reformados, pensionistas e idosos, portadores de passes sociais continuam a ser discriminados nos transportes públicos.

Toda esta situação contraria os princípios estabelecidos na Declaração dos Direitos das Pessoas Idosas,

proclamada em Los Angeles em 1965, pelo que decidem e aprovam as seguintes reivindicações:

1 — Que o valor das pensões mínimas dos diversos regimes seja aumentado, de forma progressiva, de modo a igualar o montante do salário mínimo nacional.

2 — Que a fórmula de cálculo das pensões seja melhorada, como tem sido reivindicado pelas organizações de reformados e pela CGTP-IN.

3 — Que o Governo suspenda as suas medidas negativas e anti-sociais no campo da saúde e segurança social.

4 — Que o Governo cumpra as suas promessas eleitorais no que respeita ao fim das discriminações nos transportes para os que usam passes sociais, e de apoio às habitações dos reformados, pensionistas e idosos.

5 — Enfim, que o Governo cumpra as suas promessas no sentido de melhorar significativamente as condições de vida de todos os reformados, pensionistas e idosos.

PCP

Porto

No seguimento do programa de contactos com os problemas do distrito, Ilda Figueiredo e Marques Lopes, da DORP, reuniram com a Comissão de Trabalhadores da Alfândega do Porto e a Delegação Regional do Norte do Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros. Na Alfândega, foram salientados os protestos dos trabalhadores pela intenção manifestada pelo Ministério das Finanças de passar para o quadro de «disponíveis», visando o seu despedimento, um número elevado e ainda desconhecido de trabalhadores. No Sindicato dos Aduaneiros, foi sublinhada a grave situação em que se encontram 90 por cento dos trabalhadores já despedidos que, na sua maioria, não receberam indemnizações e subsídio de desemprego.

Gaia

A Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia, do PCP, saudou, em comunicado tornado público, os trabalhadores da Estamparia de Lavadores que continuam a luta em defesa da estabilidade do emprego e na defesa da empresa. Depois de uma greve realizada no início deste ano, com a qual os trabalhadores conseguiram que os salários em atraso e o subsídio de Natal fossem pagos, a administração retoma agora a tentativa de encerramento.

Valongo

Realizou-se, no passado dia 27 de Março, a Assembleia da Organização Concelhia de Valongo do PCP. Participaram nos trabalhos meia centena de delegados que, após debate, aprovaram com algumas emendas os documentos elaborados sobre a situação política, a organização do Partido e o trabalho da CDU no concelho. Assistiu aos trabalhos o camarada Emídio Ribeiro, da Comissão Política, que interveio sobre o momento político nacional e internacional e sobre o reforço do Partido. A Assembleia elegeu, por fim, a nova Comissão Concelhia de Valongo.

Guarda

A Comissão Concelhia da Guarda do PCP emitiu antea-tem um comunicado esclarecendo as razões por que decidiu aceitar o convite para participar nas cerimónias de inauguração dos novos Paços do Concelho, salientando, por outro lado, que tal participação «não corresponde a um apoio a tal obra, como foi concebida e realizada». O comunicado critica a «volumetria exagerada para as necessidades actuais e futuras», o «luxo», comparado com a falta de outras obras necessárias, e «o custo de mais de um milhão de contos», num concelho que ainda não tem sequer uma estação de tratamento de esgotos.

Barreiro

Realizou-se, em fins de Março, a IX Assembleia da Organização de Freguesia do Barreiro do PCP, em que participou o camarada Virgílio Azevedo, da Comissão Central de Controlo do CC e do Executivo da DORS. A Assembleia decorreu com grande participação dos militantes que aprovaram, por unanimidade, todos os documentos, a nova Comissão de Freguesia e uma moção de apoio às jornadas de luta. Parte importante da Assembleia foi ocupada com a prestação de contas dos eleitos autárquicos, da Freguesia e da Câmara, o que originou um debate vivo e esclarecedor, surgindo a ideia de alargar o debate à população da Freguesia.

As conveniências para encerrar a linha do Tua

«Durante cerca de um ano, o Governador Civil andou a mentir às populações», acusa a Direcção da Organização Regional de Bragança em comunicado tornado público pelo seu Executivo no passado dia 9 do corrente. O comunicado da DORBA do PCP recorda as declarações do Governador Civil de Bragança em 14 de Abril do ano passado ao «Jornal de Notícias», em que este declarava que a linha do Tua não ia encerrar, e compara-as com as que, no passado dia 5, o mesmo fez em conferência de imprensa realizada em Bragança. Comenta a DORBA:

«Faltam apenas alguns dias para se completar um ano após estas e outras afirmações e, entretanto, o que se constata é que durante este período o Governador andou a esconder a verdade às pessoas.

«As suas afirmações sobre o não encerramento da Linha não correspondiam à realidade, visavam somente amortecer o descontentamento então existente contra o fecho da via férrea e contra outras medidas governamentais que prejudicam a região.

«Mentiu, pois, o Governador Civil de Bragança, que é também o principal dirigente do PSD no distrito.

«Mentiu também o ministro Ferreira do Amaral, que em resposta a uma interpelação do deputado Agostinho Lopes, do Grupo Parlamentar do PCP, afirmou que a Linha do Tua «não foi descontinuada nem temos intenção de o fazer. Apenas há três alternativas...»

«Nenhuma das alternativas apontadas por Ferreira do Amaral era o encerramento... mas essa foi a solução encontrada.

«Na referida conferência de imprensa do Governador Civil foi ainda feito o anúncio que se iriam iniciar estudos de viabilidade económica para o aproveitamento de uma pequena parte da via férrea, para um metropolitano de superfície, iniciativa em que estariam envolvidos os Presidentes das Câmaras Municipais de Mirandela (CDS/PSD), Bragança (PS) e Macedo de Cavaleiros (PSD). Para a efectivação dos estudos contariam com o apoio de verbas comunitárias...

«A Direcção da Organização Regional de Bragança do Partido Comunista Português — DORBA do PCP — não pode deixar de denunciar a conviência com o encerramento da Linha do Tua por parte dos responsáveis autárquicos dos 3 maiores concelhos do distrito, que por omissão ou apoio activo (caso de Luís Mina, que subscreveu um protocolo para o encerramento da Linha) contribuíram para este desenlace.

«Será esta nova proposta de aproveitamento da via para um metropolitano de superfície, uma forma de aliviarem a consciência por mais este "crime" cometido contra os interesses das populações do distrito, ou o que seria ainda mais grave, não passa de mais uma proposta, como tantas que costumam fazer em vésperas de eleições?»

Açores

A política absurda e desequilibrada do PSD

Em recente reunião plenária da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP, que oportunamente noticiámos, a DORAA divulgou uma declaração política na qual, nomeadamente, constata o agravamento da situação económica e social regional, acusando o poder do PSD de nada ter feito nos Açores para contrariar esta tendência. «Bem pelo contrário», afirma a declaração política da DORAA, «estamos numa fase em que a actuação do Governo Regional não só procura atentamente fazer reflectir na vida da Região todas as consequências negativas do "cavaquismo", como vem tomando diversas medidas altamente lesivas dos interesses da maioria da população e muito negativas no que respeita à unidade Regional».

E a declaração dá exemplos dessas medidas:

«A forma obsessiva como o PSD e o seu Governo têm tratado, até ao momento sem êxito, o problema da Remuneração Complementar para o funcionalismo regional e local, procurando a revogação do respectivo Decreto Legislativo Regional é demonstrativa dessa política absurda e desequilibrada do PSD.

«O Governo Regional quer revogar, a nosso ver inconstitucionalmente, a Remuneração Complementar, porque sabe que, para além de ser um elemento acto de justiça para o funcionalismo, aquele Decreto Legislativo Regional constitui um claro indicador para o sector privado de que, nas condições de hoje, a política salarial na Região tem que ter em conta os custos acrescidos provocados pela insularidade.

«Por outro lado, o Governo Regional, tripudiando a lei em vigor, tem-se atrevido a não pagar, na maior parte dos serviços, essa parte integrante do sistema remuneratório que é a Remuneração Complementar.

«O recente adiamento do agendamento da reapreciação

na Assembleia Regional dos Açores do Decreto Legislativo Regional que inclui a revogação da Remuneração Complementar, ficou a dever-se, exclusivamente, à acção do PCP/Açores que não aceitou que fosse desrespeitada uma regra regimental para que essa reapreciação fosse feita apressadamente.»

Hora legal do PSD...

Mais adiante, a declaração política da DORAA refere-se à questão da hora legal nos Açores.

«A recente alteração legislativa que impediu o avanço a partir de hoje da hora legal em 60 minutos constitui a melhor demonstração que não há maioria absoluta capaz de impor à sociedade medidas totalmente gratuitas e totalmente desrespeitadoras das realidades.

«Ficou demonstrado que em Setembro de 92 o PS, o CDS, PCP e independentes tiveram razão quando impediram o avanço da hora legal.

«Ficou demonstrado que o PSD, quando em Dezembro de 92, cheio de arrogância política decidiu esse adiamento antinatural da hora, quis impor à sociedade uma regra de vida que a sociedade pura e simplesmente não aceitou.

«Ficou também demonstrado, que o PSD, mesmo com maioria absoluta, não só não é «infalível», como principalmente não é imbatível!»

O documento aprovado pela reunião plenária da DORAA refere-se ainda a outras recentes medidas do Governo Regional, que resumimos:

«A aprovação, no passado dia 25/3, pelo PSD do Decreto Legislativo Regional que autoriza o crescimento da lista de utentes dos médicos de clínica geral de 1500 para 2500, compromete a qualidade dos cuidados primários de saúde, tenta esconder a falta de clínicos gerais nos concelhos mais populosos e significa que o Governo Regional quer diminuir à força e contra o interesse dos cidadãos as despesas com o Serviço Regional de Saúde.

«Trata-se de uma medida grave, profundamente incorrecta e que se insere numa perspectiva de diminuição da despesa pública à custa da

qualidade de vida dos cidadãos.» (...)

«A aproximação da safra do atum sem que se tenha resolvido o problema da relação de trabalho na pesca, constitui também uma questão da qual o Governo não pode ser absolvido.

«O Governo Regional não pode nem deve alhear-se desta questão porque está em jogo a eficácia económica e social do investimento público de muitos milhões de contos feitos nos últimos anos no sector da pesca.

«Sem a criação de um Fundo de Garantia Salarial não é possível hoje recrutar-se novos pescadores nem aproveitar-se as potencialidades actuais da frota. Tal não é possível, porque no fim deste século XX não há ninguém que se queira livremente dedicar a uma profissão cuja remuneração é totalmente incerta, dependendo apenas das capturas de pescado.» (...)

«O recente levantamento público pela Representação Parlamentar do PCP da problemática da utilização de estimulantes de crescimento na criação de gado bovino, assente na existência de claros e verificados indícios, que tal actividade ilícita e ilegal se estava a começar a introduzir nos Açores, constituiu uma atitude responsável e oportuna do PCP/Açores, em defesa da saúde pública, em defesa dos interesses legítimos da lavoura que só ganha em continuar a produzir carne de alta qualidade natural e em defesa da economia regional, que no que respeita à agropecuária tem como única vantagem comparativa a possibilidade de produzir produtos naturais de muito elevada qualidade.

«Após esta intervenção, os serviços públicos competentes começaram a agir, em termos de fiscalização, a rede regional de abate é reconhecida como uma necessidade e a futura criação de um selo de garantia é uma exigência.

«A lavoura regional, após a oportuna abordagem desta matéria pelo PCP/Açores, está mais protegida contra a ganância daqueles poucos que tudo põem em causa para enriquecerem.» (...)

Isolamento e autoritarismo

A declaração política da DORAA refere ainda o adiamento da apresentação do Orçamento para 1993 como mais um exemplo — a juntar a outros — do cariz autoritário da política do PSD nos Açores. E acusa o Governo Regional de, através do «inaceitável adiamento da discussão orçamental», se conferir o poder de, «antes de discutir, decidir o essencial da política financeira para o ano corrente.

Contrariamente às ideias que o Governo Regional põe a correr — de que «não há dinheiro», de que o não pagamento pelos EUA da contrapartida pela Base das Lajes «deixa a Região na penúria», de que «a questão orçamental de 92 e dos primeiros meses deste ano foi transparente e realizada de acordo com as leis e as regras vigentes» —, a DORAA afirma que «a situação financeira é má porque a política económica e financeira têm sido totalmente errada».

«O PCP/Açores», afirma-se na declaração política, «considera que, com estas práticas, o PSD está a pôr em causa a credibilidade do Sistema Constitucional da Autonomia, de um modo muito sério e grave».

A inconstitucionalidade de um Decreto regional

Entretanto, na passada segunda-feira, o Gabinete de Imprensa do PCP/Açores comenta o facto de o Ministro da República ter enviado ao Tribunal Constitucional, para apreciação preventiva da constitucionalidade, o Decreto Legislativo Regional sobre o «Aumento da Lista dos Utentes por Médico de Clínica Geral»:

«Tal atitude do Ministro da República é plenamente justificada pelas inconstitucionalidades e ilegalidades contidas no diploma, situações essas que a Representação Parlamentar do PCP sublinhou na Assembleia Legislativa nos momentos em que a proposta do Governo foi discutida.

«Em declarações prestadas aos OCS, após o envio do referido diploma para o Tribunal Constitucional pelo Ministro da República, o secretário Regional da Saúde disse que nenhum partido da oposição tinha posto em causa a legalidade e constitucionalidade do diploma.

«Essa declaração do secretário Regional não corresponde à verdade, na medida em que o PCP/Açores através do seu Deputado, Dr. Paulo Valadão, questionou sempre essa legalidade, quer na Comissão quer no Plenário da Assembleia.

«O PCP/Açores lamenta que, levemente, um secretário Regional faça afirmações que põem em causa uma sua posição política claramente assumida.

«A par dessa posição o PCP/Açores sempre defendeu e continua a defender que a solução para o problema da falta de médicos de clínica geral passa pela revisão dos incentivos à sua colocação e não pelo aumento da lista de utentes por médico, solução essa que leva, inevitavelmente, à degradação da qualidade dos serviços de saúde.»

Leiria Preocupante evolução da situação regional

Reunida no passado dia 3 do corrente, a Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP analisou a situação política e social do distrito e, em comunicado então tornado público, chamou a atenção para alguns aspectos da «preocupante evolução da situação regional». Tal situação é patente, segundo o documento da DORLEI, na «gravidade da crise económica que se alargou aos principais sectores da actividade regional, particularmente evidente na agricultura, nas pescas e em sectores da indústria transformadora, nomeadamente de forma aguda nos sectores cerâmico, conserveiro, de calçado, têxteis, metalurgia e segmentos dos plásticos, mas com consequências eminentemente dramáticas no sector vidreiro da cristalaria».

A DORLEI, que «denuncia veemente a fraude política do pacote agrícola de Arlindo Cunha» e «reafirma a urgente necessidade de medidas de emergência de escoamento da produção agrícola regional a preços compensadores, linhas de crédito fortemente beneficiado directamente aos agricultores e negociações de moratórias às faturas em rotura», afirma:

«Na agricultura é bem patente uma generalizada e profunda crise, que atinge as principais e determinantes produções regionais — o sector horto-frutícola, com cerca de 30 mil toneladas de fruta por escoar, o sector vinícola, cuja produção se acumula à de anos anteriores, como é exemplo a Cooperativa Agrícola do Bombarral, com mais de duas dezenas de milhares de pipas de vinho em armazém e com atrasos de ano e meio no pagamento aos agricultores. No sector pecuário, particularmente no suinícola, o de maior peso regional com uma tendencial e continuada baixa de preços da sua produção, com perdas na venda, a preços actuais, de mais de cinco mil escudos por cabeça. A quebra continuada dos preços de produção agrícola, as dificuldades de escoamento e o aumento generalizado dos factores de produção, está na origem da quebra vertical dos rendimentos dos agricultores nos últimos três anos e no seu crescente endividamento, conduzindo a muito curto prazo à sua completa destruição.»

Quanto às pescas, a DORLEI refere a «profunda crise da pesca de cerco (sardinha), bem patente nos resultados de 42 dos seus barcos ligados às organizações produtoras de Peniche que, na comparação 1991/92, verificaram uma quebra de rendimento de mais de meio milhão de contos, a que se junta a crise na pesca artesanal que, sujeita às reduzidas cotas de captura impostas pela CEE, vêem também, tal como na sardinha, os seus rendimentos cair, por esmagamento dos

preços na primeira venda na lota e, diga-se, sem qualquer benefício no consumidor.»

Uma campanha mistificadora

«Na indústria», continua mais adiante o documento da DORLEI, «são traços preocupantes a acentuada redução da utilização da capacidade instalada e da consequente quebra da produção, a diminuição da capacidade competitiva nos mercados externos, com avultadas perdas de quotas de mercado, que variam entre os 20 por cento no sector conserveiro e os 60 por cento em empresas do sector vidreiro, a que se junta também a perda de fatias do mercado nacional, substituída por importações, a degradação e a rotura financeira em crescente número de empresas, algumas em situação de pré-falência.

«A DORLEI não pode deixar de denunciar a mistificadora campanha governamental, mais uma vez confirmada pelo secretário de Estado da Indústria, Alves Monteiro, recentemente na Batalha, que coloca o distrito de Leiria como um distrito de vanguarda na utilização dos fundos do PEDIP e na modernização tecnológica.

«O alarde que faz dos escassos 12 milhões de contos de apoio ao distrito em 4 anos, um pouco menos que os 13 milhões de contos de dívidas das empresas à Segurança Social, é uma ínfima parte dos 260 milhões que o próprio secretário de Estado diz terem sido canalizados para toda a indústria nacional, só confirmam a sua desajustada distribuição regional e que a larga fatia dos apoios se dirigiu, como temos denunciado, ao reforço do grande capital nacional e multinacional, em detrimento das pequenas e médias empresas.»

Mais adiante, a DORLEI manifesta a preocupação dos comunistas do distrito de Leiria face ao agrava-

mento da situação social:

«O desemprego cresce em flecha e novos despedimentos estão em perspectiva, com os mais variados pretextos.

«São os próprios registos dos centros de emprego, sempre abaixo da realidade, a dar conta de um aumento de mais de 60 por cento de desemprego em relação a 1991.

«É novamente a chaga dos salários em atraso que alastra na região e que indica novas perdas de postos de trabalho a curto prazo. É a contenção e a redução salarial, que em alguns sectores significam uma acentuada quebra do poder de compra, a que se junta a retirada de direitos e regalias, situação extensiva aos reformados e pensionistas.»

O documento aprovado pela DORLEI, que chama seguidamente a atenção para as 17 medidas e propostas que o PCP apresentou ao País, e que saúda as diversas lutas travadas pelos trabalhadores da região, faz depois o balanço da situação autárquica e do trabalho preparatório da formação de listas da CDU, congratulando-se com os êxitos das iniciativas de anúncio das candidaturas já tornadas públicas.

Por fim, a DORLEI denuncia «os propósitos meramente mediáticos da visita de Cavaco Silva ao Vale do Liz, no seguimento do show dos pacotes de milhões e milhões, cuja motivação é exclusivamente a de, a todo o custo, tentar inverter a sua baixa de popularidade e a do seu Governo».

A «visita verde» de Cavaco Silva

Comentando a recente «visita verde» de Cavaco Silva aos rios Cávado e Ave, e apelidando-a de «operação inquinada que importa desmascarar», a DORBraga emitiu um comunicado em que alerta para os seguintes factos:

«O Primeiro-Ministro, ao programar esta jornada «ambiental», rodeada de alguma surpresa, para uma manhã de 2.^a-feira deste início de Primavera, sabia perfeitamente que depois de um fim de semana em que indústrias, matadouros, etc., responsáveis pelas descargas poluidoras, estiveram paradas e com os caudais dos rios alimentados pelas últimas chuvas, a situação desses cursos de água apresenta, apesar de tudo, um aspecto carregado.»

«A situação real é muito pior do que aquela que Cavaco Silva mais a comitiva viram ou quiseram ver!»

«O grande objectivo da operação era, porém, mais transparente que as águas: anunciar para as câmaras da RTP e os jornalistas e acompanhantes presentes, com a pompa necessária, mais um pacote — «o pacote ambiental», cheio de milhões, como prova de vontade do Governo no combate à poluição.»

«Ninguém ficou a saber quanto será, como e quando virão esses milhões, mas o que interessa para o P.M. é deixar promessas e expectativas.»

«Cavaco Silva, que tão entusiasmado acorreu aos rios poluídos, faltaria, no dia seguinte, a um acto de encerramento das Jornadas Regionais da Agricultura em Braga, onde centenas de agricultores do Distrito e muitos trabalhadores no desemprego ou ameaçados de perder o seu posto de trabalho, o aguardavam para protestar contra a política do seu governo.»

«Cavaco Silva prefere os monólogos e a demagogia. Não quer ser confrontado com os desmentidos e a crescente oposição social à sua política.»

«Para desmontar as promessas demagógicas agora feitas pelo P.M., o Gabinete de Inf. da DORBraga do PCP lembra:

— que as propostas concretas já apresentadas pelo Grupo Parlamentar Comunista, na A. da República, para a despoluição dos rios Vizela e Cávado foram rejeitadas pelo partido do Governo;

— que, apesar de o Dr. Cavaco Silva

ter dito que «se a culpa é da fábrica então fecha-se a fábrica», a verdade é que continua a aguardar-se legislação eficaz para prevenir estas acções poluidoras, nomeadamente para responsabilizar essas fábricas e obrigá-las a adoptar tecnologias «limpas»;

— que, por muito que o P.M. queira vir tapar os olhos às populações e aos defensores do ambiente, esta visita não encobre o desprezo a que estão votadas pelo PSD e o Governo, situações tão graves como as que se vivem no P.N.P. Gerês, onde a falta de medidas no combate a incêndios continua a pôr em causa a riqueza florestal e patrimonial do Gerês, ou no Litoral de Esposende, onde se encontra a única área de paisagem protegida do Distrito e, com a conivência da Câmara do PSD, se persiste em cortar o Pinhal para implantar cimento armado ou ainda a extracção de areias no litoral e nos rios entre outras.

«Depois de assentar a «poeira» desta visita de Cavaco Silva, fica mais claro que a política do Governo em matéria de defesa do ambiente não é diferente nem melhor que a sua política social e económica.»

Por sua vez, a Comissão Concelhia de Braga do PCP emitiu um comunicado após a sua reunião ordinária de 5 do corrente, no qual se congratula com a participação significativa dos trabalhadores na Jornada de Luta do passado dia 2, contra o desemprego e o racismo, e no qual manifesta um voto de confiança na juventude portuguesa pela forma como decorreu o IV Congresso da JCP.

O mesmo comunicado da Concelhia de Braga manifesta ainda preocupação pela política governamental no que respeita à definição da rede viária do concelho que «mais uma vez penaliza os utilizadores, ao deliberar transformar o IP-Braga/Guimarães numa auto-estrada, à revelia de posições definidas pela autarquia, que apontavam para a construção de uma via rápida».

A Comissão Concelhia de Braga do PCP apela ainda aos trabalhadores para participarem nas comemorações do 15 de Abril e do 1.º de Maio e exprime um voto de confiança «na forma como se têm empenhado os militantes do PCP e da CDU na construção das listas» para as próximas eleições autárquicas.

Docentes comunistas da Universidade de Aveiro

O Colectivo de Docentes da Universidade de Aveiro do PCP, que recentemente reuniu para analisar os problemas que hoje se colocam ao ensino superior público, divulgou uma nota em que dá conta dos «motivos de real preocupação face à política que o Governo PSD vem impondo ao ensino e particularmente em relação ao ensino superior público e às Universidades». E adianta:

«Com efeito, a política de privilégio do ensino privado em detrimento do ensino público levou já a que as primeiras ofereçam hoje maior número de vagas do que as escolas públicas, isto porque as forças actualmente no poder tomam como de direito natural que o ensino e o saber tenham de ser pagos como mercadoria.»

«O estrangulamento financeiro do ensino superior público está a originar situações de extrema dificuldade ao funcionamento normal das Universidades. Exemplo desta situação é também a Universidade de Aveiro, onde, apesar de nova e ainda em fase de expansão, se verificam contudo situações de carências e atrasos na materialização de infra-estruturas e de serviços de apoio aos seus funcionários e se prolongam indefinidamente os contratos a prazo de docentes. Tudo isto leva a que a Universidade perca docentes qualificados que os jovens docentes se sintam desincentivados, situações estas agravadas com a desvalorização material da carreira do docente universitário e todas as indefinições que ensombream a revisão da mesma.»

«É um facto que as Universidades públicas enfrentam hoje, por parte do Governo, grandes incompreensões e uma

grande ofensiva contra a sua autonomia através do seu estrangulamento financeiro e do alojamento das responsabilidades sociais que constitucionalmente cabem ao Estado.»

«É peça importante desta política o ataque dirigido aos interesses globais das Universidades com o aumento das propinas. Aumento este que vai contra os interesses nacionais e o desenvolvimento do País, pois no lugar de favorecer a expansão do ensino superior limita a sua frequência e a sua democratização e contraria a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.»

«Os alunos da Universidade de Aveiro têm tido até hoje um importante papel na resistência à aplicação do aumento das propinas e com eles estão solidários muitos professores e funcionários da Universidade. É no entanto de lamentar que os corpos da Universidade não tenham sabido manter-se coesos em questão tão importante como a das propinas, de forma a dar uma resistência mais forte a esta grosseira violação da autonomia universitária que representa a tentativa de impor as propinas através do Orçamento do Estado.»

«Os docentes comunistas, tal como muitos outros docentes e funcionários da Universidade de Aveiro, estão solidários com a luta dos estudantes pela revogação da lei das propinas.»

«Os docentes comunistas lembram que as Universidades portuguesas lutaram durante muitos anos pela autonomia, alcançaram-na com o 25 de Abril e viram-na depois consagrada na lei, autonomia que o Governo tem o absoluto dever de respeitar e de incrementar.»

Associação Portuguesa de Deficientes Fim ao novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde...

Uma delegação da Associação Portuguesa de Deficientes (APD) entregou no Ministério da Saúde um documento em que reivindica a revogação imediata do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde. A revogação das taxas moderadoras, a gratuitidade a todos os deficientes orgânicos e a criação de estruturas adequadas e em número suficiente para o tratamento e reabilitação dos deficientes, são outras das reivindicações apresentadas no documento.

A APD pretende ainda que o Ministério da Saúde assegure um rigoroso controlo e fiscalização da qualidade dos tratamentos para deficientes orgânicos, nomeadamente hemofílicos e insuficientes renais.

No âmbito de iniciativas integradas na «Semana Europeia de Consciencialização sobre a Deficiência — Contra a Discriminação e pela Igualdade de Oportunidades», que decorre entre 3 e 9 de Maio, a APD solicitou igualmente audiências aos ministros do Emprego, Educação, e Transportes para lhes entregar o mesmo documento reivindicativo.

Na área da Segurança Social, a Associação reivindica a regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social, a equiparação das pensões sociais e subsídios vitali-

cios ao salário mínimo nacional e a institucionalização do seguro social de reparações em acidentes e doenças profissionais.

A redução dos anos de serviço para efeitos de reforma para deficientes com incapacidades iguais ou superiores a 60 por cento e a criação de lares, centros de dia e de apoio para deficientes carenciados, são outras das medidas defendidas.

A nível de ensino, a APD reivindica a criação do Gabinete de Apoio ao Estudante Deficiente, a eliminação das barreiras arquitectónicas nas escolas, o aumento do número de escolas de ensino especial e a garantia de transporte para a escola.

O documento integra ainda reivindicações relativas ao emprego, nomeadamente a criação de medidas legislativas que salvaguardassem os postos de trabalho dos deficientes, formação profissional de qualidade e a criação de medidas que promovam o emprego de deficientes.

Na área dos transportes, a APD defende a aquisição de viaturas adaptadas para deficientes, empréstimos a juros bonificados para aquisição de viatura própria e subsídios de transporte.

... e demissão do ministro da Saúde

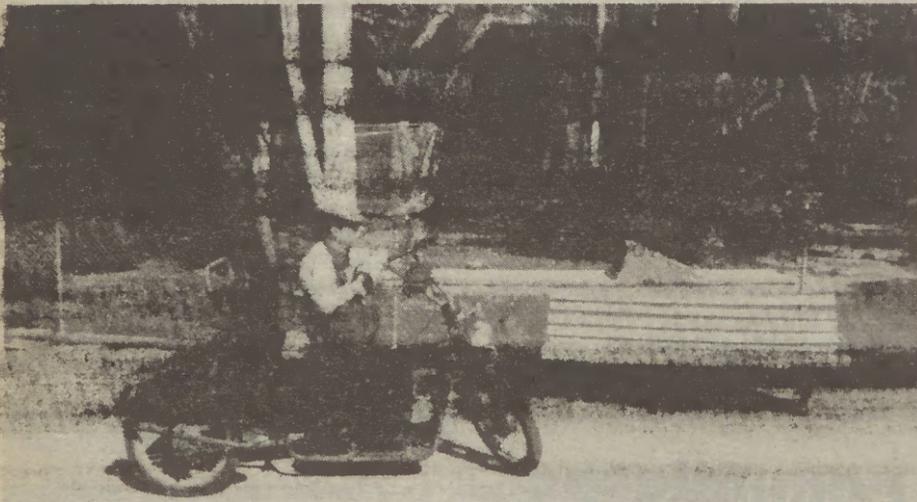
A visita «precipitada» a Évora do ministro da Saúde «constitui mais um elemento da sórdida manobra de inconfessáveis interesses tecida à volta dos trágicos acontecimentos do Hospital de Évora», considerou em comunicado a Associação Portuguesa de Deficientes em reacção à visita de 4 de Abril passado de Arlindo de Carvalho ao Hospital de Évora, sem anúncio prévio e com uma verdadeira cena de «fuga» ao encontro tentado por vereadores da Câmara Municipal.

A APD acusaria mesmo o ministro de ser «o máximo responsável» pela situação vivida na cidade.

De acordo com a delegação de Évora da APD, na base das deficiências de tratamento na hemodiálise está «a concepção economicista da saúde que o ministro vem defendendo», acusando-se este de não ter contacto as organizações representativas dos deficientes.

A APD exige a realização de um inquérito conduzido por peritos internacionais da Organização Mundial de Saúde, o apuramento de responsabilidades e a aplicação de todas as sanções cíveis e penais, bem como a exoneração do próprio ministro da Saúde, como primeiro responsável político do sucedido.

O Ministério da Saúde decidiria instaurar um inquérito preliminar através da Inspecção Geral de Saúde, recusando-se o ministro a fazer comentários sobre o assunto até a investigação terminar.



A Associação Portuguesa de Deficientes está contra a política economicista do Ministério da Saúde

Relatório sobre águas no segredo dos deuses

O Sindicato dos Técnicos Paramédicos (STP) desafiou o ministro da Saúde a tornar públicos os resultados do relatório anual da vigilância sanitária das águas.

Em comunicado, o STP afirma que existem «graves deficiências» na qualidade das águas de consumo, entre outras ligadas à política de gestão dos lixos, rede de esgotos e vigilância sanitária dos alimentos.

«Importa que a população saiba que também, e fundamentalmente, o ministro da Saúde tem responsabilidades directas na derrapagem dos indicadores sanitários que, curiosamente, se ficam pelo segredo dos gabinetes», afirma o comunicado.

A título de exemplo, o sindicato lembra que um estudo feito em Viseu (24 concelhos)

mostrou que três concelhos tinham mais de 50 por cento de resultados analíticos de águas bacteriologicamente impróprias para consumo.

Paralelamente, 11 concelhos, do mesmo distrito, apresentavam mais de 40 por cento de resultados analíticos de águas impróprias para consumo.

Ainda no mesmo distrito, apenas dois concelhos tinham água com menos de 25 por cento de análises e resultados bacteriologicamente impróprios para consumo.

As águas termais e águas de mesa analisadas, também em relação a 1992, em 21 e 12 por cento dos casos, respectivamente, eram bacteriologicamente impróprias para consumo, diz o STP.

ID e CGTP comentam Cavaco

A CGTP-IN emitiu a semana passada um comunicado onde comenta a comunicação ao País do primeiro-ministro Cavaco Silva e onde se afirma:

«O Primeiro-Ministro não assumiu com seriedade a gravidade da situação económica e social do País e pretendeu escamotear as responsabilidades da política do Governo nos últimos anos.

«Apesar de todos os apoios da Comunidade Europeia, apesar da dinâmica económica internacional até 1991, o primeiro-ministro vem agora reconhecer que a política do Governo não conseguiu preparar o País. Confirmou, de resto, que nunca teve uma estratégia de desenvolvimento e modernização do País.

«É verdade que, desde 1991, a situação internacional se vem deteriorando, mas isto deveria ter sido uma razão mais para que o Governo não tivesse enveredado por uma política económica e financeira que teve como efeito agravar a crise na agricultura, na indústria, no comércio, no consumo, e que está agora a traduzir-se no aumento do desemprego, que passa já dos 8 por cento da população activa, segundo os próprios dados oficiais.

«É pena que o primeiro-ministro não tenha aproveitado o seu discurso televisivo para anunciar uma nova política. Não só não o fez, como se limitou a repetir as mesmas orientações genéricas da sua política.

«Cavaco Silva insistiu na teoria do «oásis», afirmando que Portugal está em melhores condições que os outros Países da

Comunidade Europeia e que, nesta crise externa, Portugal não vai sofrer as consequências negativas que sofreu noutras.

«A isto chama-se demagogia e minimização dos graves problemas sociais que já hoje enfrentamos. O primeiro-ministro escamoteia que o nível de vida dos portugueses está muito longe da média comunitária. Continua a teimar na receita dos baixos salários. Os trabalhadores do nosso país, não só são os mais mal pagos de toda a Comunidade Europeia, como os seus salários continuam a distanciar-se em termos absolutos dos salários dos restantes trabalhadores comunitários.

Primeiro-ministro não tem soluções

Também a Comissão Directiva da Intervenção Democrática tomou posição em comunicado sobre o discurso televisivo do primeiro-ministro, Cavaco Silva, afirmando:

«A comunicação que o primeiro-ministro Cavaco Silva dirigiu ao País, bem ao estilo das «Conversas em Família», confirmou plenamente a profunda crise económica e social que o País atravessa, crise que vem sendo denunciada há longo tempo por todas as forças democráticas portuguesas, entre as quais a ID.

«O reconhecimento pelo primeiro-ministro desta situação, com a consequente degradação das condições de vida dos portugueses, não foi, ao contrário do que seria de esperar, do principal responsável pelo Governo, acompanhado do anúncio de medidas políticas concretas no sentido de ultrapassar esta crise, Cavaco Silva limitou-se a expressar convicções pessoais.

«Na sua intervenção o primeiro-ministro apontou como causa para a actual situação a recessão que se vive na Europa. A ID, reconhecendo a existência de uma crise económica europeia, não pode aceitar que este seja o único argumento para justificar o actual panorama económico e social de que o seu Governo é o principal responsável.

«O primeiro-ministro demonstrou ao País que não possui soluções para os graves problemas nacionais, que a política do Governo está desajustada relativamente às realidades do País e às necessidades dos portugueses e que existem razões objectivas para a continuação e intensificação da luta dos trabalhadores contra a política do Governo Cavaco Silva e para encontrar alternativas democráticas».

Desemprego no Porto a crescer

A União dos Sindicatos do Porto (USP) anunciou que «a taxa de desemprego no distrito do Porto cresce a uma média mensal superior a três mil e quinhentos trabalhadores, com especial intensidade nos concelhos do Porto, Matosinhos e Gaia».

Segundo a USP, «no final do mês de Abril, o desemprego deve atingir um dos níveis mais elevados dos últimos anos, ou seja, cerca de 60 mil desempregados representando oito por cento da população activa do distrito».

O desemprego, segundo a União, «é uma das mais sérias consequências da grave situação que atravessa todo o sector produtivo e que conduziu já ao encerramento de muitas dezenas de empresas do distrito».

Neste contexto, adianta em comunicado a USP, é particularmente «chocante que o primeiro-ministro tenha vindo ao Porto discutir com as mais variadas entidades e personalidades as perspectivas de desenvolvimento para a região e tenha esquecido as organizações sindicais».

«Tal facto demonstra bem o carácter de classe da sua política e a indiferença que lhe merecem os problemas dos trabalhadores», refere a USP, que repudia esta atitude do primeiro-ministro e exige que sejam tomadas as medidas necessárias para combater o desemprego existente e impedir o seu agravamento.

Integração das mulheres na vida activa

- proposta comunista aprovada por unanimidade

A Comissão dos Direitos da Mulher no Parlamento Europeu adoptou, por unanimidade, a proposta de resolução apresentada pelo eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro sobre a criação de empregos para as mulheres, na sequência de um relatório sobre a matéria de cuja elaboração foi encarregado.

A proposta, que será debatida em próxima sessão do PE, defende o reforço das políticas que facilitem a concretização dos objectivos sociais do mercado interno, e designadamente os que favoreçam a inserção da mulher na vida económica activa. Neste contexto, sublinha-se a importância das chamadas Iniciativas Locais de Emprego (ILE), entendidas como parte de uma estratégia de desenvolvimento regional e não como única forma de apoio a um grupo social desfavorecido.

De acordo com os considerandos da proposta, a comissão considera que, se certo que as ILE devem contribuir para a criação de empregos e empresas para e por mulheres, não devem por outro lado acentuar a sua sedimentação em cer-



As Iniciativas Locais de Emprego (ILE) devem contribuir para o desenvolvimento regional

tos sectores do mercado e de actividades 'tradicionais', mas antes contribuir para encorajar a diversificação profissional e sectorial de modo a contrariar o fenómeno de feminização de profissões e sectores de actividade.

A proposta defende ainda que a actual limitação das ILE de 2 a 5 postos de trabalho é demasiado restritiva, propondo que a

mesma seja revista e adaptada a uma prática mais maleável que não levante obstáculos a projectos mais ambiciosos e com maior impacto na dinâmica do desenvolvimento regional.

Na opinião da comissão, os projectos a desenvolver no âmbito das ILE devem ser examinados de forma integrada em estreita colaboração entre a Comunidade e as instâncias centrais e

regionais dos Estados-membros, sendo de admitir a criação de situações de excepção, designadamente ao nível de facilidades e benefícios fiscais, entre outras, que estimulem a criação de empregos. Propõe-se, por outro lado, que a problemática das ajudas regionais seja revista, tendo em conta o agravamento da situação em certas regiões e sectores, de forma a aproveitar todos os meios disponíveis para ajudar aos processos de recuperação, reestruturação, reconversão e dinamização dessas mesmas regiões.

Tendo em conta que a população feminina é particularmente numerosa no sector público, bem como nas administrações regionais e locais, considera a proposta que as ILE devem ser associadas à descentralização e à correspondente gestão dos recursos humanos, de modo a estimulá-los.

O financiamento das ILE e a divulgação da informação que lhe diz respeito são outras das preocupações da comissão dos direitos da mulher. Em relação ao primeiro aspecto, defende-se a associação do BEI (Banco Europeu de Investimento) às iniciativas a desenvolver; quanto ao segundo, propõe-se a ampla divulgação das iniciativas, designadamente entre as organizações femininas e os parceiros sociais, a simplificação dos processos de candidatura, a valorização da formação profissional, e a criação de infra-estruturas sociais (jardins de infância, entre outras) susceptíveis de contribuir para o desenvolvimento económico e social.

Criação de emprego Muita parra, pouca uva

Os ministros dos Assuntos Sociais dos Doze, reunidos dia 6 no Luxemburgo para debater a crise de emprego da Comunidade, manifestaram-se unanimemente a favor de uma política activa de criação de emprego, mas não foram capazes de apresentar medidas concretas e inovadoras para alcançar esse objectivo.

O debate, transmitido em directo por algumas cadeias de televisão - na pseudo-abertura das instituições comunitárias aos cidadãos - serviu essencialmente para os representantes de cada país procurarem transmitir uma mensagem de confiança aos eleitores. Um esforço frustrado pela inexistência de medidas reais e sobretudo convincentes.

Nas suas intervenções, os ministros defenderam a urgência de criar um clima de confiança necessário ao relançamento da actividade económica, de uma política activa de emprego não geradora de inflação e a favor do reforço da formação profissional, especialmente dirigida aos jovens e aos desempregados de longa duração. Pronunciaram-se ainda a favor do envolvimento das organizações patronais e sindicais na busca de respostas para a criação de emprego, bem como pela necessidade de uma reflexão conjunta de ministros das Finanças e do Emprego sobre a situação.

Para além deste reafirmar de boas intenções, é caso para dizer que no Luxemburgo nada de novo.

Não deixa, no entanto, de ser curioso assinalar que o ministro português, Silva Penada, afirmou na sua intervenção que **todos os responsáveis governamentais sabem o que deve ser feito para criar emprego e que a questão se deve centrar mais na forma como as políticas de emprego são executadas.** Face ao panorama de aumento crescente do desemprego na CEE (ver notícia sobre a matéria), cabe perguntar o que é que obsta a que se faça o que se diz saber ter de ser feito.

Segundo a Lusa, o ministro Silva Penada disse aos jornalistas, no final da reunião, que a situação portuguesa em matéria de emprego, "não sendo óptima, é satisfatória em relação aos demais parceiros comunitários", e que o executivo aposta no reforço da concertação social como "um excelente instrumento de criação de emprego produtivo".

O ministro referiu, por outro lado, que "aquilo que se está a passar em Portugal em matéria de política activa de criação de emprego não é muito diferente do que se faz nos restantes países da Europa, pelo que, passe a imodéstia, não temos grandes lições a receber nesta área".

Talvez por modéstia, Silva Penada esqueceu-se de referir que o que se faz nos outros países não está a resultar na criação de emprego, que Portugal foi um dos Doze cuja taxa de desemprego mais aumentou nos dois primeiros meses do ano, que a taxa oficial de desemprego no País não traduz a realidade, e que a concertação social nacional anda pelas ruas da amargura, não apenas no que se refere à criação de emprego, mas também quanto ao horário máximo de trabalho, à formação profissional e à actualização dos salários.

Dinamarca entre o 'Ja' e o 'Nej'

Ja? Nej? Sim? Não? Nim? Este o dilema dos dinamarqueses.

A um mês do segundo referendo sobre o tratado de Maastricht, os dinamarqueses continuam cada vez menos convencidos das apregoadas virtualidades do mesn. De acordo com uma sondagem divulgada no passado domingo, os defensores do "sim" diminuem a olhos vistos, situando-se agora em apenas 45 por cento. E isto apesar da nova consulta incluir já as cláusulas de excepção, que implicam que a Dinamarca, a aceitar a União Europeia, ficará por agora livre da moeda única, da cidadania europeia e da política de defesa e segurança comum.

O estudo, efectuado pelo Instituto Gallup, revela que

29 por cento dos dinamarqueses rejeitam o tratado, enquanto 22 por cento se afirmam ainda indecisos e quatro por cento dizem estar decididos a não votar.

Os dados revelam uma progressão dos opositores de Maastricht, em relação a outra sondagem efectuada uma semana antes; nessa altura, 27 por cento dos inquiridos eram a favor do "não", três por cento não tencionavam votar e a percentagem de indecisos era semelhante à apurada no último estudo.

Em Fevereiro, uma outra sondagem indicava que 54 por cento votariam "sim", 25 por cento "não", 13 por cento estavam indecisos e oito por cento não tencionavam votar.

Desemprego aumenta na Comunidade

Portugal foi dos países da Comunidade que registou um aumento mais significativo do desemprego entre Janeiro e Fevereiro de 1993, revelam dados divulgados a semana passada pelo Eurostat.

Segundo o serviço de estatística dos Doze, a taxa de desemprego na Comunidade Europeia elevou-se a 10,1 por cento em Fevereiro último, o que corresponde a um aumento de 0,1 pontos percentuais em relação a Janeiro deste ano e de 0,9 por cento em relação a Fevereiro de 1992.

Em Portugal, o desemprego aumentou 0,2 pontos percentuais nos dois primeiros meses do ano, passando de 5,0 por cento para 5,2 por cento. Em relação a Fevereiro de 1992, o aumento foi de 0,6 pontos percentuais.

O país da CEE que registou o maior aumento da taxa de desemprego, no mesmo período, foi a Espanha: 0,3 pontos percentuais, passando de 19,9 por cento para 20,2 por cento. Em relação a Fevereiro do ano passado, o aumento foi de 3,2 pontos percentuais. Ainda de acordo com o Eurostat, apenas no Reino Unido a taxa de

desemprego baixou entre Janeiro e Fevereiro, passando de 11,5 por cento para 11,4 por cento. Na Irlanda, a taxa de desemprego estagnou, fixando-se em 18,4 por cento, o mesmo sucedendo na Itália, com uma taxa de 9,8 por cento.

Os restantes países da Comunidade registaram um aumento de 0,1 pontos percentuais, como se pode verificar no quadro anexo. Em relação à Grécia e à Holanda, o Eurostat não dispunha de dados.

De referir que, nos últimos 10 anos, a taxa de 10,1 por cento de desemprego para o conjunto dos Doze só foi registada por duas vezes: no quarto semestre de 1983 e no quarto semestre de 1987.

Taxa de desemprego na CEE

	Fev.93	Jan.93	Fev.92
CEE 12	10.1	10	9.2
Bélgica	8.9	8.8	7.9
Dinamarca	10.1	10	9.2
Alemanha	5.1	5	4.2
Grécia	-	-	-
Espanha	20.2	19.9	17
França	10.4	10.3	9.9
Irlanda	18.4	18.4	17.2
Itália	9.8	9.8	10.1
Luxemburgo	2.1	2	1.8
Holanda	-	-	-
Portugal	5.2	5	4.6
Reino Unido	11.4	11.5	10.3

América Latina Uma luta difícil contra a miséria e pela paz

Todos os anos, manifestações populares marcaram a data do assassinato do arcebispo de San Salvador, Mons. Romero

Num quadro de fundo de profundos problemas socioeconómicos, vivem-se na América Latina realidades diferenciadas que passam não apenas por situações de agravamento da pobreza como por difíceis processos negociais de implantação de condições de paz, ou ainda lutas laborais a fazer barreira a políticas económicas anti-sociais.

Uma diversidade — com traços comuns — de que aqui damos alguns exemplos. Da grave situação que atinge as crianças da Nicarágua, ao acordo obtido pelos sindicatos na Bolívia, e ainda a decisão de amnistiar os responsáveis de anos de massacres em El Salvador.



Crianças da Nicarágua

Metade da população da Nicarágua (4 milhões de pessoas) tem menos de 16 anos. Destes cerca de dois milhões de crianças e adolescentes, mais de um terço são considerados pela UNICEF como «menores vivendo em condições particularmente difíceis», expostos a graves riscos de ordem física, psicológica e social prejudiciais ao seu desenvolvimento integral e susceptíveis de os afectar de forma permanente.

Segundo o deputado Orlando Rizo, pediatra e membro da comissão sanitária da Assembleia nacional, um nicaraguense consome apenas 1500 calorias por dia, uma das taxas mais baixas do mundo. De acordo com as estatísticas oficiais, há no país 120 000 crianças subalimentadas — é o caso de 85% dos que morrem no hospital. Tem-se vindo a registar um aumento sensível da mortalidade infantil e materna.

Entretanto, a segunda fase do plano de ajustamento estrutural, iniciada em 11 de Janeiro deste ano — e que passa pela desvalorização da moeda nacional e o congelamento dos salários — tendo por lógica essencial o estímulo às exportações, levará ainda ao agravamento desta situação.

Amnistia para assassinos

Passaram, este mês de Abril, 13 anos sobre o assassinato do arcebispo de San Salvador, Romero, a “voz dos sem voz”, como era conhecido. Há quatro anos, o reitor da Universidade centro-americana e seis jesuítas foram igualmente assassinados. O massacre de camponeses, a morte selectiva dos que se bateram contra a ditadura em El Salvador marcaram o quotidiano do país ao longo de anos.

Agora, em véspera da divulgação do relatório da Comissão da Verdade, que explicitamente denuncia estes crimes, seus autores e responsáveis, o governo de Alfredo Cristiani decreta uma amnistia geral e absoluta, que leva à libertação dos assassinos, uma medida que provoca protestos generalizados, nomeadamente da igreja salvadorenha.

Nesta nova fase da vida de El Salvador, em que a paz se tornou possível e se afirmam perspectivas de transformação da vida sociopolítica do país, esta medida premeia os assassinos e esquece as vítimas, e objectivamente poderá construir também um estímulo a qualquer outro surto de violência.

Entretanto, e como já foi anteriormente anunciado, a administração norte-americana decidiu investigar o papel do exército americano nos crimes cometidos em El Salvador sob os governos republicanos de Reagan e Bush, que armaram e financiaram o exército salvadorenho, afirmando que ele respeitava os direitos do homem.

decisão do governo de proibir manifestações.

Segundo a France Presse, a polícia francesa fez uso mortal das suas armas 27 vezes em cinco anos, de 1988 a 1992. São dados fornecidos pelo Ministério do Interior, que mostram que o número de vítimas mortais da polícia tem vindo a crescer de ano para ano.

Em 1993, e apenas neste mês de Abril, três jovens já morreram na sequência da brutalidade da polícia.

Acordo na Bolívia

Nos últimos dias de Março, foi assinado um acordo entre o governo social-democrata de Jaime Paz Zamora e a Central Operária Boliviana (COB).

O acordo surge na sequência de um mês de manifestações, suspensões de trabalho e greves de fome que abrangeu todo o país e levou à paralisação de escolas, hospitais, minas e caminhos-de-ferro.

As negociações entre a COB e o governo realizaram-se com a mediação da conferência episcopal.

O governo comprometeu-se a suspender o processo de privatização das minas de estanho — um dos principais recursos económicos do país —, do petróleo, das telecomunicações e da companhia aérea nacional.

Os aumentos salariais acordados não correspondem entretanto às exigências dos trabalhadores, nomeadamente no que se refere ao salário mínimo, o que levou alguns sectores, em particular professores e mineiros, a manifestarem o seu protesto nas ruas de La Paz.

O governo comprometeu-se a não proceder a despedimentos nas minas e no sector público, a manter os serviços nacionais de saúde, educação e segurança social e a libertar os trabalhadores presos nas manifestações de Março.

A COB decidiu suspender a greve de fome realizada por mais de 700 dirigentes sindicais desde dia 1 de Março, dos quais dois já tinham sido hospitalizados em estado grave.

Facto particularmente significativo — o acordo governo-sindicatos põe em causa acordos anteriores da Bolívia com o Banco Mundial, que passavam pelo licenciamento de 40% dos trabalhadores da companhia mineira nacional e a sua abertura ao capital privado em troca de 20,7 milhões de dólares para apoiar um programa de redução da dívida aos bancos comerciais.

França

As vítimas da polícia

O novo ministro francês do Interior, do governo de direita agora no poder em França, inaugurou o seu mandato de forma bem significativa — proibindo a realização de manifestações em Paris.

Objectivo imediato — impedir os protestos contra a morte, a tiro, numa esquadrilha da polícia parisiense, de um adolescente zairense de 17 anos, acusado de roubo de cigarros(!).

Apesar da proibição, jovens manifestantes voltaram a desfilar pelas ruas de Paris, contra a violência policial e a

Bósnia

As forças da NATO concluíram, no início desta semana, os preparativos para a operação destinada a impor a zona de exclusão aérea sobre a Bósnia. Com o nome de Código de “Deny Flight”, esta operação poderá vir a aumentar mais ainda a tensão e os perigos de escalada do conflito, e é a primeira que a NATO realiza (embora formalmente sob patrocínio das Nações Unidas) fora do seu território desde a sua fundação em 1949.

Cerca de 70 aviões de combate dos países membros da NATO — holandeses, franceses e norte-americanos — estão estacionados fundamentalmente em quatro bases aéreas italianas.

Entretanto, munições foram encontradas num camião da FORPRONU durante um controlo efectuado pelas forças sérvias, bem como em dois contentores no aeroporto de Sarajevo.

O camião fazia parte de um comboio da Alto comissariado da ONU para os refugiados (ACNUR) destinado a uma zona sob controlo muçulmano.

África do Sul

O ministro da Lei e da Ordem sul-africano, HERNUS KRIEL, revelou na Cidade do Cabo que 210 presos morreram em 1992 nos calabouços das esquadrilhas da polícia da África do Sul durante o seu período de detenção.

Hernus Kriel, que respondia a uma questão de um deputado do parlamento sul-africano, acrescentou que no ano anterior 153 detidos morreram nas mesmas circunstâncias.

O problema da morte de detidos nas esquadrilhas da polícia tem sido alvo de polémica na África do Sul desde que um médico legista, Jonathan Gluckman, afirmou em Julho último que, dos 200 casos que estudara, 90 por cento das mortes tinham origem na violência policial.

Kuwait

Kuwait concluiu um contrato de 200 milhões de dólares com os Estados Unidos, relativo à aquisição de mísseis antimíssil Patriot, anunciou o ministro da defesa kuwaitiano, Ali Sabah Al-Salem.

A compra dos Patriot faz parte de um negócio mais amplo feito com os Estados Unidos, que inclui nomeadamente 256 tanques M1-A2 Abrams.

Em Março de 1992, o Pentágono apresentou ao Congresso um pedido de venda de armas ao Kuwait, principalmente mísseis e equipamento antimíssil, num valor total de 2,5 mil milhões de dólares.

Sudão

Quase três milhões de pessoas estão em perigo de vida em consequência da guerra e da fome que atingem o Sudão, revelou o Programa Alimentar Mundial (PAM).

Segundo o PAM, agência humanitária das Nações Unidas, 1,7 milhões de pessoas estão deslocadas ou são afectadas pela guerra, a que se juntam 1,1 milhões vítimas da fome.

Grã-Bretanha

A popularidade do governo britânico junto da eleitorado atingiu o ponto mais baixo de todos os tempos, um ano depois das eleições gerais de Abril 1992, revela uma sondagem da organização «Gallup» para o jornal londrino «The Daily Telegraph».

O Partido Trabalhista tem agora 49 por cento do apoio do eleitorado face a apenas 30,5 por cento para os conservadores.

Sobre a competência do governo conservador, apenas 14 por cento aprova a sua actuação face a 76 por cento que manifestaram a sua discordância.

Estes resultados foram obtidos mediante uma sondagem feita junto de 1132 eleitores, entre 30 de Março e 5 de Abril.

Índia

Setenta e oito deputadas de 60 países inauguram a 89.ª Conferência Inter-parlamentar para analisar os desequilíbrios da participação dos dois sexos na vida política.

As deputadas vão elaborar um plano de acção para corrigir o desequilíbrio da participação de homens e mulheres na vida política, saúde e bem-estar social dos idosos e preparação pelas Nações Unidas do Ano Internacional da Família para 1994.

As legisladoras discutem também o apoio parlamentar à adopção pelas Nações Unidas de uma declaração sobre a eliminação da violência sobre mulheres e a quarta Conferência mundial sobre a mulher.

África do Sul

Assassinato de Chris Hani
impõe reforço da luta pela paz

Chris Hani «é um mártir da causa da justiça e da paz. A sua morte obriga-nos a seguir esta causa com uma determinação e vigor ainda maiores. Obrigamo-nos também a recusar actos de violência, mesmo motivados pelo desejo de vingar a sua morte», disse Mandela em comunicado divulgado imediatamente após a notícia do assassinato do dirigente do ANC.

«Chris consagrou a sua vida a lutar por uma sociedade justa. Desempenhou um papel central no esforço comum para chegar a uma solução negociada dos problemas do nosso país», acrescentou.

O presidente do ANC referiu, ainda, que nestes últimos dias Chris Hani se encontrava no primeiro plano da campanha lançada para «pôr fim à violência» e «encorajar a tolerância» na África do Sul.

Os responsáveis pela morte de Hani são «inimigos dementes da justiça, democracia e paz», acentou.

Em vésperas do assassinato, e em palavras que dramaticamente surgem como proféticas, Mandela afirmou em Dacar – «o que constatamos é que a violência reaparece cada vez que as negociações constitucionais vão no bom caminho», acrescentando que, na sua opinião, há



Chris Hani, secretário-geral do Partido Comunista da África do Sul, assassinado no passado dia 10 de Abril

«forças na sombra» que sabotam o diálogo.

Essas «forças na sombra» manifestaram-se nestes dias, mais uma vez. E têm nomes. E gente armada. Comandos prontos a matar. Janusz Jakob Walus, que a polícia sul-africana deteve como o assassino do dirigente do ANC, imigrante polaco, é desde 1986 membro do AWB, o partido neonazi «Movimento de Resistência Afrikaner».

Foi o próprio líder do AWB, Eugène Terre Blanche, que admitiu este facto, acrescentando ainda que, condenando embora o assassinio de Chris Hani, compre-

endia as motivações que poderiam levar qualquer branco a matá-lo. E afirmou ter sob seu controlo pelo menos 400 000 «comandos» do AWB. Prontos a matar.

O assassinato foi unanimemente condenado por todo o espectro político sul-africano.

Os Estados Unidos qualificaram entretanto o assassinio de «acontecimento deplorável e perturbador», sublinhando que a morte de Hani questiona «a necessidade de se pôr termo à violência no país e fazer avançar as negociações para criar condições para uma África do Sul democrática».

Violência que, para já, marca o quotidiano do país. O próprio Hani já tinha sido anteriormente alvo de pelo menos dois atentados, o que levou o vice-presidente do ANC, Walter Sisulu, a enviar em 1992 uma carta ao ministro da Lei e da Ordem, solicitando-lhe medidas especiais de protecção para o dirigente agora assassinado.

Neste momento, o que está em causa, é impedir uma generalização da violência, também fruto do desespero da maioria negra, e que já se manifestou na morte de alguns brancos. E sobretudo manter de pé o processo de reformas negociadas na África do Sul, que os promotores do assassinato pretendem sem dúvida boicotar.

Para já, a possibilidade de incluir forças policiais internacionais na investigação da morte de Chris Hani, proposta pelo presidente do PC Sul-Africano, Joe Slovo, está a ser considerada pelas autoridades sul-africanas. Frederik De Klerk admitiu também que Pretória possa vir a fornecer segurança específica a todos os políticos de relevo, envolvidos no processo de negociações.

Mas, naturalmente, a questão central será avançar com o processo de negocia-

ções, que diz respeito ao futuro de todos os sul-africanos, e nomeadamente aos brancos, «uma minoria que tem medo», nas palavras de Mandela.

Em recentes declarações em Dacar, Mandela sublinhou que «o ANC faz tudo para acalmar os seus receios e deve convidá-los a resolver com todos os outros sul-africanos os problemas que se colocam à África do Sul» e lembrou que o movimento anti-apartheid é a única organização sul-africana a fazer da unidade nacional uma das suas prioridades.

«A África do Sul – concluiu – pertence a todos os povos que a compõem num espírito de igualdade racial e de aproximação entre brancos e negros».

PCP solidário

Por ocasião do assassinato de Chris Hani, secretário-geral do Partido Comunista Sul-Africano e membro do Comité Executivo do ANC, o Secretariado do CC do PCP enviou as mensagens que aqui reproduzimos.

Ao Comité Central do
Partido Comunista Sul-Africano

Queridos camaradas,

Condenando firmemente o criminoso assassinato do camarada Chris Hani, Secretário-geral do Partido Comunista Sul-Africano e alto dirigente do Congresso Nacional Africano, transmitimo-vos, e por vosso intermédio a todos os comunistas, aos militantes anti-apartheid, ao povo sul-africano, as sentidas condolências e os sentimentos de fraternal solidariedade dos comunistas portugueses.

O assassinato do camarada Chris Hani, exemplo prestigioso de comunista, revolucionário e combatente da liberdade, representa uma grande perda para o PCSA e para o ANC. Mas ele não deterá a luta libertadora dos trabalhadores e do povo sul-africano contra o odioso regime do «apartheid», responsável por este novo crime.

Neste momento de dor e luto para o povo sul-africano, queremos confirmar-vos, queridos camaradas, a inteira solidariedade dos comunistas portugueses para com a vossa luta heróica e a certeza na sua vitória.

Ao Comité do
Congresso Nacional Africano

Queridos camaradas,

Condenando fortemente o assassinato de Chris Hani, Secretário-geral do Partido Comunista Sul-Africano e membro do Comité Executivo do ANC, o Partido Comunista Português transmite-vos as sentidas condolências e os sentimentos de fraternal solidariedade dos comunistas portugueses.

O assassinato de Chris Hani representa uma grande perda, mas não deterá a luta libertadora dos trabalhadores e do povo sul-africano contra o apartheid, pela democracia e o progresso social.

Nesta hora de dor e de luto, o PCP confirma-vos a inteira solidariedade dos comunistas portugueses, seguros que o apartheid será liquidado e um regime democrático e de progresso social pelo qual deu a vida Chris Hani, será conquistado pela luta dos trabalhadores e do povo sul-africanos.

Telegrama a
Lopo do Nascimento

Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido Comunista Português, enviou a Lopo do Nascimento, secretário-geral do MPLA, o seguinte telegrama:

Querido Camarada,

Felicitando-o pela sua eleição como Secretário-Geral do MPLA, transmito-lhe, em nome dos comunistas portugueses, fraternais saudações e os melhores votos no exercício das suas altas responsabilidades.

O MPLA e o povo angolano, neste momento empenhados num combate de crucial importância para os destinos da República Popular de Angola e de toda a África Austral, podem estar certos da solidariedade de sempre dos comunistas portugueses e do seu empenho em prosseguir e fortalecer sempre as mais tradicionais relações de amizade e cooperação existentes entre o PCP e o MPLA.

Saudação
ao PC da Índia (M)

O Secretariado do CC do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista da Índia (Marxista) a seguinte saudação:

Os comunistas portugueses saúdam a grande vitória eleitoral do PCI (M) e outras forças de esquerda no Estado de Tripura e desejam-vos grande sucesso no governo do estado em defesa dos direitos dos trabalhadores e da população.

Bósnia

Operação «Deny Flight»
mais uma acha na fogueira

A situação na Bósnia acaba de sofrer novo agravamento com o início da operação «Deny Flight». Os caças da NATO esquadriham a partir de agora os céus da Bósnia, podendo abater – feita a devida advertência – qualquer aparelho que surja no espaço proibido.

Entretanto, em terra, a guerra continua. Intensificam-se os combates na região de Srebrenica. Por outro lado, o comandante do exército muçulmano-bósnio, Sefer Halilovic, não compareceu no encontro previsto das chefias militares, em Sarajevo.

A tensão é crescente, e os comboios humanitários foram suspensos pelo Alto-Comissariado para os Refugiados. Sábado passado, as autoridades dos enclaves muçulmanos de Srebrenica e Gorazde impediram a evacuação de refugiados. A batalha continua, entre as diferentes forças armadas, pela posse do território, a conquista de posições ou de corredores, que possam vir a ser impostos como realidades de facto quando um processo negocial finalmente avançar.

A operação «Deny Flight» – que dá seguimento à Resolução 816, de 31 de Março, do Conselho de Segurança das Nações Unidas,

permitindo o emprego da força – surge como mais uma acha para a fogueira, uma ameaça de acrescentar guerra a uma guerra que já fez muitos milhares de vítimas.

Esta operação militar envolve alguns factos particularmente preocupantes.

Antes do mais, trata-se da primeira missão da Aliança Atlântica numa zona de guerra, e fora das fronteiras dos respectivos Estados membros. Para mais surgindo como braço armado da ONU, com todos os perigos inerentes, não apenas no que se refere à situação que hoje se vive na ex-Jugoslávia, mas como precedente para outros conflitos.

Mais preocupante ainda é a possibilidade de se vir a encarar, em termos práticos, uma intervenção militar em terra. E a verdade é que se sabe da elaboração de vários projectos, implicando dezenas de milhar de homens da NATO, que teriam como missão impor pela força um plano internacional de paz. Objectivo contraditório em si, e em que à partida se ignora, não apenas a complexidade da situação, o próprio sentido da palavra paz, mas também as lógicas da guerra, que os generais da NATO deveriam conhecer particularmente bem.

«Ser jovem comunista, agir para transformar»

4º Congresso da JCP propõe medidas concretas

para resolver os problemas da juventude



A Base Programática aprovada no 4º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa, que teve lugar no Barreiro a 3 e 4 de Abril, contém um vasto conjunto de propostas e reivindicações concretas para uma política que resolva efectivamente os problemas dos jovens. Simultaneamente, elas correspondem às mais profundas aspirações da juventude portuguesa, porque nelas se reconhecem as reivindicações da luta e do movimento juvenil. Aqui referimos algumas dessas 266 medidas concretas que a JCP avança como «base programática para o desenvolvimento da acção e luta da juventude portuguesa».

Pelo direito à educação!

Ensino gratuito!

O custo real da Educação é um factor desmobilizador e impeditivo para milhares de jovens, impondo sacrifícios nada compatíveis com o exercício de um direito fundamental.

- A JCP propõe e reivindica:
- A Educação assumida como uma prioridade real ao nível do financiamento público.
 - A cobertura integral do território nacional pela rede escolar pública a todos os níveis.
 - A garantia de apoio social a todos os estudantes que dele careçam.
 - A gratuidade dos transportes motivados pelo cumprimento da escolaridade obrigatória e a criação de passes para estudantes com desconto de 50%.
 - A redução generalizada dos preços dos materiais e livros escolares.
 - A abertura de mais cantinas, de modo a cobrir todos os estabelecimentos de ensino, com melhor qualidade e preços reduzidos.
 - A abertura de mais residências universitárias em todos os centros urbanos onde existam estabelecimentos do Ensino Superior e a recuperação das que se encontram degradadas.
 - A actualização do montante das bolsas de estudo, o alargamento do número de estudantes que beneficiam delas e a revisão dos critérios para a sua atribuição.
 - O alargamento e diversificação do Ensino Superior público e a cessação dos incentivos à proliferação indiscriminada do Ensino Superior privado.
 - A revogação da lei das propinas.

Ensino de qualidade!

O incremento da qualidade de ensino, dotando as escolas dos meios humanos, materiais, financeiros e pedagógicos indispensáveis ao cumprimento do seu objectivo, é uma base fundamental para o sucesso do sistema educativo.

- A JCP propõe e reivindica:
- A transferência para as autarquias das verbas necessárias à manutenção e melhoria das escolas sob sua responsabilidade.
 - O combate ao insucesso e abandono escolar, com medidas pedagógicas e sociais.
 - O alargamento da rede escolar pública, combatendo a sobrelotação e impedindo turmas superiores a 25 alunos.
 - A recuperação do parque escolar, profundamente degradado nos principais centros urbanos.
 - A criação de condições de segurança nas escolas e nos percursos de acesso.
 - A existência dos materiais e equipamentos necessários ao funcionamento das aulas, nomeadamente nas áreas científicas, técnicas e artísticas.
 - A valorização das componentes tecnológicas, artísticas e físicas na formação escolar.
 - A inclusão da Educação Sexual, da Educação para a Saúde e da Educação Ambiental nos currículos do Ensino Básico e Secundário.
 - O aumento do número de funcionários auxiliares nas escolas e respectiva formação.
 - A implementação de uma verdadeira Reforma do Sistema

Pelo direito ao trabalho!

Emprego estável!

Porque o trabalho estável e a realização profissional devem ser direitos de todos, a JCP propõe e reivindica:

- Fim da utilização abusiva dos contratos a prazo.
- Funcionamento dos centros de emprego como instrumentos activos de obtenção de emprego pelos jovens.
- Revogação da norma legal que possibilita a contratação a prazo de jovens, só porque procuram o primeiro emprego.
- A revogação do «Pacote Laboral», nomeadamente: da norma que permite o despedimento do jovem trabalhador com base no critério da «inadequação» ao posto de trabalho; da norma que cria «as comissões de serviço» como forma de precarização

do emprego dos jovens quadros; da norma que alarga o período experimental para 6 meses.

- Fim da utilização abusiva dos recibos verdes.
- Medidas eficazes de protecção do posto de trabalho e dos direitos das mulheres durante a gravidez e no período pós-parto.
- Condições efectivas para a promoção na carreira profissional.
- A garantia de acesso ao emprego dos jovens deficientes em condições não discriminatórias.

Salários justos!

A JCP propõe e reivindica:

- Aumento dos salários em todos os sectores de modo a permitir a efectiva melhoria das condições de vida.
- O aumento do salário mínimo nacional para 60 000\$00.
- Eliminar as discriminações salariais em função da idade ou do sexo.
- Que o salário mínimo nacional abranja também os menores de 18 anos.

Condições de trabalho dignas!

A JCP propõe e reivindica:

- A definição rigorosa dos horários de trabalho.
- 40 Horas como horário máximo semanal de trabalho.
- Efectiva fiscalização e exemplar punição das entidades empregadoras de crianças.
- 16 anos como idade mínima para ingresso no mercado de trabalho.
- 35 Horas como horário máximo para os trabalhadores entre os 16 e 18 anos.
- A proibição dos menores de 18 anos trabalharem entre as 20 e as 6 horas.
- A efectiva aplicação do subsídio de desemprego aos jovens.
- A reformulação do subsídio de inserção na vida activa, aumentando as suas remunerações para 80% do SMN e alargando os seus critérios de aplicação.
- O respeito das normas de higiene e segurança.

Formação profissional!

Reclamando para cada um o direito à formação inicial e contínua, a JCP propõe e reivindica:

- Um efectivo plano nacional para a formação profissional, que assegure a todos os jovens que o desejem um período de formação profissional após a conclusão da escolaridade obrigatória.
- Cumprimento e mais rigorosa definição do estatuto geral do formando, garantindo bolsas condigas, celebração de contratos de formação, regalias sociais, garantias de colocação profissional, direito de constituição de associações de formandos, e uma efectiva ocupação formativa.
- A aplicação do Estatuto do TE aos trabalhadores-estudantes que frequentem cursos de formação profissional.
- A adopção do salário mínimo nacional, como mínimo para os jovens em formação profissional e definição de critérios transparentes que levem à real e completa concretização dos pagamentos aos formandos.
- A responsabilização das entidades patronais pela garantia dos direitos de formação profissional dos respectivos trabalhadores, dentro ou fora da empresa.
- Aproveitamento integral, produtivo e transparente dos fundos comunitários.
- Revisão dos actuais objectivos do programa IJOVIP, alargando os direitos dos que o frequentam, designadamente férias, segurança social e garantia de colocação nas empresas.

Liberdade de acção e organização!

Porque os jovens não abdicam de defender os seus interesses e de procurar a sua justa resolução, a JCP propõe e reivindica:

- A garantia do exercício do direito à greve.
- A revogação do Pacote Laboral.
- A garantia do direito de sindicalização e da liberdade de acção sindical no local de trabalho.
- A dotação da Inspeção Geral do Trabalho dos meios técnicos, financeiros e humanos para uma intervenção eficaz junto das empresas.

Educativo, que dê resposta às aspirações dos jovens e às necessidades do País.

Prosseguir os estudos!

Para que os jovens possam prosseguir os estudos de acordo com a sua vontade e capacidade, a JCP propõe e reivindica:

- O fim do «numerus clausus» até 1996.
- O fim das provas de aferição e um novo sistema de acesso ao Ensino Superior, a vigorar até acabar o «numerus clausus», que considere apenas as notas do Secundário e das Provas Específicas.
- A criação de alternativas válidas de formação média e profissional.
- A garantia de condições para o cumprimento da escolaridade mínima, gratuita e obrigatória de 9 anos.
- A efectiva aplicação e alargamento do âmbito do Estatuto dos trabalhadores-estudantes, com aplicação de coimas às entidades patronais que o não respeitem.
- A cobertura nacional por escolas com funcionamento nocturno (incluindo os serviços escolares).
- A organização, em horário pós-laboral, de cursos no Ensino Superior.
- A fixação de um contingente específico de trabalhadores-estudantes para acesso ao Ensino Superior, enquanto se mantiverem os «numerus clausus».

Ensino participado!

Para que seja exercido o direito a uma participação activa e empenhada dos estudantes na Educação, a JCP propõe e reivindica:

- O aprofundamento e desenvolvimento da gestão democrática das escolas, criando condições para uma efectiva participação de toda a comunidade escolar.
- A aplicação e regulamentação da participação dos estudantes prevista na Lei de Bases.
- A participação dos estudantes na gestão e organização das actividades lúdicas, desportivas e culturais.
- A revogação do diploma que cria o cargo de director executivo.
- A eleição, também no Ensino Secundário, dos representantes dos alunos nos órgãos de gestão.
- O aumento do número de estudantes e a participação de trabalhadores-estudantes nos órgãos de gestão.
- O efectivo cumprimento da lei das AEs e a regulamentação dos direitos nela consagrados.
- A transparência e rapidez no processo de constituição e legalização das AEs, impedindo as ingerências abusivas do Instituto da Juventude neste processo.
- A melhoria do estatuto do dirigente associativo e a sua efectiva aplicação.
- A consolidação da autonomia universitária alargando a sua aplicação às universidades onde a lei não foi cumprida, nomeadamente no que concerne à paridade entre estudantes e docentes.
- A participação dos estudantes na gestão das escolas privadas.

Juventude

Pelo direito a uma vida independente!

Habitação digna!

Para que os jovens possam ter acesso a uma habitação condigna, a JCP propõe e reivindica:

- Uma política nacional de habitação, assente num plano nacional, onde o Governo assumira as responsabilidades constitucionais e institucionais nesta matéria, em diálogo com as autarquias, as cooperativas e as empresas do sector.

- O estímulo e apoio à construção de fogos para renda social.

- A adopção de vastos programas de recuperação, para habitação, de áreas degradadas (sejam centros históricos ou bairros degradados), envolvendo a população.

- Regulamentação de uma quota mínima obrigatória para construção de habitação para arrendamento.

- O alargamento das condições de atribuição do subsídio de renda aos jovens.

- A alteração radical do crédito jovem bonificado, nomeadamente aumentando o crédito disponível e adequando as condições de pagamento (prestações, quantitativos, juros) à realidade social dos jovens.

Amor e sexualidade!

Recusando as hipocrisias morais e os preconceitos que negam o acesso à informação, desenvolvem poderosas inibições e impedem uma atitude responsável e natural perante a sexualidade, a JCP propõe e reivindica:

- A efectivação do direito ao planeamento familiar e o estímulo ao seu acesso por parte dos jovens.

- O funcionamento e eficaz divulgação de uma rede de planeamento familiar acessível aos jovens menores de 18 anos sem necessidade de acompanhamento familiar.

- A realização de campanhas de âmbito nacional de informação e esclarecimento.

- A efectiva aplicação da Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez.

- A obtenção gratuita de meios anticoncepcionais, nas consultas de planeamento familiar ou sob receita médica.

Criar os filhos em condições dignas!

Porque os jovens devem poder decidir quando ter um filho e porque um desenvolvimento harmonioso depende das condições em que se nasce e se cresce, a JCP propõe e reivindica:

- O aumento do abono de família, do subsídio de aleitamento e do subsídio de nascimento, reajustando-os às despesas reais.

- O direito efectivo da mãe à licença de parto de 180 dias e a redução do horário, para os pais, até 1 ano após o nascimento.

- O desenvolvimento de uma rede pública de educação pré-escolar, que garanta a universalidade da sua frequência entre os 5 e os 6 anos de idade e a possibilite a todas as crianças a partir dos 3 meses.

Por uma vida activa, criativa e de qualidade!

Pelo direito à prática desportiva!

Para a criação de condições objectivas de desenvolvimento do sistema desportivo e acesso à prática desportiva, a JCP propõe e reivindica:

- Adopção de um plano nacional que incentive a participação dos jovens, que apoie o associativismo e que crie as condições indispensáveis (nomeadamente infra-estruturas) para a prática desportiva generalizada da juventude.

- Uma política descentralizada, atribuindo verbas às autarquias para o desenvolvimento da prática desportiva, assente, nomeadamente, nas associações populares e clubes desportivos.

- O desenvolvimento do desporto de alta competição através da criação de condições de infra-estruturas, de apoio técnico e material aos jovens atletas e de condições para a detecção das qualidades desportivas dos jovens.

- O apoio efectivo ao desporto escolar, incluindo a nível primário.

Plena fruição e criação cultural!

A cultura é um bem social a que todos devem ter acesso. A JCP reivindica e propõe:

- A atribuição de bolsas de incentivo à livre criação dos jovens.

- Criação de bibliotecas públicas, desenvolvimento de programas culturais escolares, gratuidade dos museus.

- Concessão de apoios não discriminatórios a grupos e a jovens que desenvolvam projectos artísticos ou culturais.

- O fim da taxa do IVA nos livros e de todas as taxas que recaem sobre a sua cadeia de produção, baixando o seu preço.

- O fim do IVA nos instrumentos musicais e nos materiais de expressão artística.

- Uma política de revitalização das infra-estruturas existentes, incentivando e apoiando a sua utilização por jovens.

Aprofundar os laços com outras culturas!

A todos, e sobretudo aos jovens, deve ser facultada a possibilidade de conhecer, contactar, cooperar e ser solidário. A JCP propõe e reivindica:

- A indexação do custo do cartão *Inter-rail* a 60% do salário mínimo nacional e o alargamento do número de países que permite visitar e dos transportes que permite utilizar.

- O apoio às iniciativas de expressão e divulgação das culturas de outros povos.

- Assegurar que as verbas canalizadas pelo Estado para o turismo juvenil e estruturas respectivas sejam efectivamente usadas na promoção do turismo para todos os jovens.

- Incentivar o intercâmbio juvenil com os PALOPs.

- Incentivar o intercâmbio estudantil, promovendo bolsas de estudo no estrangeiro e aumentando a capacidade de recepção em Portugal de estudantes de outros países.

Livre associação!

O associativismo, nas diversas expressões e formas de intervenção que assume, deve desenvolver-se sem limitações. A JCP propõe e reivindica:

- O respeito da autonomia e independência das associações juvenis pelo Governo e autarquias.

- A garantia do direito dos menores de 18 anos se podem associar e constituir associações.

- O aumento das verbas destinadas ao apoio à actividade das associações juvenis.

- A criação de um quadro legislativo que defina os critérios de apoio ao associativismo juvenil com base na actividade, e o faça de forma transparente e não discriminatória.

- O fim da exclusão do associativismo informal dos apoios do Instituto da Juventude.

- A transformação do Instituto da Juventude num organismo que estimule e apoie, financeira e tecnicamente, a actividade das associações juvenis.

- A completa simplificação da inscrição no Registo Nacional de Associações Juvenis e do acesso à personalidade jurídica.

- Apoio técnico e financeiro à imprensa de associações juvenis.

Serviço de saúde gratuito e eficaz!

Para um serviço de saúde de qualidade e gratuito, a JCP propõe e reivindica:

- Uma política de saúde que considere as necessidades específicas dos jovens no âmbito de um Serviço Nacional de Saúde gratuito, descentralizado e funcional.

- O fim de todo o tipo de taxas moderadoras.
- Criação de serviços médicos nas escolas e locais de trabalho.

- Reactivação e generalização de serviços médico-sociais no Ensino Superior.

- A redução significativa do preço dos medicamentos.

- A anulação da carga fiscal que recai sobre os preservativos.

- Realização sistemática de acções de prevenção e informação sobre a SIDA e o equipamento, a nível nacional dos serviços de saúde com os meios que possibilitem o tratamento de doentes com SIDA.

Protecção eficaz contra a droga!

É urgente a existência de uma verdadeira política integrada e coordenada de combate à droga. A JCP propõe e reivindica:

- Medidas sistemáticas e eficazes de combate ao tráfico, de prevenção, de tratamento e de reintegração social dos toxicodependentes.

- Acções de prevenção do consumo de drogas em meio escolar.

- Realização de acções de sensibilização dos profissionais de comunicação social para o tratamento adequado de questões relacionadas com a droga.

- Criação e dotação suficiente pelo Estado de estabelecimentos destinados ao atendimento, tratamento e reinserção social de toxicodependentes (com a promoção de programas de emprego de ex-toxicodependentes fora das suas áreas habituais de residência).

- Disposições legais sobre o procedimento penal com o objectivo de encaminhar os arguidos por consumo de droga para formas de tratamento, e não para a simples detenção em estabelecimentos prisionais.

- Disponibilização de meios suficientes para o combate mais eficaz às redes de traficantes de droga.

- Uma política eficaz e coordenada de combate ao branqueamento de dinheiro proveniente da droga.

- A punição mais severa para os traficantes de droga e branqueadores de dinheiro.

Combate à marginalidade e prostituição!

O combate à marginalidade não pode ser dissociado da construção de uma sociedade justa, mas exige desde já medidas firmes no sentido da reintegração social dos milhares que são atirados para as margens da sociedade. A JCP propõe e reivindica:

- A adopção duma política de combate às desigualdades sociais, à miséria, à exploração e à degradação das condições de vida como elemento fundamental de combate à marginalidade e delinquência.

- Medidas para o desmantelamento das redes de tráfico de prostitutas e para a reinserção social das prostitutas.

- A criação de condições prisionais que favoreçam a formação e correcta integração social dos reclusos e a defesa dos presos preventivos face ao meio prisional.

- A dotação das forças policiais com meios suficientes para assegurar a segurança das populações.

- O funcionamento adequado das instituições vocacionadas para a reinserção social de jovens.

Ambiente equilibrado e sadio!

Para defender o eco-sistema terrestre, a JCP propõe e reivindica:

- Uma política global de Ambiente que vise a efectiva resolução dos problemas ambientais e baseada no desenvolvimento auto-sustentado.

- A regulamentação total da Lei de Bases do Ambiente e o cumprimento das leis de protecção ambiental.

- Diversificação da produção florestal, atendendo às necessidades de conservação e recuperação dos solos, de conservação dos recursos hídricos e da diversidade biológica.

- A efectiva penalização criminal e não apenas monetária das empresas e entidades poluentes.

- O fomento da educação ambiental e a realização de campanhas de formação e informação.

- A diversificação da produção de energia, incentivando a utilização e desenvolvimento de energias alternativas e não poluentes.

- A definição de planos de emergência para fazer face, no imediato, às situações de poluição mais graves.

- Uma política apoiada na arquitectura paisagista e de criação de amplos espaços verdes e jardins.

- O fim do campo de tiro de Alcochete.

- Punir com prisão o abate de espécies em vias de extinção.

- Maiores apoios materiais às associações ambientais e sua mais justa distribuição.

IV
CONGRESSO
JCP

Uma organização dinâmica e insubstituível

Os excertos que a seguir publicamos foram extraídos das intervenções centrais produzidas durante os dois dias de trabalhos do 4º Congresso da JCP e dão conta das preocupações fundamentais da organização bem como dos seus principais objectivos e propostas.

«Para os que nos queriam e julgavam ver liquidados, que melhor resposta do que este Congresso, que testemunha uma organização inserida no movimento juvenil, com uma forte influência associativa, e com caudal impressionante de acções e iniciativas próprias...»

É justo perguntar no momento em que realizamos este nosso 4º Congresso, o que leva uma jovem em 1993 a aderir à JCP? É justo perguntar que força é esta que nos une? Que vontade é esta que nos empurra para a frente? O que nos faz continuar a lutar?

A resposta, camaradas, que ganhou forma há pouco mais de um século, mas é tão antiga como a própria humanidade, está no desejo de justiça.

É esta, camaradas, a força que nos move, é esta a razão que transmitiu uma inabalável coragem e perseverança aos homens, mulheres e jovens que ao longo deste século lutaram, pagando muitas vezes com o preço da própria vida, a conquista da liberdade para os seus povos...»

José Morais

(...) «A JCP conta hoje com cerca de 10 mil militantes, com cerca de 2 mil activistas e tem a funcionar cerca de 170 colectivos. Esta realidade faz da JCP, organização juvenil do PCP, uma organização com um papel insubstituível na luta pela concretização das aspirações dos jovens portugueses, na luta pela transformação da sociedade em que vivemos...»

«O recrutamento para nós, jovens comunistas, tem de ser encarado de igual forma, pelos principais activistas e também por todos os militantes independentemente das suas tarefas e responsabilidades.

«Posso desde já informar-vos que desde Janeiro de 1992, aderiram à JCP mais de 1000 jovens, dos quais 780 aderiram à nossa organização no âmbito da campanha nacional de reforço da JCP, decidida pela Direcção Nacional em Junho de 1992, no âmbito da preparação do 4º Con-

gresso...» No entanto pensamos que devemos ir mais longe e neste sentido lançamos aqui um apelo a todos os delegados presentes ao 4º Congresso da JCP. Pensamos ser possível promover uma Campanha de Adesão até ao final do ano corrente de mais de mil novos militantes para a JCP» (...)

Jorge Amador

(...) «Num quadro tão complexo, de tantas dificuldades será justo lembrar o muito que se fez e que não tem paralelo em qualquer outra organização juvenil.

Foram os encontros nacionais da JCP, as conferências nacionais do Ensino Superior, os encontros nacionais de Secundário, o encontro da Juventude Trabalhadora, os seminários sobre Direitos dos Jovens Trabalhadores e a Carta Social Europeia e sobre os Direitos dos Jovens na Comunidade Europeia, foram inúmeros encontros e assembleias distritais, foi a iniciativa «Em Festa», na Atalaia, foram as participações na «Festa do Avante!», foram numerosas iniciativas de convívio e debate, foi a participação nas batalhas eleitorais.

Conseguimos fazer sair a «Politika», o boletim de propaganda, e, mais recentemente, o jornal «Agit». São ainda numerosas as publicações de diferentes colectivos. Concretizou-se o esforço para melhorar a formação ideológica, realizando-se diversas acções de formação e debates temáticos, incrementou-se uma regular actividade internacional com a participação de camaradas nossos em diversas iniciativas...»

Joaquim Tavares

(...) «A situação juvenil degrada-se e o Governo, apesar de ir apresentando pacotes de milhões não tem apontado as perspectivas de resolução destes problemas.

Vimos aqui abordar as dificuldades dos jovens trabalhadores, os despedimentos, encerramentos de empresas, a precariedade do emprego, o não cumprimento do estatuto de trabalhador-estudante, as dificuldades em exercer os direitos sindicais. Mantém-se o escândalo do trabalho infantil.

Foram também referenciadas com particular rigor a situação do ensino - a degradação das escolas é inegável,



a falta de instalações desportivas, e de apoio ao funcionamento, falta de pessoal auxiliar, faltam verbas para assegurar o funcionamento das escolas.

Mantém-se o problema do *numerus clausus* e até se pretende que os que querem estudar no Ensino Superior Público que o paguem.

Tivemos também aqui a experiência das dificuldades que hoje se colocam a quem precisa de habitação.

Esta é a realidade no Portugal cavaquista, é assim que estamos no bom caminho, em plena democracia de sucessos» (...)

Temos um ano pela frente cheio de iniciativas, cheio de tarefas e temos condições para este ano intervir mais e melhor.

Temos já a seguir as comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio. Temos o sempre obrigatório ponto de encontro - a Festa do «Avante!» e logo a seguir a fase de um grande trabalho que, em muitos casos, já começou com a dinamização da juventude CDU, as eleições autárquicas, nas quais temos excelentes condições para alcançar um bom resultado. Por último, mas com importância fundamental na nossa actividade, são as lutas e as movimentações juvenis. A luta contra o desemprego, a luta por melhores condições de ensino, contra o *numerus clausus* e a luta contra as propinas e pelo ensino superior público, a luta pelo direito à habitação, contra o racismo, pela solidariedade em todos os povos do Mundo.

João Frazão

Delegações estrangeiras no Congresso

Treze delegações estrangeiras estiveram presentes nos trabalhos do 4º Congresso da JCP, que decorreu nos dias 3 e 4 de Abril, no Barreiro. Sem pretender abranger todas as intervenções e saudações dirigidas aos jovens delegados, publicamos neste número alguns extractos que nos pareceram mais significativos.

(...) «As eleições legislativas em França ficaram marcadas pela vitória da direita e o retorno e reforço dos pró-Maastricht no nosso país. (...) Face a isto, os resultados obtidos pelo PCF serão muito importantes para impedir a direita de governar contra os interesses dos trabalhadores.

Consideramos os 9,2 por cento obtidos como um progresso, dado que obtivemos mais 1,2 por cento que nas eleições regionais do ano passado, ou seja mais 370 mil votos. Isto significa que o Partido Comunista Francês é a única força de esquerda a subir nestas eleições...»

MJCF (França)

(...) «Em 1974, a invasão e ocupação de 40 por cento do nosso território pela Turquia, com violação dos direitos humanos fundamentais, originou uma vaga de refugiados e muitos desaparecidos. A nossa luta tem como objectivo uma solução federal, em que as tropas estrangeiras abandonem a ilha, para que todas as comunidades cipriotas possam viver em paz. (...)

Apesar do colapso do anterior bloco socialista, estamos a ajustar-nos às novas condições e continuamos a nossa luta pelo socialismo democrático. Nesta luta somos apoiados por 30 por cento do povo cipriota...»

EDON (Chipre)

(...) «O velho poder político perdeu a máscara. A corrupção e os escândalos são características dominantes desta fase. Mas tudo isto advém de uma situação difícil para a esquerda. A política de conchavo, de compromissos com o poder burguês levada a cabo nos últimos anos de vida do PCI e, após a sua liquidação, pelo PDS, arruinou profundamente as relações com os trabalhadores e com as massas populares.

O Partido da Refundação Comunista é um partido recente. Estamos a trabalhar duramente por uma afirmação do papel dos comunistas no país. Conseguimos importantes mobilizações dentro do movimento operário e hoje, podemos afirmá-lo como um ponto de referência para a maioria da vanguarda operária» (...)

JPRC (Itália)

(...) «Em nome do Comité Central da Liga da Juventude Comunista da China e dos seus 56 milhões de militantes, transmito as mais calorosas saudações ao Congresso a todos os militantes da JCP (...). Estamos convencidos que o sistema socialista, completamente novo na História da humanidade, irá substituir definitivamente o capitalismo (...) O socialismo alcançou sucesso na China e terá ainda mais sucesso no futuro...»

LJCC (China)

(...) «Neste ano, os estudantes têm feito manifestações contra as leis que visam destruir o ensino público e fortalecer o ensino privado, com a imposição do pagamento de propinas e concedendo regalias às instituições privadas de ensino superior.

Tem sido uma luta difícil que dura há já três anos, com a maior, até agora, movimentação de alunos. Finalmente conseguimos derrotar as medidas que punham em causa os direitos democráticos nos liceus. Mas para isto, foi preciso que um professor e alguns cidadãos inocentes caíssem mortos num ataque contra os alunos em luta...»

KNE (Grécia)

(...) Os jovens espanhóis e portugueses vivem realidades próximas desgraçadamente semelhantes. Problemas como o desemprego, a droga, a marginalidade social, a alienação cultural e tantos outros convertem-se em realidades desesperantes para os jovens, enquanto os despachos dos governantes, dos burocratas, dos técnicos ou dos secretários apresentam números acépticos que não tiram o sono a ninguém.

Estes são os problemas que se ocultam enquanto a imprensa divulga o país das Olimpíadas de Barcelona, da Expo de Sevilha, da Madrid Capital da Cultura; mesmo ele se construa sobre os alicerces da miséria e da marginalidade com estruturas de repressão e desprezo» (...)

CJC (Espanha)

(...) «É cada vez mais necessário uma resposta contundente das organizações revolucionárias de classe e do seu trabalho unitário no seio da esquerda, transformadora na perspectiva de construir uma alternativa radical e inovadora que ganhe para a transformação social os jovens dos nossos países» (...)

UJCE (Espanha)

(...) «Não temos ilusões sobre a nova Administração. A Administração de Clinton já está a ceder sob pressão da direita, no entanto a derrota de Bush foi uma vitória importante para o nosso país e para o mundo. (...) Nos Estados Unidos, 57 por cento dos jovens estão desempregados, ascendendo a 75 por cento nas áreas urbanas. O racismo e a violência da política continua sem fiscalização. A educação está fora do alcance da maioria, a epidemia da droga e violência entre os jovens continua» (...)

LJC, EUA

(...) «Em Israel, estamos envolvidos numa luta contra a política de ocupação e opressão liderada pelo Governo. Exigimos a desocupação de todos os territórios ocupados, desde Junho de 1967, incluindo a Palestina, Síria e Líbano. Lutamos por uma resolução pacífica com o objectivo de criação de estados independentes - Israel e Palestina - vivendo pacificamente, lado a lado, com as declarações de fronteira anteriores a 1967. (...) Ao mesmo tempo, continuamos a lutar contra a política discriminatória do Governo contra a população árabe em geral, e contra a juventude em particular. Nestas lutas unimos forças com outros movimentos de juventude no nosso país» (...)

LJC (Israel)

Palavras de hoje a pensar no amanhã

É objectiva a situação de crise em que se vive nos dias de hoje. Logo, uma reflexão se impõe!

Quais as causas fundamentais desta crise?

Antes de partir para a reflexão sobre as causas da crise actual tem interesse lembrar o período da intensa e profunda campanha acerca dos "males do socialismo" como causa de todas as causas.

A chamada "crise do comunismo" foi matéria para muitas dissertações, muitas páginas escritas, muitos quilómetros de audiovisual sobre esta "realidade" que muitos tinham já descoberto há longos anos. Mas a amnésia de que sofriam só recentemente foi curada com os holofotes da Comunicação Social.

Muitos escribas e analistas da nossa praça, excitados pelo tempo de antena disponível, alargavam os seus horizontes de prospecção do pensamento, e tiravam esta conclusão brilhante: se o "comunismo morreu" então é um paradoxo existir este Partido tal como é o PCP.

Vem a propósito lembrar algumas situações de hoje na medida em que com a chamada "morte do comunismo" seria de esperar "um mundo melhor"(!). Argumentos não faltaram baseados na ideia central que o "Novo Capitalismo" inspirado nos "valores modernos" iria resolver os grandes problemas da Humanidade(?).

A realidade (no Mundo) de hoje é a expressão concreta de que o capitalismo é incapaz de resolver os grandes problemas da humanidade. Alastra a guerra. Aumenta a fome. As desigualdades acentuam-se. Cresce assustadoramente a massa de excluídos. A paz está mais longínqua.

Primeira conclusão! As causas da crise actual são da responsabilidade do capitalismo e da sua natureza exploradora.

O Capitalismo não está em condições de resolver os grandes problemas e flagelos actuais da Humanidade.

Em Portugal, Cavaco Silva esforça-se por sacudir a água do capote quanto à situação do País e das suas res-

ponsabilidades. No entanto, em Portugal a crise é latente e pode caminhar no sentido do caos. Sem dúvida que factores externos (tal como os comunistas o previram) têm um papel interventivo na crise, mas seria um erro grave considerá-los como causa primeira da crise actual no nosso país.

O PSD desenvolve uma política de destruição do aparelho produtivo e estimula a especulação. Dá de mão beijada importantes sectores estratégicos da nossa economia aos grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros, leva o nosso país a uma vulnerabilidade que preocupa variadíssimos sectores da sociedade portuguesa.

Tal política traduz-se gravemente nas crescentes desigualdades sociais, económicas, políticas e culturais. O desemprego aumenta assustadoramente, a instabilidade do emprego é generalizada a todos os sectores. Grassa a corrupção. Milhões e milhões de contos são subtraídos ao seu destino para enriquecer "meia dúzia" de vigaristas e corruptos. Os mais de 3 mil processos de corrupção são a evidência dos factos. O descontentamento alastra a toda a sociedade.

O protesto e a luta passou a quotidiano da vida dos portugueses.

Segunda conclusão! A crise em Portugal é consequência directa da política de direita do Governo PSD, da submissão aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro. O protesto e a luta que se desenvolve revela a determinação dos trabalhadores e do Povo e ao mesmo tempo salienta as potencialidades de atracção das propostas do PCP.

Não pode ser intitulado como "principal partido da oposição", um partido como o PS que nas questões fundamentais se identifica com o PSD (Maastricht, revisão da Constituição, indemnizações aos grandes capitalistas).

É exactamente na identificação em questões essenciais com a política da direita que está a origem da crise

dos socialistas por toda a Europa. (por isso está muito em voga o passatempo "descubra as diferenças").

É fundamental ter presente que, no contexto actual, perante o facto de a direita retomar o poder, como é o caso de França, é, antes de mais, necessário responsabilizar a política dos socialistas franceses. Mais uma vez foi demonstrado que o voto dos trabalhadores nos socialistas foi utilizado contra eles. É necessário que os trabalhadores portugueses tenham presente esta realidade.

É também uma evidência que a política da social democracia não resolve os problemas dos trabalhadores e que no poder sozinhos os partidos socialistas executam a política da direita conservadora. Que o digam os milhões de trabalhadores em luta na Europa.

Terceira conclusão! A Social Democracia não é a esperança para a resolução dos problemas dos trabalhadores, mas sim a certeza da conciliação e concertação como forma de desarticular e enfraquecer as suas defesas, de acordo com os interesses do Capital.

Perante a "Nau Socialista" que se afunda por toda a Europa, não são de estranhar as ideias que surgem para "salvar o barco":

Clinton como a esperança da nova Esquerda? As teses de Rocard (refundação da esquerda com os valores da direita? etc., etc., etc.

Hoje, quando vemos algumas pessoas à porta da capela do PS, pedindo "esmolas" (diziam-se ser ricos de ideias?) e fazerem afirmações de combate à burguesia (que raiva deve ter o Acácio Barreiros, o tal dos ricos que paguem a crise), parece que estamos assistindo a um ensaio de uma peça hilariante..., mas não é! É o "destino fatal" de quem deixou de acreditar na luta e no papel dos trabalhadores como força transformadora e acredita nos valores do "capitalismo moderno". Por isso, assistimos a um rosário de "novas teorias" (que são velhas) sobre o Movimento Sindical que na sua essência advogam a capitulação e a renúncia da Luta.

Em contraste com os imensos holofotes do audiovisual, dos "tempos de antena" permanentes, do PSD, do PS e seus seguidores, assiste-se a um autêntico bloqueio informativo às propostas, à actividade e intervenção do PCP.

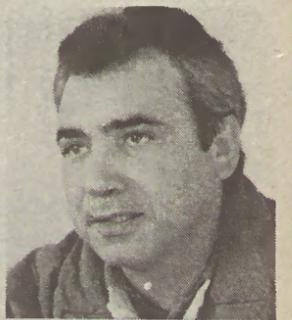
Quarta conclusão! É escandalosa a situação de barragem à informação da imensa actividade do PCP.

O Governo e o PSD, com objectivos de minimizar a poderosa contestação social à política de direita, procura agitar o papão dos comunistas dizendo que eles estão por trás de todas as lutas. Ao medo do Governo corresponde uma evidência: é que os comunistas efectivamente estão na primeira linha do combate à política de direita.

Quinta conclusão! No plano partidário, o PCP é a verdadeira oposição à política do Governo PSD.

Na situação actual muitos são aqueles que não sendo comunistas consideram absolutamente imprescindível o PCP forte. O prestígio de que goza em muitos sectores da Sociedade Portuguesa, o Património sem paralelo no quadro partidário existente no País, tornam o PCP absolutamente indispensável para a resolução dos problemas dos trabalhadores e do Povo. Afirmar como a do PR sobre o papel do PCP, reflectem a evidência e a constatação do facto.

Sexta conclusão! O PCP é o Partido que garante um efectivo combate à política da direita, é a garantia da coerência política, da entrega abnegada à defesa dos interesses dos trabalhadores e do Povo. O PCP é portador de um projecto de Sociedade mais justa, mais fraterna, mais humana.



SÉRGIO TEIXEIRA
Membro da Comissão Política

A realidade (no Mundo) de hoje é a expressão concreta de que o capitalismo é incapaz de resolver os grandes problemas da humanidade. Alastra a guerra. Aumenta a fome. As desigualdades acentuam-se. Cresce assustadoramente a massa de excluídos. A paz está mais longínqua.



4 anos de privatizações

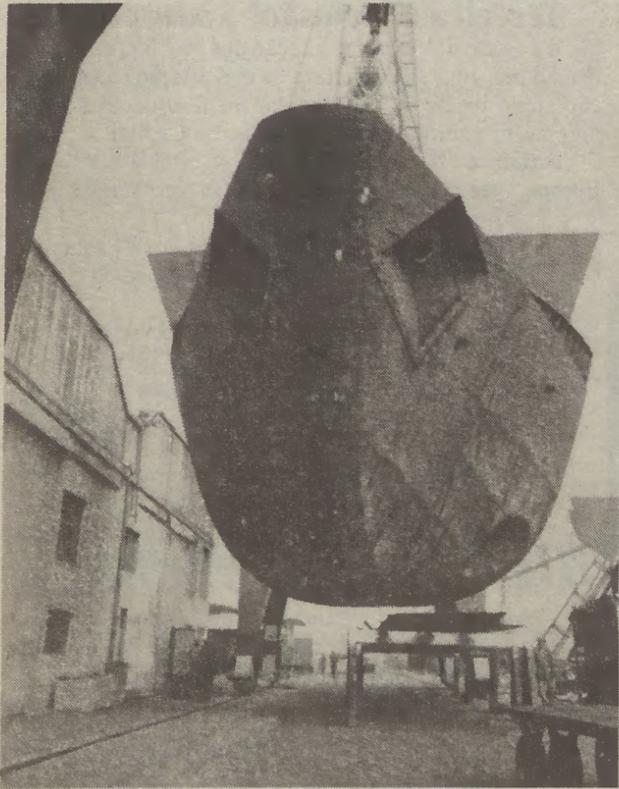
No quadro da actividade que a CGTP-IN e várias estruturas do movimento das comissões de trabalhadores têm desenvolvido em defesa do sector empresarial do Estado, teve lugar ontem uma acção de denúncia das consequências extremamente negativas - para os interesses e direitos dos trabalhadores, para as populações e para a economia nacional - da política de privatizações dos governos do PSD e de Cavaco Silva desde 1989.

Ao longo destes 4 anos, a ofensiva contra o sector empresarial do Estado tem merecido permanente atenção no «Avante!», em trabalhos da Redacção, artigos de colaboradores ou materiais do Partido. Deixamos agora aos leitores alguns elementos para um balanço do processo de privatizações. É verdade que cada um dos factos referidos já foi revelado numa ou outra ocasião. Mas uma apreciação de conjunto, como a que aqui propomos, permite evidenciar algumas novidades.

Até Dezembro de 1992

De Março de 1989, altura em que o Governo PSD iniciou o processo de privatizações, até Dezembro de 1992, foram concretizadas 33 operações de privatizações correspondentes à venda de 25 empresas nacionalizadas após o 25 de Abril, o que dá uma média de uma privatização de dois em dois meses.

Foram privatizadas: Aliança Seguradora, Banif, Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Banco Fonsecas e Burnay, Bonança, Banco Português do Atlântico (1ª e 2ª



fases), Banco Totta e Açores, Centralcer, Cossec, Crédito Predial Português, Diário de Notícias, Império, Jornal de Notícias, Mundial Confiança, Petrogal, Portline, Rodocargo, Rodoviária de Entre-Douro e Minho, Rodoviária do Algarve, Sociedade Financeira Portuguesa, Tranquilidade, Transinsular, Transporta e Unicer.

As receitas totais atingiram 676,4 milhões de contos.

A modalidade de venda mais utilizada foi a OPV, em 29 operações de privatização. O concurso público foi a opção para 3 empresas (Petrogal, Portline e BFB) e a venda directa para a Cossec.

Mais de metade das privatizações teve lugar em 1992: 14 empresas, entre financeiras e não financeiras: Banif (16%), BESCL (2ª fase, 60% do capital), Banco Fonsecas e Burnay (20%), Bonança (15%), BPA (2ª fase), Cossec (49%), Crédito Predial Português, Império, Mundial Confiança, Petrogal (25%), Rodocargo, Rodoviária de Entre-Douro e Minho, Rodoviária do Algarve, e Transporta.

O Governo vangloriou-se de que em 1992 teria batido o recorde do número de privatizações e de receitas atingidas. Não tendo sequer alcançado o previsto (350 milhões de contos), as privatizações no ano passado ficaram-se pelos 304,9 milhões de contos.

As privatizações em 1993

Segundo as previsões do Governo, em 1993 as privatizações totalizarão 225 milhões de contos. Aqui são incluídos 4 bancos, a Rádio Comercial e a Companhia das Lezírias; mas as privatizações deverão incidir sobretudo no sec-

tor industrial, particularmente cimentos e energia. Serão privatizadas: Secil (80%) e Cimentos de Maceira e Pataias, Gás de Portugal (GDP), Siderurgia Nacional, Portucel, Estaleiros Navais de Viana do Castelo, Dragapor, CNP (Companhia Nacional Petroquímica), Socarmar e mais 4 transportadoras (resultantes do desmembramento da RN) agrupadas na RNIP (Rodoviária Nacional Investimentos e Participações). Isto, segundo declarações de alguns responsáveis de empresas - que, quanto às Rodoviárias do Alentejo, Tejo, Beira Interior e Beira Litoral, foram confirmadas na semana passada por um diploma do Governo.

No ano em curso serão ainda concluídas as privatizações dos Banco Português do Atlântico (BPA - 3ª fase), Banco Pinto & Sotto Mayor e Banco Totta & Açores. Foi já anunciado que se inicia esta semana a primeira fase da privatização das empresas PEC - Produtos Pecuários e Alimentação, a quem o Governo pretende entregar a gestão dos matadouros do IROMA.

Até 1995 deverá ser totalmente alienada a Petrogal.

UBP e BPA - Em 3 de Fevereiro foi privatizada a União de Bancos Portugueses (UBP). O Grupo BPA, ao ficar com 69,1% da UBP (55,7% da Bonança e 13,4% do BCM), tornou-se o maior grupo financeiro privado com um activo próximo dos 2500 milhões de contos. Os líderes do seu núcleo duro - Belmiro de Azevedo (Sonae), João Macedo Silva (RAR), José da Costa Oliveira (Riopele) e António Mota (Mota e Companhia) - assinaram este ano um protocolo de estabilidade ou «pacto de preferência». Além destes, têm ainda fortes interesses no grupo BPA Ilídio Pinho (Colep), Joaquim Dias Cardoso (Maconde), Nelson Quin-



tas (Quintas e Quintas), Soares da Costa e os gémeos Santos (Valouro/Persuinos).

A 3ª fase de privatização do Banco Português do Atlântico (24,6% do capital), que chegou a estar prevista para Março, deverá ter lugar em Maio/Junho, se não mais tarde... Mais de 75% do capital ficará na mão dos privados. Nesta fase, o Governo vai vender 15% do capital do BPA aos actuais accionistas privados, 7,5% do capital a estrangeiros e 2,5% a pequenos investidores.

Prossegue a discussão entre o grupo e o Governo respeitante a preços e tipos de pagamento, pretendendo as condições de pagamento mais favoráveis, nomeadamente o pagamento em diferido. O próprio Belmiro de Azevedo o reconheceu ao declarar à imprensa que o «contexto da operação não está definido na sua parte financeira». Entretanto, o presidente do BPA, João Oliveira, foi afirmando ao Expresso (13.2.93) que «antes da redução da posição do Estado no banco, não faz muito sentido definir uma estratégia de médio/longo prazo para o BPA».

Petrogal - A Petrogal foi privatizada parcialmente (25% do capital) no ano passado. Possivelmente, ainda este mês, será conhecida a forma de alienação do restante capital. Fala-se na possibilidade de os privados comprarem já uma parcela (10%) do total a privatizar, ficando o restante para uma fase posterior até 1995.

Socarmar - Do capital da Sociedade de Cargas e Descargas Marítimas serão privatizados, numa primeira fase, 55% (4% para venda aos trabalhadores e 51% num bloco indivisível) mediante concurso público.

O Supremo Tribunal Administrativo suspendeu a privatização da Socarmar em virtude do recurso interposto por um ex-accionista da empresa que, antes da nacionalização,

Continua o escândalo da delapidação do erário público. E também não desarmam os trabalhadores na luta em defesa do sector empresarial do Estado

detinha 45% do capital. São candidatos à privatização a Sociedade Portuguesa de Contentores (SPC) e um consórcio liderado pela empresa Nuno Mesquita Pires e que integra a Fundação Oriente e a Seguradora Lusitânia.

Dragapor - A Dragapor é a empresa mais importante do sector de dragagens e faz parte do conjunto de empresas que o Ministério do Mar pretende privatizar, entre as quais se inclui a CRCB (antiga Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau).

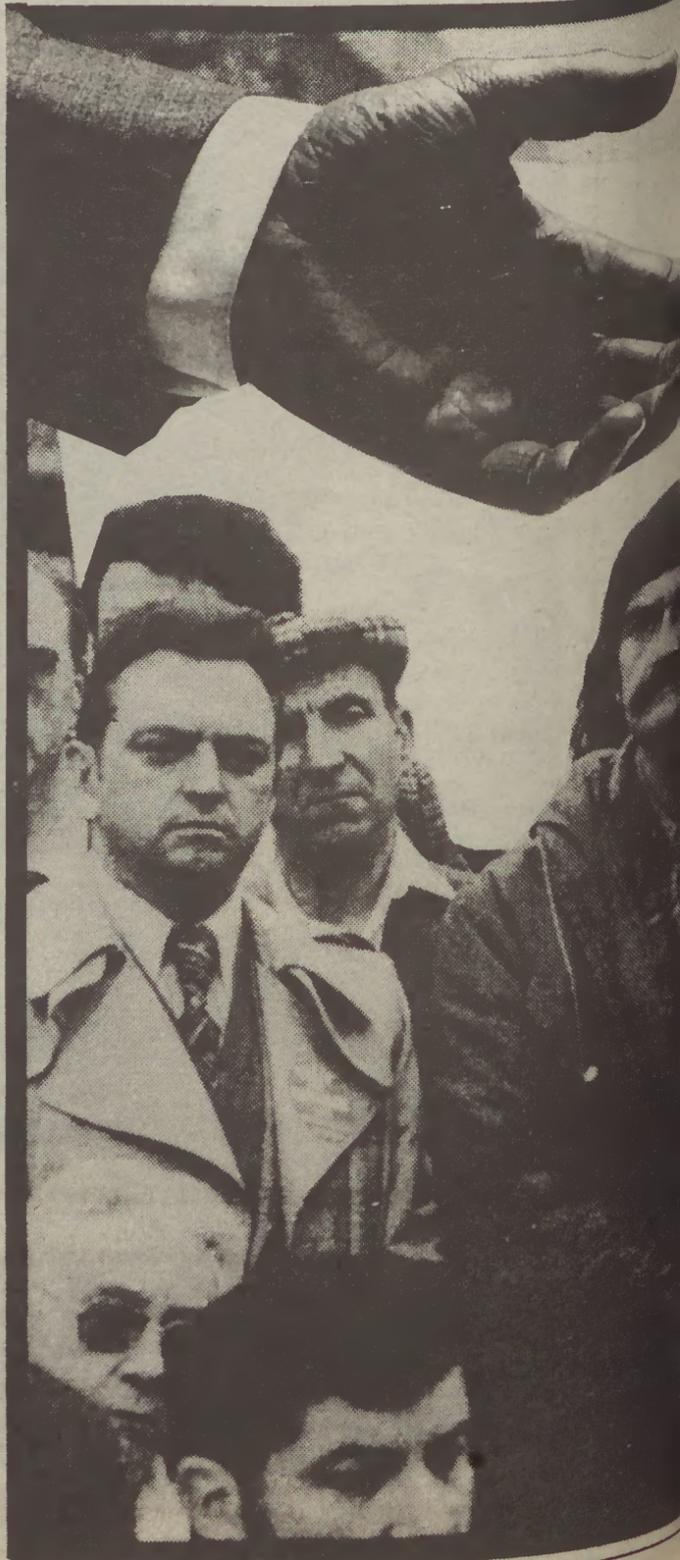
Portucel - Em 19 de Novembro do ano passado, o Conselho de Ministros aprovou a sua transformação em holding SGPS (Sociedade Gestora de Participações Sociais), tendo em vista a sua privatização (um processo semelhante aos da RN, Quimigal e EDP, que culminará com a venda da própria SGPS).

Cimentos - Está prevista pelo Ministério das Finanças a abertura de novo concurso para a venda da Secil e da CMP, sem limites a estrangeiros.

Surge como interessada na aquisição destas empresas uma aliança dos actuais accionistas dinamarqueses da Secil (a FL Smidth, um dos maiores produtores de equipamento para a indústria de betão, e a Hojgaard e Schultz) com o maior grupo mundial de cimento, o Holderbank. Ambos os grupos acham que o valor exigido pelo Governo é excessivamente elevado.

O grupo Cimianto (Queirós Pereira) aproximou-se do Holderbank mas, quando este percebeu a sua intenção de controlar a empresa, afastou-o. Queirós Pereira tentou ainda reunir os financiamentos necessários para a privatização mas, como não tivesse a seu lado um grupo estrangeiro de peso, acabou por desistir. Esteve na origem do adiamento do prazo do concurso e passou a ser considerado como *persona non grata* junto do Ministério das Finanças.

Champallimaud ter-se-ia retirado da «corrida» para a privatização da Secil e dos Cimentos de Maceira e Pataias (CMP). Estaria, segundo disse à imprensa, «comprometido com outra operação em curso no estrangeiro» de «certa



envergadura». Em 28 de Janeiro o «Público» escrevia que a ideia inicial de Champallimaud teria sido a compra em «pacote» da Mundial (que já controla), do BPSM, da Siderurgia Nacional e da Secil por um preço abaixo dos 60 milhões de contos fixados pelo Governo, mas não teria havido abertura por parte do Ministério das Finanças.

A penetração de capital estrangeiro

O capital estrangeiro tem conseguido posições de grande peso em algumas das empresas alvo de privatização e, apesar das declarações oficiais, não é de crer que o Governo faça algo que venha a inverter esta situação.

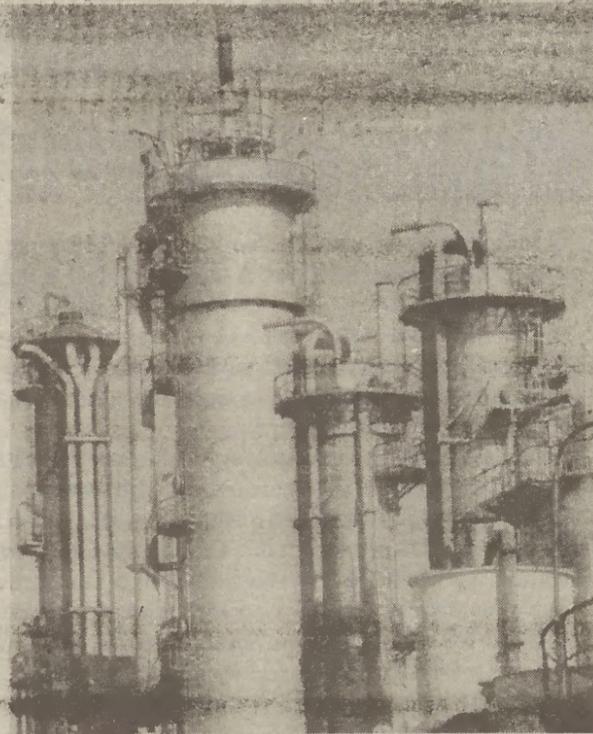
É exemplo o caso das cimenteiras Secil e CMP, cuja privatização é anunciada agora como «sem limites a estrangeiros».

Na 3ª fase da privatização do BPA (que o Governo aprovou na semana passada), 7,5% do capital poderá ir para estrangeiros.

A Petrogal foi autenticamente tomada de assalto pelos franceses da Total - que é um dos seus principais accionistas, através da Petrocontrol. A Petrocontrol (inicialmente constituída pelo Finpetro, Manuel Boullosa, Total, Sonacim, Société Financière Haussman Messine, Parfil-SGPS, Total Chimie e pela Total-Empresa Portuguesa de Petróleos, SA) tem um novo accionista: a Petromadeira, SGPS SA, que tem entre os seus accionistas o Crédit Lyonnais, o BPI, o BESCL, o BTA, o Paribas Siusse Bahamas e a Société Financière Auxiliaire.

Diz-se que nos gabinetes de topo só se fala o francês...

Cabe lembrar que Elias da Costa, secretário de Estado das Finanças, em entrevista ao Expresso (26.1.91) declarava que empresas como a TAP e a Petrogal deveriam manter-se sob domínio nacional e, referindo-se a quem alertava para a estrangeirização do processo de privatizações,



dizia indignado: «Trata-se de pessoas que ou estão de má-fé, com o objectivo de promover uma desinformação da opinião pública, ou que desconhecem por completo as operações de privatização que já ocorreram» e afirmava «existem indicações no Conselho de Ministros no sentido de manter a Petrogal em mãos portuguesas».

Mas, em 21.11.92 (notícia do Expresso) preconizava «a venda de empresas no estrangeiro, designadamente das que não despertarem interesse junto de potenciais compradores portugueses».

Críticas às privatizações

Em 26 de Janeiro deste ano, o PCP apresentou na Assembleia da República a proposta de um inquérito parlamentar ao processo de privatizações, considerando entre

as empresas que foram subavaliadas a Tranquilidade, a Mundial Confiança, a Império, o BESCL, o BFB e o BPA. PSD e CDS votaram contra. A CE advertiu o Governo de Cavaco Silva relativamente a alguns pontos da Lei das Privatizações (Lei nº 11/90, de 3 de Abril). O principal alvo das críticas da CE é o nº 3 do artigo 13º, segundo o qual o diploma que regulamentar uma privatização poderá «limitar o montante das acções a adquirir ou a subscrever pelo conjunto de entidades estrangeiras ou cujo capital seja detido maioritariamente por entidades estrangeiras, bem como fixar o valor máximo da respectiva participação no capital social e correspondente modo de controlo, sob pena de venda coerciva das acções que excedam tais limites, ou perda do direito de voto conferido por essas acções, ou ainda de nulidade de tais aquisições ou subscrições, nos termos que forem determinados».

Elias da Costa (no Expresso de 13 de Fevereiro) considera que «a CE não deve ter dois tipos de comportamento.



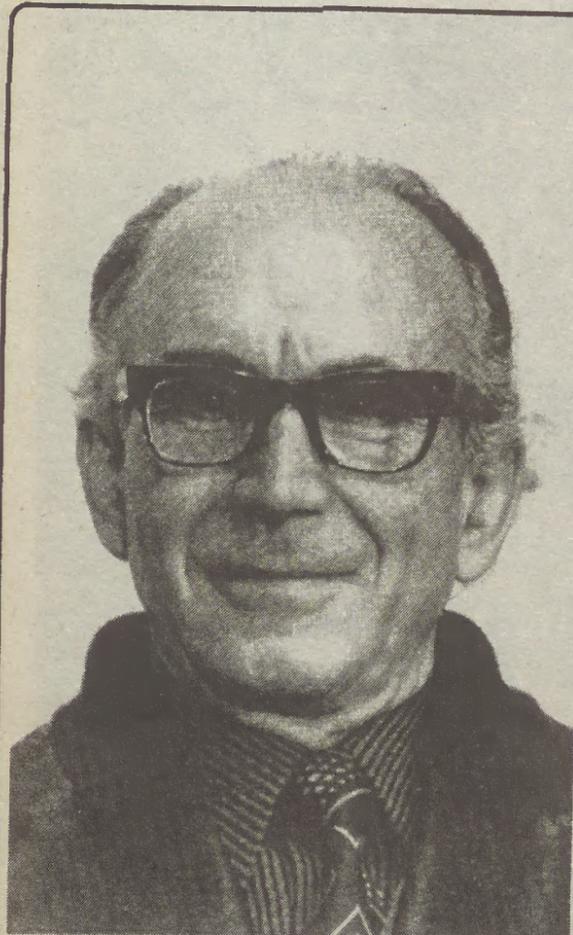
Não criticou os limites de participação de estrangeiros nas privatizações já efectuadas noutros estados-membros, como por exemplo na França».

O Presidente da Bolsa de Valores de Lisboa (BVL), Manuel Ricciardi (em entrevista ao Expresso, 17.10.92), é de opinião que «o Governo não pode fazer privatizações e continuar a meter no mesmo saco», em termos de preço, «o núcleo que vai controlar a empresa e os pequenos investidores, apenas com diferenças simbólicas entre si».

O administrador da BVL, João Manuel Serrão, considera que há demasiados objectivos que se pretendem atingir com as privatizações: «O Estado quer diminuir o peso do sector público, apoiar a criação de grupos económicos nacionais, estimular a pequena poupança e o capitalismo popular, dinamizar o mercado de capitais e vender pelo melhor preço».

Um membro do Conselho de Administração da BVL, citado no Expresso de 17 de Outubro do ano passado, dizia que «dos dezasseis casos de privatizações, só dois ou três foram um bom negócio. O resto comprou "gato por lebre" e, por isso, as privatizações caíram em des- crédito».

EM FOCO

O «Avante!»
em pleno Forte!FRANCISCO MIGUEL
DAS PRISÕES
À LIBERDADE

Texto organizado
por
Fernando Correia
Colecção «Resistência»



Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses que durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mas difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.

O suplemento «62 anos de luta» do «Avante!» trar-me-ia/trouxe-me inúmeras sugestões de textos. A minha memória aponta-me casos, casos, mais casos...

49 anos de leitura, outros tantos de militância, apontam-me o alinhar deste texto. E de dá-lo, obviamente, à estampa, nas colunas do nosso jornal. Submeto a decisão ao seu colectivo, ao director.

Reproduzo um dos casos.

O «Avante!» não se ficava pela expansão em campo aberto.

Penetrava/penetrou, ao longo dos tempos do fascismo, nas fortalezas do inimigo. Sim: Era/foi lido e estudado — sempre foi lido e estudado — nas prisões. Atrás das grades. Qual é a dúvida? Por parte dos comunistas não há dúvida. Dava-nos ânimo. Perspectivava-nos. Talvez as dúvidas existam por parte dos leitores não comunistas. Mas se os nossos camaradas escreverem, contarem (e muitos já escreveram e contaram) factos destes, ir-se-ão as dúvidas.

Era/foi difícil fazer chegar o «Avante!» às mãos dos presos. Claro.

Mas chegava/chegou. Histórico. Sempre foi difundido em todo o País. E jamais deixou de ser, mesmo dentro das cadeias, material de leitura, de consulta, de estudo. Explosão de notícias.

O caso que trago para estas colunas passou-se em Caxias. Poderia ter-se passado no Aljube de Lisboa, em Peniche, no Heroísmo. Dentro delas o lemos/o li. Era assim tão fácil? Nada disso. Todavia, o que é difícil, impossível, para quem estuda os problemas, os planifica, tenta resolvê-los, sobretudo colectivamente? Assim se ultrapassam situações. Somos gente dessa — de modificar as coisas, ir para além das situações.

Decorria Dezembro de 1955. Os carcereiros assaltaram, no Forte de Caxias, uma sala onde permaneciam 3 presos. Um deles era/é dirigente do Partido. A Pide descobrira ter sido planeada a fuga desse dirigente, que veio a fugir, efectivamente, da Cadeia passados meses. Agentes e carcereiros (8 que foram) capitaneados pelo tenebroso Gouveia («É só Gôvêa, ôviu?») assaltaram a sala. Tentaram apanhar o plano, que aquele camarada consultava, estudava. Foi uma luta tremenda! Furiosos, desencadearam louca perseguição ao camarada, dentro da sala. Ele fugia, fintava, saltava, por cima, por baixo das camas. Os dois outros protegiam-lhe a movimentação, iludiam, atrapalhavam, pinchavam, pintavam a manta... Como foi possível?! Como se barataram oito macacos em fúria, como se «touream»?!... Tudo isto foi expandido em documento, decorridos alguns dias!

O camarada dirigente com a sua pertinácia e a solidariedade activa dos dois companheiros de prisão, conseguiu comer o plano da fuga. Quando o Gouveia — sabe quem é o Gôvêa? — lhe conseguiu sacar da boca, com uns dedos de dentista, a massa bem mastigada, ensanguentada do papel, vociferou:

— Bandido! A tinta não ser veneno!...

O camarada logo seguiu para os «curros» do Aljube de Lisboa.

Aos seus dois companheiros deram aí uns 20 minutos mais para arrumo dos pertences, para abandonarem a sala. Foram, depois, transferidos para os segredos.

Durante aqueles quase vinte minutos ambos conseguiram repor as cabeças frias. Existia, dentro da sala, uma chave da cadeia, que haveria de conduzir o dirigente à fuga. E, também, uma caixinha-tabuleiro de fruta, que servia de cofre de imprensa. Dentro dela se guardavam os «Avante!»(s) «Militante»(s) e... que mais? O que chegava com «subversiva» letra de forma/editorial PCP, mesmo o tal plano de fuga, que acabara de ser mastigado.

A chave da cadeia teria que acompanhar os presos.

Abandonou-se a caixinha/tabuleiro lá num canto. Então ficou encerrada a imprensa, papéis velhos, guardanapos tipo panos de fruta; jornais amarrotados e rasgados, coisas dadas por inúteis, feitas lixo...

Após umas horas de protesto, nos segredos, chegou a transferência para o Aljube.

Um dos dois presos regressou a Caxias decorrido um mês. Regressou o outro, decorridos dois meses. Encerraram-nos juntos com um outro. O dirigente regressou, após três meses de Aljube, para outra sala.

A chave também regressou com um dos primeiros dois presos. Na primeira oportunidade passou para a sala do camarada dirigente, que alcançou fugir, por meio dela, decorridos dias, através duma porta que abria para o refeitório e dava acesso a uma porta de serviço, uma das chamadas «portas do cavalo»... É verdade: bem, bem depois da meia-noite!

Os dois camaradas foram mantidos meses em Caxias. Foram tendo várias companhias, mesmo um outro dirigente. Ora transferidos de castigo para o Aljube, ora permanecendo em Caxias...

Perguntavam-se: Onde estará a caixa/tabuleiro da fruta (da imprensa)? Teria ido para o lixo? Teria saído para qualquer entulheira pública? Eh, pá! Ainda se alcança um qualquer «processo dos papéis» e se vai julgado com o camarada Chico Miguel!... Não aparecia. Não apareceu.

Depois... Um dos presos regressou ao Porto, para julgamento. O outro regressou à sua Grândola — para a liberdade. Já não ouviu cantar a canção do Zeca Afonso, depois do 25 de Abril. Morreu.

Decorreram meses largos sobre o assalto àquela sala dos 3 presos, sobre a «tourada» de que foram personagens. Aquele quadro dantesco capitaneado pelo famigerado Gouveia («o Gôvêa»), em que esteve, também o celeberrimo Chico Fernandes de má memória.

Então, uma outra sala de presos, passados todos esses meses, destacou um seu representante que parlamentarizava sobre os seus problemas prisionais com o director da cadeia.

Durante a intervenção do nosso camarada com o elemento superior do Forte, ouviu este brado, como esbaforido desafabo:

— Aqui, na Cadeia de Caxias, nunca se pode usar de contemplações com os presos!

— Acho, pelo contrário, que seria válido. Não lhe ficaria mal, senhor Director... Espero que se estabeleça melhor entendimento para com a nossa situação prisional.

— O quê! Como se pode?! — gritou o director, fora de si. Veja o senhor — objectou: que há dias, na cozinha, se lançou mão de madeiras que lá estavam para um canto... Pegou-se numa caixinha banal que veio da sala onde tivemos Fulano, Beltrano e Cicrano... Esteve para ali, sei lá quanto tempo... Diabos! À primeira machadada saltou de lá uma biblioteca... Sabe com o quê?! Veja só: «Avante!»(s)... «Avante»(s)... em pleno Forte!!!!

■ **Hernâni Silva**
da D. do SINTEL do Porto



EM FOCO

Capitães-mor da indústria capitalista confessam-se

■ **Manoel de Lencastro**

1. A depressão económica espalha-se e a Alemanha entra rapidamente numa situação que se julgaria impossível há dois ou três anos atrás. A crise na indústria do aço tem dado lugar a poderosas manifestações dos trabalhadores. «Stahl muss bleiben!» (1) é a palavra de ordem. A produção industrial caiu em 1% só em Fevereiro, mas a quebra respeitante aos últimos 12 meses é de, simplesmente, 11,5%. O investimento na produção industrial desceu em 2,5% em Janeiro e Fevereiro – 18% da média anual. A «Daimler-Benz», a maior empresa industrial do país, viu que os seus lucros entravam em completo colapso e avisou que prepara o despedimento de dezenas de milhares de trabalhadores numa situação em que a economia germânica começa a conhecer um estado que pode classificar-se de autêntica devastação. O presidente da «Volkswagen», Herr Ferdinand Piesch, anunciou que os prejuízos da empresa durante os primeiros três meses deste ano foram de £515 milhões (115 milhões de contos). Os projectos de novos investimentos vão ser reduzidos a metade e atingirão, principalmente, aqueles que envolvem aumentos de capacidade de produção. «Temos de abandonar a loucura das diversificações» foi um dos comentários feitos pelo conhecido dirigente industrial durante as suas declarações.

2. Notícias da grande América. Ainda há pouco se embandeirava em arco na «Chrysler» porque das três grandes fabricantes americanas da indústria automóvel tinha sido a única que conseguira fugir às gigantescas perdas de 1992. Mas já se anuncia que a companhia está a trabalhar sem lucros e que o ano de 1993 registará um substancial prejuízo, o que está a alarmar os respectivos accionistas e até os executivos cujos «bonus» serão drasticamente reduzidos. A indústria da aviação de passageiros continua em dilacerante crise tendo perdido 10 biliões de dólares nos últimos três anos. As três principais companhias, a Delta, a United e a American, estão consideradas como em estado de falência técnica mas queixam-se de que operam em situação de desvantagem comercial e fiscal em relação àquelas que, como a TWA, se entregaram aos tribunais como medida de precaução contra eventuais acções dos credores. Tempos difíceis...

Os grandes Bancos salvaram-se, por enquanto. Mas como e com que meios? Quem controla e domina o poder do Estado? Eis a resposta. Os Bancos estavam falidos, mas o Estado existe para servi-los ou eles existem para fazerem viver o Estado segundo as suas próprias condições. Assim, realizando monumentais empréstimos junto dos Bancos a juro fixo, o governo americano fabricou-lhes os lucros que lhes permitiram fazer face às dívidas incobráveis acumuladas em consequência das mais importantes falências registadas em toda a história do capitalismo. Acabamos de entrar em nova fase. A chamada recuperação, nas condições conhecidas (sem fôlego), já vacila e recua. Os «deficits» ficaram para a nova administração de Bill Clinton. Mas a imaginação também tem os seus limites e as populações americanas começam a compreender que as suas esperanças no novo presidente podem ter sido infundadas. Clinton, por um lado, luta em condições orçamentais extremamente difíceis e, por outro, opera condicionado por básicos princípios imperialistas que lhe não permitem alterações de fundo na política do país. Veja-se a sua posição de apoio «democrático» ao mais «democrático» de todos os presidentes, Boris Ieltsin. O próprio povo americano viu como tudo aquilo era falso. E perguntou: «Mas, então, é isto a democracia?» Muitos já compreenderam que a palavra democracia na boca dos dirigentes das chamadas democracias industriais apenas significa capitalismo. Mas eles evitam essa horrorosa designação. Ninguém quer ser capitalista, hoje em dia. São todos democratas. Homens e mulheres do mercado. Gente de liberdade...

3. O «Crédit Lyonnais», bem conhecido em Portugal, teve de pôr de lado, para fazer face às dívidas incobráveis, uma importância considerável – nada menos de 15 biliões de francos franceses. Quanto aos prejuízos reais referidos a 1992, esses cifraram-se em 1,9 biliões, qualquer coisa como cerca de 50 milhões de contos.

Afirmações que não enganam

Para enganarem os povos, os governantes do capitalismo e os seus propagandistas insistem em falar de recuperação económica, uma coisa que as pessoas não vêem e, pelo contrário, constata-se que o sistema se acha mergulhado na mais perigosa crise de toda a História. Porque as consequências serão de uma magnitude que ainda não é possível determinar. Estaremos à beira de testemunhar, em condições diferentes, uma espécie de queda do império romano e a passagem dolorosa e difícil a um novo período da História da Humanidade? Os capitães-mor da indústria em diversos grandes países, sob o ponto de vista económico, forneceram, há semanas, ao «Financial

Times» meia dúzia de opiniões que deixaram o mundo estupefacto. Vale a pena reproduzi-las, para o que pedimos licença ao grande diário londrino.

«O desemprego em massa colocará a fibra social e política da estrutura dos países industriais sob clara pressão»

Josef Ackermann,
Chefe-executivo do «Crédit Suisse»

«Traduzindo-se em transferências que somam, anualmente, DM140 biliões, as transferências para leste representam meros cheques em branco e fogem ao seu verdadeiro objectivo: a constituição de uma economia de mercado»

Till Necker,
Presidente da BDI,
Confederação das Indústrias Alemãs

«Baseado num largo consenso entre as organizações patronais e os sindicatos, o êxito do sistema industrial germânico do pós-guerra pode revelar-se insuficientemente robusto para dominar as dificuldades da reunificação. Estou a ver o perigo de que só nos será possível aprender através da crise»

Idem

«O processo de reunificação atingiu-nos como um meteoro. Vai levar muito tempo até que as coisas se estabilizem. Em 1989, disse que precisaríamos de 10 anos para normalizar o Leste. Essa previsão foi optimista»

Idem

«Quando o sol brilha não se repara nos buracos do telhado. Mas as dificuldades de carácter cíclico, como o mau tempo, são temporárias. Contudo, se não resolvemos os nossos problemas estruturais, encontrar-nos-emos em situação de alterações climáticas e entraremos, possivelmente, em nova Idade do Gelo»

Idem

«A Europa atravessa a sua mais perigosa crise económica desde que se fundou a CEE»

Francois Perigot,
Conf. du Patronat Français

«A reunificação alemã pode ter aberto as primeiras brechas no edifício da integração europeia»

Idem

«Para se evitar que a desvalorização da libra conduza ao aumento da inflação, a Inglaterra vai necessitar de ajuda. Peço a Deus que auxilie os ingleses»

Idem

«Vai dar-se uma certa forma de recuperação, mas em termos de capacidade financeira a maior parte das pessoas não se darão conta. As empresas britânicas não beneficiaram grandemente dos efeitos da desvalorização porque os seus mais directos competidores na Europa estão, agressivamente, tentando proteger as suas posições em mercados conhecendo declínio rápido. O problema das economias dos nossos parceiros continentais está em que se acham em queda livre»

Mr. Howard Davies,
Director-Geral, Confederação
das Indústrias Britânicas

«O estado da economia dos países europeus é pior do que durante o choque da crise do petróleo, em 1973. Não espero qualquer melhoria antes de 1994»

Monsieur Jean-René Fourtou,
Presidente da «Rhone-Poulenc»

«A raiz dos nossos problemas acha-se na falência das soluções convincentes»

Herr Edzard Reuter,
Presidente da «Daimler-Benz»

«A confiança dos consumidores acha-se em queda completa»

Mr. David Herman,
Presidente da «Adam Opel»

Novas greves em Inglaterra

O governo britânico resolveu, finalmente, publicar o documento que determina o futuro da indústria do carvão. Subsídios no imediato; encerramento e traição aos interesses do povo deste país, a longo prazo. Algumas minas são consideradas inviáveis e encerrarão, apesar de relatórios técnicos que consideram serem todas elas economicamente rentáveis. Outras, beneficiando dos referidos subsídios, serão mantidas ao serviço, provisoriamente. A acção do ministro do Comércio e Indústria, Michael Heseltine, concentrou-se em impedir que se desenvolvessem os protestos dos sectores conservadores no Parlamento e, fechando algumas, mantendo outras, confundiu os parlamentares que de algum modo sentiam que tudo aquilo não passava de uma simples manobra cosmética. Entretanto, o futuro de centenas de milhares de pessoas estava em jogo. Comunidades inteiras. A sentença foi mantida em suspenso. Os trabalhadores da indústria mineira e os seus principais aliados, os ferroviários, entenderam que o momento havia chegado para dizer ao governo e aos seus insensíveis ministros qual era o sentir do povo destas Ilhas.

A 2 deste mês, a Grã-Bretanha paralisou. Sem comboios, o país deixou de funcionar. Quem disse que os ferroviários unidos não têm poder? A indústria mineira fechou. Os autocarros, em Londres, pararam. E a grande metrópole encontrou-se vazia. Pela primeira vez desde que as destruidoras ideias de Margaret Thatcher encontraram crédito na Grã-Bretanha iludida, os trabalhadores fizeram sentir a todo o país que os seus interesses eram, afinal, os de toda a nação britânica. Autocarros escoceses disponibilizaram-se para o transporte de mineiros para Londres. O país uniu-se na contemplação do seu futuro. E perguntou-se: «Para onde vai a Grã-Bretanha?» Disse o ministro Heseltine, na TV: «Comprometi centenas de milhões de libras dos contribuintes fiscais para dar à indústria do carvão oportunidade de encontrar mercado para o seu produto.» Responderam-lhe: «Por que não assinaste o decreto com o teu próprio sangue? Esse decreto vai fazer correr o sangue nas comunidades mineiras.» O ministro calou-se. Fugiu.

Amanhã: mais um dia de luta

Conscientes da justeza da sua causa, confiantes no apoio de todo o país, os trabalhadores voltam à luta, amanhã, dia 16 de Abril, com nova paralisação total dos comboios a que se juntam os mineiros e, de novo, os transportes públicos da cidade de Londres. O que está a passar-se na Grã-Bretanha? É o princípio. Ou o fim do princípio. Ou o princípio do fim. Como se queira. É o capitalismo que envereda pela estrada tortuosa e poeirenta que o conduzirá à sua hora do destino. O mundo, o grande mundo onde as realidades são mais profundamente sentidas, aguarda e observa. Está em formação uma nova civilização.

«Capitalistas! Gente de oportunidade e de negócios! Propagandistas do imperialismo! Sede verdadeiros, não vos apelideis de democratas. Governantes do capitalismo! Não vedes o futuro que vos aguarda? A vossa democracia é um embuste. Democracia e capitalismo não funcionam. A Democracia só pode existir quando criada pelo socialismo. Mas vós preferis caminhar para a catástrofe que vos espreita. Também os povos vos esperam na hora final que se aproxima.»

(1) «O aço deve ficar!»

A Bulgária caminhou para trás

■ Miguel Urbano Rodrigues

No final de Março e nos primeiros dias de Abril, a Comissão Política da Assembleia da União da Europa Ocidental reuniu-se em Sófia e Bucareste com o objectivo de debater com governantes e parlamentares búlgaros e romenos questões relacionadas com a segurança na Região Balcânica. Como membro dessa missão da UEO, tive a oportunidade de retomar contacto com uma Bulgária muito diferente da que conhecera em viagens anteriores e de visitar pela primeira vez a Roménia.

Neste texto transmito um pouco do que vi e ouvi na Bulgária. E também, obviamente, o que ali senti.

Há sete anos, quando estive em Sófia pela última vez, a Bulgária era um país da área socialista. A perestroika parecia anunciar um futuro mágico e semeava ilusões.

Durante o Congresso Internacional de Jornalistas que me levava, então, à capital búlgara, escutei muitas opiniões de sinal contrário. O futuro apresentava-se nevoento e poucos se atreviam a fazer afirmações categóricas. Era inimaginável o que veio a acontecer.

Em Março, descobri uma Bulgária muito diferente. A estrutura física de Sófia não mudou. A capital não perdeu o seu ar provinciano, pacato, onde o moderno e o pouco que existe de antigo (quase tudo do século passado) são igualmente feios. Cinco séculos de ocupação turca (de 1389 a 1878) distanciaram a Bulgária da Europa. Somente após a libertação, Sófia pôde abrir-se à penetração da cultura europeia. Mas a herança do obscurantismo otomano permaneceu nas ausências; são raríssimos os momentos anteriores à independência.

Que mudanças me chamaram a atenção?

Há mais automóveis e as montras das lojas exibem produtos ocidentais. Sófia não é, porém, como Budapeste, um escaparate do Ocidente no Leste. O capitalismo não trouxe sequer os benefícios aparentes.

Em demorados passeios pelas ruas do centro, reencontrei-me numa cidade triste, que se tornou suja. O antigo mausoléu de Dimitrov choca pelo abandono e pela imundície. A urna com o corpo do grande revolucionário que desafiou o poder nazi no Processo do Reichstag foi retirada da cripta. Ervas bravias crescem junto das paredes pichadas com inscrições; um cheiro forte a urina vinha do mármore branco. Era de solidão a atmosfera naquela tarde dominical.

Qual será hoje a relação não visível entre a população de Sófia e Dimitrov? - perguntei-me observando gente que passava, indiferente.

Numa sociedade tão dividida, os sentimentos certamente serão muito diferentes. Bandos de garotos pediam esmola, estendendo a mão, com modos quase agressivos.

O Ocidente principiava do outro lado da porta do hotel onde estava instalada a missão da UEO. Um bom hotel de uma cadeia norte-americana, num belo edifício búlgaro. Tudo ali foi adequadamente desnacionalizado. Ao pequeno-almoço, de búlgaro só descobri o pão; até a manteiga, as compotas e o creme de leite eram alemães. Na casa de banho do meu quarto tudo era americano ou francês, dos sabonetes aos cosméticos.

As eleições de 90

Foi muito escasso o tempo para ir além de um entendimento superficial das transformações em curso na Bulgária.

Pela própria natureza das questões debatidas, as informações recebidas de amigos com quem tive a oportunidade de conversar foram quase sempre de maior utilidade do que as opiniões ouvidas durante as reuniões que os deputados da UEO mantiveram com o Presidente da República e ministros e parlamentares búlgaros.

Não entrei na Bulgária optimista, mas a realidade que captei é mais sombria do que esperava, porque a destruição do tecido social e económico foi muito profunda.

Na Bulgária, tal como noutros países da Região, os acontecimentos que determinaram o rumo das mudanças

históricas somente podem ser entendidos à luz da percepção que no país se tinha da natureza do terramoto que varreu o socialismo da URSS e desagregou o Estado multinacional soviético.

Na Bulgária houve uma antecipação. Não cabe aqui analisar a situação existente durante o regime de Jivkov cujo modelo de socialismo não correspondeu ao ideado pelos revolucionários da geração de G. Dimitrov. A democracia socialista não passou de projecto. Em seu lugar, foi implantado um regime que, sob o governo de Jivkov, instituiu o culto da personalidade e fez da burocracia alicerce do poder.

Era indispensável corrigir graves erros e eliminar distorções incompatíveis com o ideal comunista. O andamento da História não o permitiu.

A nova relação de forças criada na Europa (e no mundo) animou a direita búlgara, apressadamente congregada em torno da União das Forças Democráticas (pólo de convergência não apenas de liberais mas do que havia de mais retrógrado na sociedade), a lançar-se num fogoso assalto ao poder. O objectivo era destruir pela base tudo o que de positivo o socialismo havia criado em quarenta anos.

As eleições de Outubro de 1990 realizaram-se num momento muito desfavorável. A situação principiava a degradar-se na URSS e a pressão ocidental manifestava-se através de um apoio ostensivo às forças que faziam do anti-comunismo uma bandeira de luta.

Os resultados não corresponderam, entretanto, à grande ambição da direita. A UFD esperava alcançar uma vitória

elegeu 46% dos deputados, ou seja, uma bancada de 110. O Partido Socialista (sucessor do Partido Comunista), com 33,1% elegeu 44%, isto é, 106 deputados. O Movimento Para as Liberdades e os Direitos, representante da minoria turca (800 000 pessoas), obteve 7%, o que lhe proporcionou 10% dos deputados, 24 cadeiras. De acordo com a lei eleitoral, os votos dados aos partidos que não atingiram a quota mínima de 4% foram distribuídos proporcionalmente pelos três acima citados.

A direita no poder

O Governo da UFD tornou-se rapidamente impopular. O seu projecto de restauração do passado fracassou, mas a política desenvolvida destruiu a economia e atirou para uma situação de pobreza a grande maioria da população, criando um punhado de milionários.

Logo no primeiro ano, a produção nacional baixou 20%. Em 1992, a inflação atingiu 80%. O Produto Interno Bruto caiu 52%; o poder aquisitivo da população 43%.

O salário mínimo equivale hoje a 12 contos; um trabalhador qualificado recebe em média 15%. O desemprego alastra, afectando já 14% da população activa (640 000 trabalhadores).

O presidente Jeleu — apresentado no Ocidente como intelectual humanista — incentivou desde o início a política de privatizações selvagens cujos efeitos foram devastadores para a indústria (quebra de 25% na produção) e a agricultura.

O agravamento da crise deixou isolada a UFD. Para se manter, o governo teria de conservar o apoio do MLD, mas o partido da maioria turca retirou-o. A 27 de Outubro de 92, o governo da UFD caiu.

A composição da Assembleia não tornou fácil uma saída constitucional. Nos termos da Lei Fundamental, o parlamento somente seria dissolvido se fossem inviabilizadas três tentativas consecutivas de formar governo. O presidente ensaiou primeiro um novo gabinete da UFD, mas a Assembleia não o aceitou. Chamado a seguir, o PSB também não conseguiu passar. Houve então um acordo táctico entre o Partido Socialista e o MLD para viabilizar um governo de independentes.

A solução encontrada apenas adiou o inevitável: a realização de eleições antecipadas.

O actual governo

A direita tem motivos para temer a resposta popular. Trinta dos deputados eleitos pela UFD passaram a independentes e estão hoje mais próximos do PSB do que dos antigos companheiros.

Diplomatas estrangeiros com quem troquei impressões definem o actual governo como poder de fachada que apenas assegura a gestão da crise.

O primeiro-ministro tem evitado sistematicamente assumir as propostas apresentadas pelos socialistas; é um ex-conselheiro do Presidente da República.

Entretanto, a crise aprofunda-se. O país está a pagar a factura da política de devastação praticada pela UFD. Em Fevereiro, a inflação ultrapassou a barreira dos 8%, entretanto em fase incontrolável.

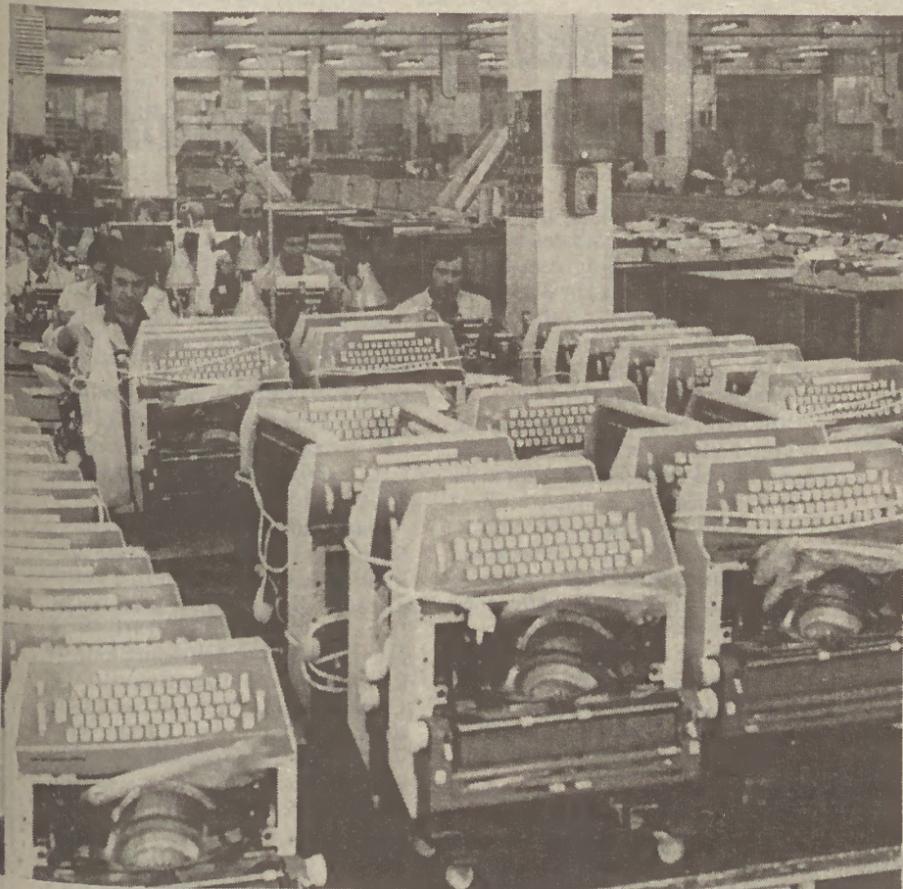
Na opinião de dirigentes do Partido Socialista com quem falei, as eleições antecipadas deverão realizar-se no final do Outono ou no início de 1994. De acordo com as sondagens, o vencedor será o Partido Socialista. Mas a Direcção deste entende que alguns meses serão necessários para que o povo fique melhor esclarecido a respeito de tudo aquilo que está em causa. A demagogia da direita fez estragos e produziu enorme confusão. O Movimento Sindical atravessou uma fase de desorientação e durante algum tempo, iludido pela propaganda anticomunista, funcionou como aliado objectivo da UFD. Somente agora começa a actuar como porta-voz dos trabalhadores, cumprindo a sua função natural.

Não é impossível, entretanto, que um novo gabinete de transição substitua o actual cujo desprestígio cresce a cada semana. Muitos dissidentes da UFD mostram-se disponi-



ria esmagadora. Sonhava com uma maioria na Assembleia Nacional que lhe garantisse condições para restaurar um regime ultraconservador, de fachada democrática, mas ideologicamente aparentado com o monárquico-fascista de 1939 (que fez da Bulgária um aliado fiel do III Reich).

A UFD contava ser beneficiada pelos mecanismos de um sistema eleitoral não democrático. Mas as coisas não lhe correram de feição. Apenas três partidos conseguiram eleger deputados. A UFD, com 34,2% dos votos obtidos,



A destruição do tecido social e económico registada na Bulgária foi muito profunda; hoje, o país está pior do que antes

veis para viabilizar um governo em cuja política o PSB teria maior peso. A composição da Assembleia, com o enfraquecimento da UFD, permite várias fórmulas.

A luta dos camponeses

O descontentamento dos camponeses foi um dos factores que apressaram a queda do governo da UFD.

Durante décadas, os búlgaros orgulharam-se da sua agricultura socialista. No final da segunda guerra mundial, a Bulgária formava com a Albânia o duo dos países mais atrasados da Europa. A terra continuava a ser cultivada por métodos primitivos, o latifúndio predominava em amplas regiões e os rendimentos das colheitas eram dos mais baixos do Continente; apesar da qualidade dos solos da bacia do Danúbio e dos vales do Sul.

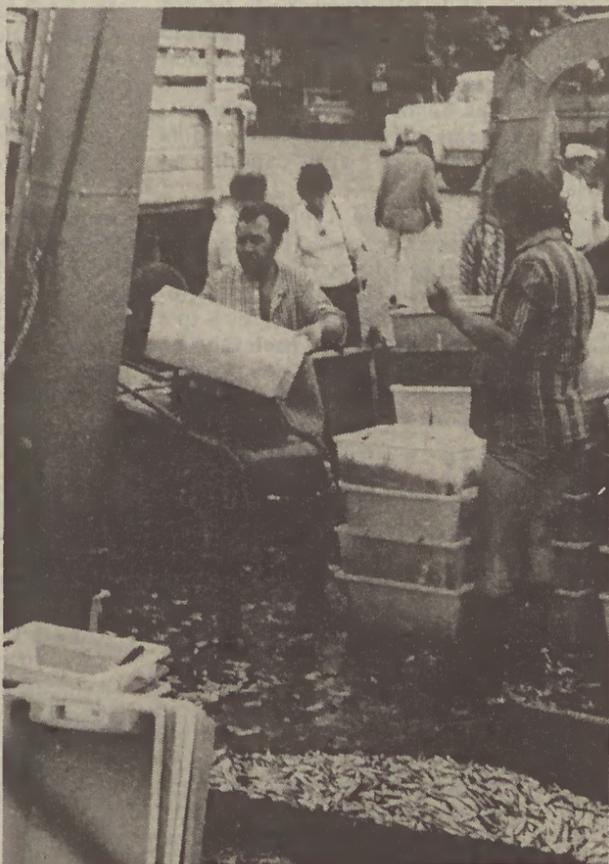
O socialismo mudou o panorama. Cooperativas búlgaras, constituídas após a segunda Reforma Agrária — mais radical do que a primeira —, conquistaram prestígio internacional, obtendo rendimentos superiores às médias europeias nas culturas do trigo, do milho e do girassol. A Bulgária tornou-se um grande exportador de produtos agrícolas.

O governo da UFD desfechou um ataque frontal contra as cooperativas. A chamada "Lei da Restituição" foi concebida para que um quinto das terras fosse entregue aos antigos proprietários ou seus descendentes. Simultaneamente, uma lei de 1945, que na época permitira a expropriação de todas as terras com mais de 30 hectares, foi ressuscitada para destruir os alicerces do sistema cooperativo de posse e exploração dos solos agrícolas. Muitas das melhores unidades produtivas foram desmanteladas. Os efectivos pecuários caíram para metade; e quase um terço das terras de semeadura ficou de posúio, abandonadas.

A resposta dos camponeses foi firme e impediu que o plano atingisse integralmente os objectivos visados. Muitas cooperativas conseguiram sobreviver comprando as suas próprias terras. As modalidades assumidas pela resistência à política de privatizações foram múltiplas, mas, hoje, em quase todo o país, os camponeses associam-se para reconstruir grandes unidades, na fidelidade ao anterior modo de produção.

O Partido Socialista

O Partido Socialista apoiou e apoia esse movimento, reforçando a sua implantação nas áreas rurais.



ança, consciente das enormes dificuldades que tem pela frente num mundo onde a relação de forças é outra. Mas já somos mais de 370 000 no Partido Socialista...»

Ninguém esconde que a unidade do Partido foi submetida a duras provas nos últimos anos. Presentemente, parece ter-se chegado nele a um consenso (difícil) entre os marxistas (75%) e os socialistas-democratas (25%). A Conferência Nacional, realizada no final de Março, confirmou, pelos resultados, que o perigo da cisão foi afastado.

Campos abandonados

Deixei Sófia de autocarro, sob uma neve fina, com a delegação da UEO, rumo à fronteira romena. Atravessei províncias que conhecera em anteriores visitas.

É sempre arriscado entrar em paralelos quando se contempla uma região através da janela. Mas para quem como eu cresceu no campo e mantém com a terra uma relação de amor quase animal, foi melancólica essa viagem de Sófia a Russe, no Danúbio, com paragem em Plevna para o almoço.

O nevão, que na véspera fizera de Sófia uma cidade branca, não deixara vestígios. A paisagem era de um verde ainda esmaecido, a assinalar o início tímido de uma Primavera fria. O espectáculo de enormes extensões incultas trazia-me à memória, nas grandes planícies do Norte búlgaro, o que ali vira no final dos anos 70.

Seria insincero se escondesse que me doeu muito o que vi e registei durante esta brevíssima passagem pela Bulgária.

Noviça no capitalismo, a Bulgária não avançou com as mudanças que tão festejadas têm sido pela maioria dos media portugueses.

No horizonte próximo, parece esboçar-se uma vitória eleitoral da esquerda. É cedo para se formar opinião sobre o que dela resultará. Mas à margem dos compromissos que vierem a ser assumidos perante o povo, tal vitória, a concretizar-se, confirmaria a evidência: a Bulgária está muito pior do que antes. Caminhou para trás.

Como era inevitável, a ofensiva fulminante que nos meses posteriores às eleições de Outono de 90 visou, destruição das estruturas económicas, sociais e culturais do regime anterior desenvolveu-se numa atmosfera de intenso debate ideológico.

Para surpresa de muitos comunistas, ficou claro que a velha direita, não obstante ter perdido o poder económico e o poder político após a Guerra Mundial, não se tinha extinguido. Reapareceu imediatamente, comprovando a tese de Charles Beethel sobre a sobrevivência tenaz das antigas superestruturas culturais após a vitória de revoluções marxistas que mudam o projecto de sociedade. Uma importante parcela dos descendentes da antiga grande burguesia monárquica e fascista assumiu logo publicamente a ideologia dos antepassados. A sua pregação influenciou parte significativa da população. Talvez um terço da direita — assim me disseram — defende posições em que a nota principal é o anticomunismo fanático, cavernícola.

O Partido Socialista é neste momento um partido muito diferente do Partido Comunista que governou a Bulgária durante mais de 45 anos. No positivo e no negativo. O seu presidente é um jovem de 34 anos, Zhan Videnov, que olha o futuro próximo com optimismo temperado por um grande realismo. Permanece fiel aos grandes ideais revolucionários da humanidade e à memória dos búlgaros que por eles se bateram.

O PSB perdeu muitos filiados após as grandes mudanças do ano 90. «Já recomeçou, porém — disse-me um velho militante —, a subir a ladeira com confi-

Um
livro
por
quinzena

■ Pedro Ramos de Almeida

A história constitucional portuguesa: dois séculos de luta pela liberdade e a soberania nacional

1. Até hoje, até este preciso momento em que ainda se não verificou a ratificação do Tratado de Maastricht por todos os Estados cujos governos são seus signatários, enquanto, portanto, este Tratado não entrar em vigor, Portugal ainda será formalmente — embora já com visíveis restrições — um Estado soberano. Se a expressão fosse possível, talvez o mais adequado fosse considerá-lo, formalmente, dotado de um poder público, por vezes independente, absoluto e superior...

É este Estado formalmente, insista-se, soberano (ou quase soberano?), uninacional e unitário (não federal), que conheceu enquanto Estado independente, desde o início do séc. XIX, seis Constituições diferentes, que organizaram autonomamente diversos regimes e sistemas políticos em Portugal. Não foram muitas... Foi o número que as grandes contradições sociais e políticas da época exigiram... Até 1976, a Espanha teve nove e a França «onze ou dezasseis, segundo as maneiras de ver...»

AS CONSTITUIÇÕES PORTUGUESAS

1822-1826-1838-1911-1933-1976

JORGE MIRANDA

LIVRARIA PETRONY
de
Augusto Petrony
Rua da Assembleia, 90 — Lisboa
1976

O que é uma Constituição? Nos nossos dias, como lei escrita única publicada sob esse nome, a Constituição é a lei fundamental do Estado. Ou seja: uma lei que define e organiza, nos seus fundamentos ou bases, o Estado e os seus poderes mais gerais, a sociedade, as suas relações dominantes, os direitos essenciais e as comunidades humanas em que se insere, que legitima e a que, dá espaço; é assim uma lei que pela sua natureza e carácter, não pode, não deve ser contrariada por quem quer que seja, e menos ainda por qualquer outra lei ou por qualquer outro acto do Estado.

Historicamente, as constituições surgiram, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, como leis dominantes do processo principalmente europeu e americano, de superação do poder absoluto, do Estado monárquico e da soberania real. Em lugar deste Estado, que confundia numa só pessoa todos os poderes — incluindo o de fazer leis e julgar os homens — afirma-se o Estado assente na separação e divisão de poderes. O Estado de predominância burguesa. O Estado apenas liberal, que entretanto mantém e cultiva uma nova forma de desigualdade.

São as seis Constituições Portuguesas, registando algumas das suas principais revisões e actos adicionais, que foram compiladas e organizadas por Jorge Miranda

(JM), professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa (Universidade Clássica), e ex-deputado constituinte do PPD, em 1975/1976, em livro editado pela Livraria Petrony, Lisboa, intitulado «As Constituições Portuguesas — 1822, 1826, 1838, 1911, 1933, 1976»: 560 páginas — 48 páginas de introdução, seguidas de 512, que contêm as Constituições.

2. Citando a «Introdução» de JM, assinalemos alguns trechos mais significativos: «A história constitucional portuguesa, tal como a da generalidade dos países latinos, é feita de roturas: as Constituições emergem em rotura com as anteriores (...) Cinco das Constituições portuguesas têm como origem imediata movimentos revolucionários que derrubaram os governos e regimes até então vigentes. A de 1822 é consequência da revolução de 1820, a de 1838 da revolução de 1836, a de 1911, da revolução de 1910, a de 1933 da revolução (ou contra-revolução) de 1926 [?] e a de 1976, da revolução de 1974; e de igual sorte, o Acto Adicional de 1852 [que reformula, parcialmente, a Carta de 1826] é consequência da revolução de 1851 [Marechal Saldanha]. Única excepção: a Carta Constitucional [de D. Pedro IV, 1826], mas excepção aparente, porque se situa na mesma vertente [ou contravertente?] histórica de 1820.»

São seis Constituições de duração «bastante variável», mas que sobretudo traduzem a longevidade da desigualdade social e da reacção política em Portugal: as duas constituições fruto da contra-revolução preencheram cerca de 115 anos (a Carta vigorou «de 1826 a 1828, de 1834 a 1836 e finalmente, no que seria o mais longo período constitucional português, de 1842 a 1910»); a Constituição de Salazar, essa lei que encobria e fingia mais do que tutelava, essa lei apenas «nominal», de 1933 a 1974. Já as quatro constituições revolucionárias —

[1822, que esteve no poder de Setembro de 1822 a Junho de 1823 e de 1836 a 1838; 1838, que foi aplicada até 1842; a de 1911, que foi lei até 1926; e finalmente a de 1976, que mesmo sugada e estropiada até hoje rege o Estado da República Portuguesa] — essas somam, até à actualidade, menos de 40 anos!

De todas elas, só uma foi claramente pluralista: a Constituição de Abril. e JM ressalta-o «(...) deve ser assinalada a circunstância de a Assembleia Constituinte de 1975/1976 ser a primeira com uma pluralidade de correntes políticas organizadas em partidos, e de cada um dos seis partidos representados ter apresentado o seu próprio projecto de Constituição (...). Daí e do facto de nenhum partido ter [naquela fase] maioria absoluta (por virtude do sistema de representação proporcional) (...)». Foi assim que nasceu a terrível Constituição marxista, que só o CDS votou contra...

3. Em nossa opinião, pelas seis Constituições portuguesas dos séculos XIX e XX perpassam todos aqueles regimes políticos, sistemas de Governo e as primeiras consagrações de direitos humanos que caracterizam em Portugal a história do liberalismo e do capitalismo, o advento do imperialismo — de que é parte essencial a tentativa corporativo-fascista — e a crise colonialista e monopolista que — mesmo não o querendo — prepara as bases

do salto para o socialismo. Tudo isto no quadro dos embates entre a aristocracia e uma burguesia fraca, dispersa, muitas vezes desligada do processo produtivo e submissa à dominação estrangeira, sob um grande fundo de apatia popular, incaracteristicamente classista.

Em 1822, encontramos a irrupção revolucionária do liberalismo: ela aproxima historicamente o início da via democrática, consagrando o crescimento do direito de voto, a supremacia das Cortes como sistema de Governo e as primeiras e débeis afirmações e reivindicações constitucionais da liberdade de empresa e do direito de propriedade, da liberdade de expressão e de ensino — únicas expressas — e, noutro plano, do direito à assistência, antepassado dos direitos sociais.

Em 1826, é o regresso ao absolutismo mitigado, a uma monarquia simplesmente representativa que se espalhará por dezenas de anos, até ao século XX, submergindo direitos conquistados; nela florirão, passado o setembrismo de 1838, que mal durará quatro anos, as ditaduras de Costa Cabral, dos anos quarenta, e de João Franco que, entre os dois séculos, virá a abrir caminho ao regicídio.

Em 1911, é a República laica, anticlerical e municipalista, mas divorciada do povo — em que, aliás, apenas meio milhão de portugueses têm direito de voto — que sobrevive 16 anos na irrelevância e na impotência de um sistema parlamentar de assembleia...

Em 1933, com a Constituição do poder pessoal e ditatorial salazarista, de base fascista e colonialista; com a proibição da greve e da «acção sindical»; com a decisiva e trágica aliança com o franquismo, antes, durante e depois da guerra de Espanha; com a limitação e a negação das liberdades políticas e populares, emparedadas no artigo 8.º, que sucessivamente as entrega a leis especiais; com a violência repressiva, que aprisionará dezenas de milhares de portugueses, é a submissão ao monopolismo e ao imperialismo estrangeiro — designadamente inglês, primeiro, e americano a partir dos anos cinquenta — que avançam manietando e enclausurando as forças patrióticas e democráticas.

Em 1976, é JM que o afirma, organiza-se «um regime democrático de tipo europeu», «e um sistema económico-social misto de colectivismo marxista, socialismo autogestionário e social-democracia». Só faltava a democracia cristã...

A Constituição como «projecto político de síntese», da conexão entre democracia e socialismo, dos direitos fundamentais reconhecidos em 69 artigos; a Constituição que procura evitar — num Estado antagónico, sublinhamos nós — «a concentração de poder sob forma cesarista ou qualquer outra», adoptando um «sistema misto e semipresidencialista».

O cavaquismo tem tentado sucessivamente aplainá-lo, apoucá-lo, roê-lo; mas apesar de tudo ele ainda hoje é, conjugado com a acção popular e por ela fortalecido, um obstáculo real às pretensões de governamentalização do Estado sob o poder pessoal de Cavaco.

4. Esta é uma pequena referência histórica à posição das Constituições Portuguesas dos séculos XIX e XX, no quadro da luta pela liberdade e pela democracia. Noutro plano, muitas delas, apesar das suas profundas oposições e diferenças, defenderam realmente, ou pelo menos foram forçadas a consagrar formalmente a soberania do seu

Estado e, desse modo, no seu movimento centenário, a independência da Nação e do povo português.

Em 1822, a Constituição tem um patriotismo claro: «A Nação é livre e independente e não pode ser património de ninguém» (art.º 27.º). O próprio rei tinha de jurar «ser fiel à Nação Portuguesa» (art.º 126.º), não podendo «nenhum estrangeiro (...) suceder, na Coroa do Reino Unido» (art.º 143.º).

Na própria Carta, em 1826, «o Reino de Portugal é a associação política de todos os cidadãos portugueses. Eles formam uma nação livre e independente» (art.º 1.º). Mesmo o Rei «não poderá sair do Reino sem o consentimento das Cortes Gerais, e se o fizer se entenderá que abdicou a Coroa» (art.º 77.º). E os estrangeiros, ainda que «naturalizados, não podem ser ministros do Estado» (art.º 106.º).

Em 1838, é a «Nação Portuguesa» que passa a ser a «associação política de todos os portugueses» (art.º 1.º) e «o que se naturalizar em País Estrangeiro», «perde os direitos de cidadãos portugueses» (art.º 7.º). «A soberania reside essencialmente em a Nação (...)» (art.º 33.º). «Nenhum estrangeiro pode suceder na Coroa de Portugal».

Em 1911, proíbe-se que qualquer cidadão aceite «condecorações estrangeiras» (art.º 4.º)... E o art.º 55.º classifica mesmo de «crimes de responsabilidade» os actos do Poder Executivo e seus agentes que atentarem: «1.º — Contra a existência política da Nação»; etc., etc.

Em 1933, sob Salazar, quando Portugal vai sendo crescentemente hipotecado sob o domínio imperialista, mesmo assim o formalismo mantém uma catadura nacionalista: «Não podem ser alienados quaisquer bens ou direitos do Estado que interessem ao seu prestígio ou superiores conveniências nacionais» (art.º 51.º).

Em 1976, com a Constituição da República Portuguesa, a independência e soberania nacionais convertem-se em princípios claramente essenciais. Para ela, «a soberania, una e indivisível [NB!] reside no povo (...)» (art.º 3.º, 1); sendo tarefa fundamental do Estado «garantir a independência nacional (...)» (art.º 9.º e al. a).

Esta é uma parte central da história constitucional portuguesa, contida neste livro. Esta é, ainda hoje, a vontade constitucional do Estado Português.

No fundo, é o tradicional desejo popular de independência e soberania, melhor ou pior expresso, e a que a adesão ao Tratado de Maastricht, encabeçada pelo PSD e pelo PS, não deu continuidade. Uma integração que pode vir a ser mortalmente perigosa para Portugal: venha ela a traduzir-se numa Europa Federal bombada pelo imperialismo alemão, ou em novas crises e divisões europeias, de que os países mais pobres e atrasados continuarão a pagar os custos...

Da «ala liberal» caetanista à «social-democracia» imperialista

O artigo sob este título, da secção «Um livro por quinzena», publicado na edição de 1.IV.93, foi publicado com duas frases truncadas:

A primeira, na 3.ª coluna, alínea c, terceira e quarta linhas, deve ler-se: «no conjunto do ensino superior, figuram vinte e quatro quadros destacados (2 mulheres).»

A segunda, na 3.ª coluna, alínea f, linhas 9 e 10: «qualquer jovem! Como dos 20 aos 29 anos, só se citam dois dirigentes do PSD! Menos de 1%!...»

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Tudo normal

Mais um subsecretário meteu os dedos no erário não é caso extraordinário antes está no horário são as contas do rosário mezinhas do boticário são os frangos de aviário que Cavaco tanto quer.

Este vai ser o fadário enquanto ele cá estiver.

Tá na hora!

Anda cabisbaixo. A sondagem diz que o desinfeliz está muito por baixo.

Pinta o diabo a sete faz fita e mais fita ele bem promete ninguém acredita...

Anda todo à nora numa nódoa roxa. Está chegando a hora de emalar a trouxa...

Esparguete

Foi uma telenovela este caso do Caldeira com a TV atrás dela numa grande chinfrineira.

Ora a fraude do Caldeira com outras mais comparada é uma simples brincadeira de criancinha amimada.

Eu cá até já ouvi dizer a certo fulano que o esparguete daqui é pior que o italiano...

P'ra esquecer a ladroeira paga as favas o Caldeira.

Afinal há crise!

A galope, a galope avança a crise. O desemprego, a dor das mãos paradas o grito nas pesadas madrugadas mais tout va bien, madame la Marquise.

Alastra a mancha visceral da crise correm bandeiras negras desfraldadas e sofremos o gume das nortadas mais tout va bien, madame la Marquise.

Olhos pasmados no rigor da crise mais tout va bien, madame la Marquise enquanto já o relâmpago da crise

cruza a noite brutal de crise em crise. Só, no palco, madame la Marquise, com as mãos afinal cheias de crise.

O apanhado

«A crise é psicológica» — sentenciou Joaquim Letria, apanhado no «DN» em missão de «consultor de imagem». E depois continua sentenciando: «É um mal-estar como a gripe» (sempre a crise é claro). «Um arrepio, um pouco de febre, uma sensação de frio, uma desculpa.» Apetece dizer: para o Letria é que não há crise! Mas quem é que ele quer desculpar?!

A carta que o «Público» republicou

O «Público» teceu mais uma das suas já muito conhecidas intrigas, desta vez em torno da crónica da demissão anunciada de Sousa Marques e da carta que este escreveu à Direcção do PCP no momento da consumação. O ponto que a intriga pretende explorar é a não publicação no «Avante!» da missiva do demissionário, como seria pretensão deste. A este respeito importa prestar três esclarecimentos: 1º. No período preparatório dos três últimos congressos do PCP, o «Avante!» abriu as suas páginas durante meses à publicação de cartas dos leitores membros do Partido para exprimirem os seus pontos de vista e as suas propostas,

nomeadamente sobre os trabalhos preparatórios, os documentos em discussão, a vida e actividade do Partido e a situação nacional e internacional. Em relação ao último Congresso, que se realizou no passado mês de Dezembro, as páginas do «Avante!» estiveram abertas para esse efeito desde o início de Maio.

A consulta dos números do «Avante!» relativos a esses períodos testemunham a total frontalidade com que numerosos membros do Partido fizeram uso desta possibilidade para comunicarem as suas discordâncias, opiniões, sugestões e propostas. O ex-membro do Partido, Sousa Marques, nunca o fez. 2º. Ora, como Sousa Marques reconhece, as suas discordâncias datam de há muito. Diz ele: «Há alguns anos já (doze, onze?), senti o nascer a inquietação da divergência.» Não se percebe então como é que nunca exerceu a possibilidade de expor e debater essa inquietação nas páginas do «Avante!» enquanto foi membro do Partido e nos largos períodos em que estas têm estado abertas às cartas dos leitores, e só se lembrou de o fazer agora, quando decide deixar de ser membro do Partido?

3º. O «Público», que tantas vezes ignora posições de fundo e actividades importantes do PCP, tem

sempre espaço para este género de cartas quando se referem ao PCP (muito menos se se referem ao PS e outros partidos). Os mandantes do «Público» lá sabem porquê!

Urtigas

Que há crise, já mesmo Cavaco o admite. Como alguns jornais, que falam muito dela, mas pouco de soluções credíveis. Há mesmo certos meios de comunicação que preferem falar de pacotes cavacais e colaborarem na miragem de se replantarem novos oásis na areia seca, do que em divulgarem medidas e propostas que, inflectindo a política, resolvem a crise. Será talvez por isso que o «Correio da Manhã» titula, a toda a largura da primeira, a garrafal esperança: «África dá dinheiro a jovens»!, divulgando nas centrais o «pacote juvenil» de Marques Mendes.

Mas, se os jovens não acreditarem, há outras soluções a gosto. Por exemplo, no Algarve, que, segundo alguns maldosos, está em crise por causa da recessão da Europa, onde cresce o desemprego e baixa o turismo, uma descoberta recente faz crescer as esperanças a quem atravessa o deserto: os morangos algarvios, ainda segundo o «CM», já podem ser produzidos com urtigas!

frases da Semana

«O deputado laranja é vigorosamente encorajado a não falar, o que me parece justo, sagaz e cristão. Justo porque por norma o leitor pasmava (sendo que o pasmo não costuma galvanizar o voto). Cristão porque releva da mais rudimentar caridade cívica.»

☞ (Nuno Brederode Santos - «Expresso» 09.04.93)

«Não há leis eternas: as únicas regras eternas são as leis divinas, para quem acredita nelas.»

☞ (Duarte Lima - «Expresso» 09.04.93)

(...) «É natural que o Governo procure afinar o rumo: todos os governos erram e nós temos cometido erros.»

☞ Idem

(...) «O oásis não é paraíso, é um ponto pequenino no deserto, com um pouco de água e algumas palmeiras.»

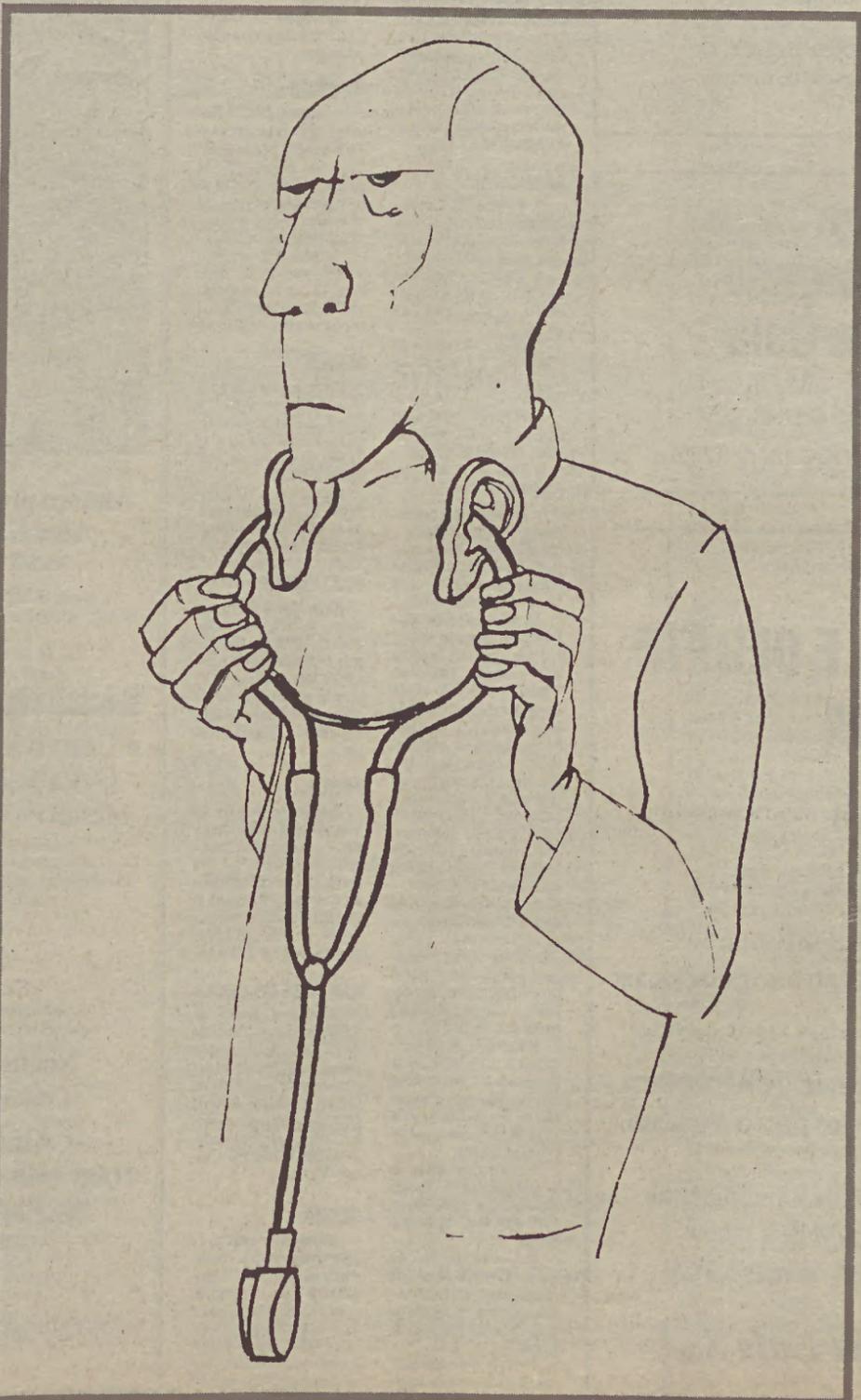
☞ Idem

«Foi excessiva, em alguns casos leviana, a euforia com que encarámos o colapso do mundo comunista e a desagregação da ex-União Soviética.»

☞ (Torres Couto - «Público» 10.04.93)

«É que a minha tia Clara está perfeitamente convencida de que foi o Pedro Caldeira quem mandou construir o Centro Cultural de Belém, e que por isso a Polícia o foi buscar, lá nos confins do mundo em que se encontrava.»

☞ (Alice Vieira - «Diário de Notícias» 8.04.93)



Vila Real Encontro Distrital de Quadros do PCP

com a participação de
Carlos Carvalhas

Sábado às 15.00
no Centro Cultural Regional

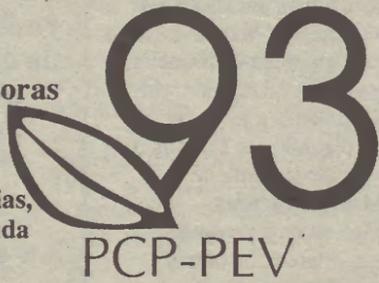
Com a participação
de
Carlos Carvalhas

Encontro
convívio

19. Abril. 93
2.ª-Feira • 19 horas

Páteo Alfacinha
(R. do Guarda Jóias,
44 - Lisboa, à Ajuda
Telef. 364 21 71)

CDU
AUTARQUIAS



PCP-PEV

Actualidade em debate no VITÓRIA

15 de Abril - 5.ª-Feira - 19 horas

A situação na Jugoslávia e nos Balcãs

com Carlos Aboim Inglez
Membro da Comissão Central de Controlo
do CC do PCP

Encontro sobre o Sector do Calçado de Vila Nova de Gaia

Sábado, dia 17, às 15 horas
Junta de Freguesia de Oliveira do Douro

II JORNADAS DE REFLEXÃO E DEBATE SOBRE LISBOA

Sábado, 17 de Abril

09h30, CT Vitória

- A actividade da CML e dos Pelouros do PCP - visita de autocarro a vários locais da cidade

15h00, Junta de Freguesia de Alcântara

- Objectivos programáticos para o mandato 94/97
- Apresentação dos núcleos fundamentais das listas para a CM e AM de Lisboa
- Intervenções finais - ID, Verdes e PCP

Participação de Luís Sá

AMADORA

Eleitos e activistas da CDU visitam a freguesia de Venteira - sábado, das 9 às 13.30.

Plenário de militantes de Venteira - às 21.30.

Brandoa: visita da CDU à freguesia, sábado durante todo o dia com início às 10.00; encontro com o Movimento Associativo local. Participação de eleitos da CDU na CM e Junta de Freguesia.

Jantar concelhio de democratas, comemorativo do 25 de Abril: quinta-feira, dia 22, no Auditório da Câmara Municipal da Amadora.

ALMADA

Área Metropolitana de Lisboa e Desenvolvimento Cultural: encontro promovido pelas Direcções Regionais de Lisboa e Setúbal do PCP, com a participação de autarcas, técnicos e artistas e de, nomeadamente, Emília Sousa, presidente da CM de Almada, Daniel Branco, presidente da Junta Metropolitana de Lisboa e da CM de Vila Franca de Xira e Luís Sá, da Comissão Política do PCP. No Convento dos Capuchos, Caparica, sexta-feira, dia 16. No final, jantar-convívio no restaurante "Dia a Dia", nas Casas Velhas (Via Rápida).

«Volta Saloia» - jornada de convívio promovida pela Organização do Feijó: no domingo (inscrições pelos tels. 2590820 e 2501934)

CASCAIS

Encontro de militantes do PCP da freguesia de Alcabideche, sob o lema: "Com a CDU Alcabideche será melhor": sábado às 15.00, no Salão do Montepio, com a participação do camarada Romeu do Rosário.

Plenário de Reformados de S. Domingos de Rana: quarta-feira às 15.30, com a participação do camarada Romeu do Rosário.

ENTRONCAMENTO

Encontro Distrital de Santarém da CDU sobre as próximas eleições autárquicas: sábado, das 15.00 às 19.00, no Centro Cultural do Entroncamento, com a participação do camarada Agostinho Lopes.

GONDOMAR

S. Pedro da Cova - Reunião da CDU: na Casa da Malta, sexta-feira às 21.30.

S. Cosme - Reunião da CDU: no CT local do PCP, sexta-feira às 21.30.

Valbom - Reunião da CDU: no CT local do PCP, sexta-feira às 21.30.

Fânzeres - Reunião da CDU: no CT local do PCP, sábado às 21.30.

LISBOA

A situação na Jugoslávia e nos Balcãs - debate com a participação do camarada Carlos Aboim Inglez. No CT Vitória, hoje às 19.00.

II Jornadas de Reflexão e Debate sobre Lisboa - sábado, a partir do Centro de Trabalho Vitória (às 9.30), visita de autocarro a vários locais da cidade; na Junta de Freguesia de Alcântara, com início às 15.00, debate: objectivos programáticos para o mandato 94/97, listas para a CML e AML. Intervenções finais da ID, Os Verdes e PCP. Participa o camarada Luís Sá.

Encontro-Convívio da CDU com candidatos e apoiantes no Páteo Alfacinha, com a presença do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas - segunda-feira a partir das 19.00.

Reunião com candidatos à Assembleia de Freguesia de Alcântara, promovida pela Comissão de Freguesia do PCP - CT de Alcântara, sexta-feira às 21.00.

Plenário da célula da Gulbenkian - hoje, quinta-feira, às 18.00, no CT da Av. António Serpa.

Reunião do OD do Sector Centro Norte de Empresas de Lisboa - sexta-feira às 19.30 no CT da Av. Duque de Loulé.

Convívio de solidariedade com o povo angolanês



Iano promovido pela JCP - no CT de Benfica, sábado às 21.30.

Reunião da Direcção da Zona Oriental da Cidade de Lisboa - terça-feira às 21.30 no CT Vitória.

Assembleia da Organização dos Professores da ORL (continuação) - quarta-feira às 21.00 no CT Vitória.

LOURES

2ª Assembleia da Organização do PCP da Freguesia de Loures: domingo, a partir das 15.00, no Refeitório Municipal, com a participação dos camaradas António Andrez e Ernesto Diniz. Convívio no final.

Santo António dos Cavaleiros - Visita da CDU à freguesia: sábado a partir das 9.30, com a participação de eleitos e activistas da freguesia e de Francisco Pereira, vereador na CM de Loures. Almoço-convívio na sede da Associação de Moradores.

Moscavide - Reunião de militantes. Hoje, quinta-feira, às 21.30, na Casa da Cultura.

Sacavém - Visita da CDU à Quinta dos Mochos e a colectividades da freguesia, com a participação do vereador Paulo Piteira. Sábado.

S. João da Talha - Visita da CDU a Vale Figueira, sábado; debate com a população às 15.00.

Camarate - Sábado: visita da CDU ao Bairro Santiago; encontro com a população às 12.00. Visita da CDU à zona de Fetais; encontro com a população às 17.00 na Esc. Primária do Bairro Lorena.

Catujal - Visita da CDU, com a participação de Herberto Goulart. No sábado.

Apelação - Visita da CDU à freguesia. No domingo.

MONTIJO

Forum CDU sobre «Desenvolvimento e Futuro do Montijo». Sábado, das 15.00 às 19.00, no Salão Nobre da Câmara Municipal do Montijo, com a participação de eleitos, técnicos municipais, agentes económicos e sociais. quadros. O camarada Octávio Teixeira intervém no encerramento.

OEIRAS

Plenário da Organização de Linda-a-Velha sobre as eleições autárquicas: sexta-feira às 21.00, no Centro de Trabalho de Algés.

Plenário da Organização de Queijas: sábado às 15.00 no Centro de Trabalho de Queijas.

PORTALEGRE

Reunião de Quadros sobre as eleições autárquicas 1993, promovida pela Direcção da Organização Regional do PCP, com a participação do camarada José Soelro: sábado no CT de Portalegre.

PORTO

Encontro-debate de Trabalhadores Têxteis e do Vestuário sobre a crise no sector, com a participação do camarada Carlos Carvalhas: Domingo, das 10.30 às 17.00, na Junta de Freguesia do Bonfim.

SANTANA DA SERRA

Almoço-convívio da CDU, com a participação do camarada António João e de José Filipe, presidente da CM de Ourique e candidato da CDU ao cargo nas próximas eleições. Domingo, às 13.00, no Monte Castelo Ventoso.

SEIXAL

Almoço-convívio de apresentação dos candidatos pela CDU à presidência da Câmara, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia do concelho do Seixal: domingo às 13.00, no restaurante "Quinta do

A SITUAÇÃO DOS TÊXTEIS É MUITO GRAVE

ENCONTRO-DEBATE de Trabalhadores Têxteis e do Vestuário

com a participação do Secretário Geral do PCP,

CARLOS CARVALHAS

PORTO

Domingo, 18 de Abril, das 10h30 às 17h00
Junta de Freguesia do Bonfim

Vamos debater

- A crise no Sector Têxtil e Vestuário
- A intervenção e acção dos trabalhadores
- Que fazer? Que respostas? Que soluções?

Abril / 93

A Coordenadora Nacional do PCP
para a Indústria Têxtil e do Vestuário

Encontro da CDU da Freguesia de Alverca do Ribatejo, com apresentação do candidato à presidência da Junta de Freguesia. Sábado, às 15.00, no salão da Biblioteca Municipal em Alverca, com a participação de um representante do Partido "Os Verdes" e do camarada Carlos Brito.

Encontro da CDU da Freguesia de S. João dos Montes, com apresentação do candi-

dato à presidência da Junta de Freguesia. Domingo, às 15.00, na sala da Associação dos Reformados, em A-dos-Loucos, com a participação do camarada Vítor Dias.

VILA NOVA DE GAIA

Encontro sobre o Sector do Calçado de Vila Nova de Gaia - sábado às 15.00 na Junta de Freguesia de Oliveira do Douro.

VILA REAL

Encontro Distrital de Quadros do PCP sobre as eleições autárquicas e a situação política e social: sábado, com início às 15.00, no Centro Cultural Regional de Vila Real. Participa o camarada Carlos Carvalhas, que fará uma intervenção cerca das 17.00.

No final do Encontro realiza-se um jantar de confraternização em que estará também presente o Secretário-Geral do PCP.



Almoço promovido pelas Juntas de Freguesia de Alcântara, Ajuda, Prazeres, S. Condestável e Campolide e pelas estruturas populares e colectividades da zona
Sábado, às 13h, na Junta de Freguesia de Alcântara
(inscrições nas Juntas de Freguesia)



Iniciativas promovidas por organizações do PCP:

- Convívio comemorativo promovido pelo Organismo de Direcção do Sector Público da ORL
Música Popular Portuguesa • Apontamentos de bailado espanhol
• Beberete • Intervenção de António Abreu
Quinta-feira, 22 Abril - 19h - CT Vitória

- Jantar promovido pelo Sector de Serviços de Lisboa
Sexta-feira, 23 de Abril - 20h - CT Duque de Loulé

- Jantar promovido pelo Sector Centro Norte de Empresas de Lisboa
Sábado, 24 de Abril - 19h - CT Duque de Loulé

- Almoço promovido pelas organizações das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. Sebastião da Pedreira, S. João de Deus, S. João de Brito
Sábado, 24 de Abril - 13h - Feira Popular de Lisboa

CT de Benfica

Até ao fim de Abril, exposição de jornais, revistas e cartazes publicados de 25 de Abril de 74 a 25 de Abril de 75

Agenda Televisão

Jessica Fletcher e Sherlock Holmes, dois dos actuais detectives da TV



Se os espectadores escolherem bem, Vicente Amigo estará em «Últimas Notas» sexta-feira no Canal 2



Katharine Hepburn - 60 anos de trabalho no cinema, no «Artes e Letras» de 2ª-feira no Canal 2

Sábado, 15

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 As Diabruras do Pimentinho
- 11.30 Notas para Si
- 12.50 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.55 Perícia e Glória
- 14.25 Ponto por Ponto
- 14.55 O Monarca Vermelho (ver «Filmes na TV»)
- 15.00 A Vida Começa Amanhã (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Grande Noite
- 22.40 Ah, Allô
- 23.10 O Anel do Escorpião
- 00.05 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 11.30 La Fiorentine
- 12.30 Os Roberts
- 13.00 Luas de Mel
- 13.35 Agora, Escolha!
- 14.55 Uma Questão de Consciência
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Nascimento para Falar
- 17.15 Chá das 5
- 18.15 Carrusel
- 19.10 Os Trintões
- 20.10 Basquetebol (Campeonato Europeu)
- 21.55 Barriga de Aluguer
- 22.50 TV2 Jornal
- 23.20 Remate
- 23.30 Sexualidades
- 00.20 O Verão Indiano (ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.05 Os Gladiadores Americanos
- 18.00 Praça Pública
- 18.30 Sic Notícias
- 18.40 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 20.50 Placard Electrónico
- 21.30 Repórter da Meia-Noite
- 22.20 Última Corrente
- 23.20 Internacional SIC
- 23.55 Último Jornal
- 00.15 MTV

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.05 Já Tocou!
- 20.30 Uma Aventura nos Alpes
- 21.00 Cresce e Aparece
- 22.25 Informação - «Referend»
- 23.20 Desporto Nacional
- 23.50 Informação
- 00.05 Meteorologia

Sábado, 16

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Pole Position
- 11.30 Agora é que São Elas
- 11.50 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Faces da Cultura
- 14.25 Ponto por Ponto
- 14.55 O Monarca Vermelho (ver «Filmes na TV»)
- 16.35 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Marina, Marina
- 22.15 Olha Quem Fala (ver «Filmes na TV»)
- 24.00 24 Horas
- 00.50 O Quarto Protocolo (ver «Filmes na TV»)
- 02.50 Anjos Caídos (ver «Filmes na TV»)

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.00 Walter e Emily
- 12.30 Os Roberts
- 13.00 Luas de Mel
- 13.25 Agora Escolha
- 14.50 Uma Questão de Consciência
- 15.25 Euroritmias
- 16.35 Oitavas Animal
- 17.25 Chá das Cinco
- 18.30 Carrusel
- 19.15 Rotações
- 20.05 Uma Questão de Palavras
- 20.30 Sinais do Tempo
- 21.25 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 O Grande Houdini (ver «Filmes na TV»)
- 00.50 Últimas Notas

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.05 Os Gladiadores Americanos
- 18.00 Praça Pública
- 18.30 Sic Notícias
- 18.40 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 20.50 Placard Electrónico
- 21.30 Os Três Dias do Condor (ver «Filmes na TV»)
- 23.45 Último Jornal
- 00.05 Playboy
- 00.55 Boxe
- 01.15 MTV

- 16.30 Série Infantil
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Já Tocou!
- 20.30 Uma Aventura nos Alpes
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.30 As Coisas Mudam (ver «Filmes na TV»)
- 23.20 Desporto Motorizado
- 23.45 Ponto Final
- 24.00 Meteorologia

Sábado, 17

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
- 12.10 Luta Livre Americana
- 13.05 Parlamento
- 13.40 Mercado Único
- 13.50 Clube Disney
- 15.15 Fúria de Vencer (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Chefe, Mas Pouco
- 17.30 Feira da Música
- 18.00 Arca de Noé
- 18.50 O Herói Relâmpago
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 20.40 Felicidade
- 22.30 Parabéns
- 00.05 Sessão Dupla I (três filmes em alternativa - ver «Filmes na TV»)
- 01.40 Sessão Dupla II - «Onda de Terror» (ver «Filmes na TV»)

- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 11.40 A Grande Husão (ver «Filmes na TV»)
- 13.30 Sherlock Holmes
- 14.30 Pé Grande e os Amigos
- 15.05 Filhos da Estrela de Alva
- 16.00 TV2 Desporto
- 23.00 No Cumprimos do Dever
- 23.55 O Homem Verde
- 00.50 Popoff
- 01.15 Contradições

- 12.00 Quadrilha Selvagem
- 12.30 Aventuras dos T-Rex
- 13.00 Stingray, o Super Submarino
- 13.30 Batman
- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 As Mais Belas Máquinas
- 14.30 Portugal Radical
- 15.00 Cannonball, a Grande Competição (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Justiça Negra
- 18.00 Magazine Espectáculos
- 18.30 Selvagens e Perigosos
- 19.00 Passo a Passo
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.00 Deseja-me Sorte
- 21.00 Paixões Secretas
- 21.30 Crimes
- 22.00 Água na Boca
- 22.55 Último Jornal
- 23.15 Telemme: «Nome de Código, Bailarina»

- 10.00 Infantil
- 10.30 Documentário
- 11.00 Terras da Europa
- 12.00 Contra-Ataque
- 13.00 Informação
- 13.10 Lágrimas (compacto)
- 17.35 Colégio Interno
- 18.35 Agatha Christie
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Zorba, o Grego (ver «Filmes na TV»)
- 22.30 Cozido à Portuguesa
- 23.30 Fado, Fadinho
- 24.00 Parada de Estrelas (ver «Filmes na TV»)
- 02.00 Meteorologia

Sábado, 18

- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Programa Juvenil
- 10.30 70 x 7
- 12.45 Programa Infantil e Juvenil
- 13.00 Notícias
- 13.05 Os Melhores Anos
- 13.35 Top +
- 14.25 Olha que Dois
- 15.20 Beverly Hills 90210
- 16.20 Hotel Internacional (ver «Filmes na TV»)
- 18.10 Sons do Sol
- 19.05 Preço Certo
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.40 Felicidade
- 22.20 Casa Cheia
- 23.00 O Rapto do Achille Lauro (ver «Filmes na TV»)
- 00.30 Conversa Afãda

- 08.00 Os Persuasores
- 09.00 Regatas
- 10.00 Atletismo - Maratona de Londres
- 13.00 Forum Musical
- 13.50 Realce
- 14.10 Os Novos Invasores
- 15.00 TV2 Desporto
- 23.15 Yoo As Cegas
- 00.10 Sombras sobre Moscovo

- 12.00 Livro da Selva
- 12.30 Regatas
- 13.00 Regatas de Lago
- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 A Saga da Fórmula Um
- 14.00 Um Planeta Uma Família
- 15.00 Um Amor Infinito (ver «Filmes na TV»)
- 17.30 National Geographic
- 18.30 Encontros Imediatos
- 19.00 Benny Hill
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.00 Cosby Show
- 20.30 Valentina
- 21.00 Julio Iglesias
- 21.30 Deixem Correr o Sangue
- 22.00 Fórmula Indy
- 00.05 Último Jornal

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
- 11.00 Animação
- 11.30 Actualidade Religiosa
- 12.15 Missa
- 13.15 Rica Saúde
- 14.00 Telhados de Vidro (compacto)
- 16.00 Uma Poltrona para Três (ver «Filmes na TV»)
- 18.00 Heights - A História de um Conjunto
- 19.00 Janelas Virtuais
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 Futebol (Final da Taça da Liga Inglesa)
- 21.35 O Preço da Justiça
- 23.10 Meteorologia

Sábado, 19

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Mike e Angelo
- 11.30 Agora é que São Elas!
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 Vida Selvagem
- 14.25 Ponto por Ponto
- 14.55 Com Jeito Vai... Campista (ver «Filmes na TV»)
- 16.25 Rua Sésamo
- 16.55 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.25 A Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Cupido Electrónico
- 22.10 Entre Famílias
- 23.20 A Guerra Privada de Lucinda Smith
- 00.20 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.05 Eletro Novatos
- 12.30 Os Roberts
- 13.00 Mal de Família
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.50 Uma Questão de Consciência
- 15.30 Euroritmias
- 16.25 Terra de Fogo e Amigos
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrusel
- 18.35 Os Trintões
- 19.50 Magazine Ecologia
- 20.20 As Asas da Tragédia
- 21.25 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.15 Bunker Hotel (ver «Filmes na TV»)
- 00.50 Outras Músicas

- 16.30 Sic Notícias
- 16.40 Gente Fina
- 17.20 Gladiadores Americanos
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 A Viúva do Enforcado (repetição - 1º episódio)
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 20.50 Placard Electrónico
- 21.30 48 Horas - II (ver «Filmes na TV»)
- 23.15 Tostões e Milhões
- 23.50 Último Jornal
- 00.10 MTV

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Já Tocou!
- 20.30 Uma Aventura nos Alpes
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.30 Cartas de Amor
- 22.35 Mancuso
- 23.20 Frontal
- 00.25 Informação
- 00.45 Meteorologia

Sábado, 20

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Lola e os Amigos
- 11.30 Notas para Si
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 O Mundo da Ciência
- 14.25 Ponto por Ponto
- 14.55 Doutor... Cuidado com Elas (ver «Filmes na TV»)
- 16.25 Rua Sésamo
- 16.55 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.25 A Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Isto Só Vídeo
- 22.15 Você Decide
- 23.10 Marcha do Tempo
- 00.25 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 11.00 Infantil
- 11.30 La Fiorentine
- 12.30 Os Roberts
- 13.00 Mal de Família
- 13.35 Agora, Escolha!
- 14.50 Uma Questão de Consciência
- 15.20 Euroritmias
- 16.25 Para Além do Ano 2000
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrusel
- 18.35 Os Trintões
- 19.50 Magazine Ecologia
- 20.20 As Asas da Tragédia
- 21.25 Barriga de Aluguer
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.15 Bunker Hotel (ver «Filmes na TV»)
- 00.50 Outras Músicas

- 16.30 Sic Notícias
- 16.40 Gente Fina
- 17.20 Gladiadores Americanos
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 A Viúva do Enforcado
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.30 Falas Tu ou Falo Eu
- 22.30 Terça à Noite
- 23.30 Jogar em Casa
- 24.00 Último Jornal
- 00.20 Campeonato Nacional de Surf
- 00.35 MTV

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Já Tocou!
- 20.30 Uma Aventura nos Alpes
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.30 Cartas de Amor
- 22.35 Mancuso
- 23.20 Frontal
- 00.25 Informação
- 00.45 Meteorologia

Sábado, 21

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Inspector Engenhocas
- 11.30 Isto é Magia
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Entre Guerras
- 14.20 Ponto por Ponto
- 15.15 A Condessa de Monte Cristo (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Rua Sésamo
- 16.55 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Vamos Jogar no Totobola
- 21.55 Ligações Sujas (ver «Filmes na TV»)
- 23.55 Gato Europeu
- 00.55 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.05 O Império de Brittas
- 12.30 Os Roberts
- 13.00 Mal de Família
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 Roc
- 15.30 Euroritmias
- 16.25 Safaris
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.10 Carrusel
- 18.35 TV Artes
- 20.00 Futebol - Porto/Gotemburgo
- 20.10 As Aventuras da Liberdade
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.25 Barriga de Aluguer
- 00.15 Tauromaquia

- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Gente Fina
- 17.20 Os Gladiadores Americanos
- 18.00 Sic Notícias
- 18.30 A Viúva do Enforcado
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.30 Príncipe de Bel Air
- 22.00 Sexo Forte
- 22.50 Phoenix
- 23.45 Último Jornal
- 00.05 MTV

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Já Tocou!
- 20.30 Uma Aventura nos Alpes
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.30 Intriga Internacional (ver «Filmes na TV»)
- 00.05 Desporto Motorizado
- 00.30 Ponto Final
- 00.45 Meteorologia

Filmes na TV

QUINTA, 15

A Vida Começa Amanhã

«Made for Each Other» (EUA/1938). Real.: John Cromwell. Int.: Carole Lombard, James Stewart, Charles Coburn. P/B, 86 min. **Ver Destaque.** (15.00, Canal 1)

O Verão Indiano

«Heat and Dust» (Gr.Br./1982). Real.: James Ivory. Int.: Christopher Cazenove, Greta Scacchi, Julie Christie, Shashi Kapoor, Julian Glover, Susan Fleetwood, Patrick Godfrey, Madhur Jaffrey, Nicholas Grace. Cor, 125 min. **Ver Destaque.** (00.20, TV 2)

SEXTA, 16

O Monarca Vermelho

«Red Monarch» (Gr.Br./1983). Real.: Jack Gold. Int.: Colin Blakely, David Suchet, Carrol Baker, Ian Hogg, Nigel Stock. Cor, 100 min. **Sátira.** (14.55, Canal 1)

Entre o Amor e a Morte

«A Walk With Love and Death» (EUA/1969). Real.: John Huston. Int.: Angelica Huston, Assaf Dayan, Anthony Corlan, John Hallam. **Ver Destaque.** (22.00, Quatro)

Os Três Dias do Condor

«Three Days of the Condor» (EUA/1975). Real.: Sidney Pollack. Int.: Robert Redford, Faye Dunaway, Cliff Robertson, Max von Sydow. Cor, 113 min. **Ver Destaque.** (21.30, SIC)

Olha Quem Fala

«Look Who's Talking» (EUA/1989). Real.: Amy Heckerling. Int.: John Travolta, Kirstie Alley, Olympia Dukakis, George Segal. Cor, 106 min. **Ver Destaque.** (22.15, Canal 1)

O Grande Houdini

«The Great Houdini» (EUA/1976). Real.: Melville Shavelson. Int.: Paul Michael Glaser, Sally Struthers, Ruth Gordon, Vivian Vance. Cor, 98 min. **Telefilme.** (23.10, TV 2)

O Quarto Protocolo

«The Fourth Protocol» (Gr.Br./1987). Real.: John Mackenzie. Int.: Michael Caine, Pierce Brosnan, Ned Beatty, Joanna Cassidy. Cor, 116 min. **Ver Destaque.** (00.50, Canal 1)

Anjos Caídos

«Fall From Grace» (EUA/1990). Real.: Karen Arthur. Int.: Bernadette Peters, Kevin Spacey, Richard Herd, John McLiam. Cor, 110 min. **Telefilme.** (02.50, Canal 1)

SÁBADO, 17

A Grande Ilusão

«La Grande Illusion» (Fr./1937). Real.: Jean Renoir. Int.: Jean Gabin, Eric von Stroheim, Pierre Fresnay, Jacques Becker. P/B, 108 min. **Ver Destaque.** (11.40, TV 2)

Cannonball,

A Grande Competição

«Cannonball» (EUA/1976). Real.: Paul Bartel. Int.: David Carradine, Veronica Hamel, Robert Carradine. Cor, 90 min. **Ver Destaque.** (15.00, SIC)

Fúria de Vencer

«The Jericho Mile» (EUA/1979). Real.: Michael Mann. Int.: Peter Strauss, Richard Lawson, Roger E. Mosley, Brian Dennehy. Cor, 100 min. **Telefilme dramático.** (15.15, Canal 1)

Zorba, o Grego

«Zorba, The Greek» (EUA/1964). Real.: Michael Cacoyannis. Int.: Anthony Quinn, Alan Bates, Irene Papas, Lila Redrova. Cor, 135 min. **Ver Destaque.** (20.05, Quatro)

Nome de Código:

Ballarina

«Code Name: Dancer» (EUA/1987). Real.: Buzz Kulik. Int.: Kate Capshaw, Jeroen Krabbe. Cor, 100 min. **Telefilme.** (23.15, SIC)

Parada de Estrelas

«There's No Business Like Show Business» (EUA/1954). Real.: Walter Lang. Int.: Marilyn Monroe, Donald O'Connor, Ethel Merman, Dan Dailey, Johnny Ray, Litzl Gaynor. Cor, 117 min. **Ver Destaque.** (00.00, Quatro)

Cem Mil Volts de Terror

(EUA/1989). Real.: Wes Craven. **Horror.** (Alternativa I); (Alternativa II, não indicada pela RTP); **O Coração da Meia-Noite** (EUA/1988). Real.: Matthew Chapman. **Thriller.** (Alternativa III). (00.05, Canal 1)

Onda de Calor

«Heatwave» (Austrália/1981). Real.: Phillip Noyce. Int.: Judy Davis, Richard Moir, Chris Haywood, Bill Hunter. Cor, 89 min. **Thriller.** (01.45, Canal 1)

DOMINGO, 18

Um Amor Infinito

«Endless Love» (EUA/1981). Real.: Franco Zeffirelli. Int.: Brooke Shields, Martin Hewitt, Shirley Knight, Tom Cruise. **Ver Destaque.** (15.00, SIC)

Uma Poltrona

Para Três

«Three On a Couch» (EUA/1966). Real.: Jerry Lewis. Int.: Jerry Lewis, Janet Leigh, Leslie Parrish, Gila Golan. Cor, 109 min. **Ver Destaque.** (16.00, Quatro)

Hotel Internacional

«V.I.P.'s» (Gr.Br./1963). Real.: Anthony Asquith. Int.: Elizabeth Taylor, Richard Burton, Louis Jourdan, Elsa Martinelli. Cor, 113 min. **Ver Destaque.** (16.15, Canal 1)

SEGUNDA, 19

Com Jeito Vai...

Campista!

«Carry On Camping» (Gr.Br./1969). Real.: Gerald Thomas. Int.: Sidney James, Kenneth Williams, Joan Sims, Charles Hawtrey. Cor, 85 min. **Comédia.** (14.55, Canal 1)

Um Grito

Sem Resposta

«When No One Would Listen» (EUA). Real.: Armand Mastroianni. Int.: Michele Lee, James Farentino. Cor, 96 min. **Drama.** (21.30, Quatro)

48 Horas - II

«Another 48 Hours» (EUA/1990). Real.: Walter Hill. Int.: Eddie Murphy, Nick Nolte, Brion James. Cor, 92 min. **Ver Destaque.** (21.30, SIC)

Encontro

no Fim-de-Semana

«Un Week-End Sur Deux» (Fr./1989). Real.: Nicole Garcia. Int.: Nathalie Baye, Joachim Serreau, Félice Pasotti, Miki Manojlovic. Cor, 115 min. **Ver Destaque.** (00.10, TV 2)

TERÇA, 20

Doutor...

Cuidado Com Elas

«Doctor in Trouble» (Gr.Br./1970). Real.: Leslie Phillips. Int.: Harry Secombe, Angela Scoular, Irene Handl, Simon Dee. Cor, 87 min. **Comédia.** (14.55, Canal 1)

Bunker Hotel

«Bunker Palace Hotel» (Fr./1989). Real.: Enki Bilal. Int.: Jean-Louis Trintignant, Carole Bouquet, Maria Schneider, Roger Dumas. Cor, 91 min. **Ver Destaque.** (23.15, TV 2)

QUARTA, 21

A Condessa

de Monte Cristo

«Countess of Monte Cristo» (EUA/1949). Real.: Frederick de Cordova. Int.: Sonja Henie, Olga San Juan, Michael Kirby. P/B, 73 min. **Comédia romântica.** (15.15, Canal 1)

Intriga Internacional

«North By Northwest» (EUA/1959). Real.: Alfred Hitchcock. Int.: Cary Grant, Eva Marie Saint, James Mason, Jessie Royce Landis, Leo G. Carroll, Martin Landau. Cor, 136 min. **Ver Destaque.** (21.30, Quatro)

Ligações Sujas

«Internal Affairs» (EUA/1990). Real.: Mike Figgis. Int.: Richard Gere, Andy Garcia, Nancy Travis, Laurie Metcalf. Cor, 120 min. **Ver Destaque.** (21.55, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

— Por isto e por aquilo... —

A Vida Começa Amanhã (Quinta, 15.00, Canal 1)

Dos filmes realizados por Hollywood tendo como ambiente a época da Depressão, este carregadíssimo *melodrama* é um dos que ficaram a perdurar como marco de um «género». Brilhantemente interpretado por James Stewart e Carole Lombard, o filme conta a história de um jovem casal, desde os tempos mais leves e sorridentes do namoro até aos dramas económicos que atingem a felicidade recém-adquirida após o casamento, para chegar à tragédia da doença previsivelmente fatal que atinge o filho acabado de nascer. Mas, antes de tudo acabar afinal em bem, munam-se os mais sensíveis de vários pacotinhos de lenços...

O Verão Indiano (Quinta, 00.20, TV 2)

Com o rigor da encenação e dos enquadramentos e o académico «saber fazer», quase britânico, a que nos habituou, o realizador norte-americano James Ivory ergue mais uma vez uma história em que os «mistérios» da Índia, dos idos tempos coloniais e dos tempos presentes da independência, lhe dão um inegável fulgor. A intriga, desta vez, é dupla e debruça-se sobre caminhos semelhantes e paralelos: os percorridos por uma jovem jornalista inglesa da BBC que vai a Santipur para investigar os do passado de uma sua tia que fora renegada pela comunidade britânica após se ter apaixonado por um dignitário local, acabando aquela por - de forma fortemente simbólica - viver uma experiência em tudo idêntica à da sua tia. Contrastes, também, entre dois mundos e duas culturas, em dois tempos filmados de formas diferentes - com a Índia contemporânea a ser investigada quase em forma de documentário.

Entre o Amor e a Morte (Sexta, 22.00, Quatro)

Sendo um dos filmes menos divulgados de John Huston, *Entre o Amor e a Morte* revela-se como um dos mais interessantes que o grande realizador levou a cabo. A acção desenrola-se durante a Guerra dos Cem Anos, entre a França e a Inglaterra, quando um jovem estudante, Heron de Foix, abandona

Paris para alcançar a liberdade, conhecendo a paixão por Claudia Dammartin e acabando por morrer envolvido numa onda de violência. Um filme que é uma forte e lírica alegoria à paixão entre dois jovens, que o ódio e a guerra, bem como os confrontos entre opressores e oprimidos, poderosamente evocados por Huston, acabam por separar.

Os Três Dias do Condor

(Sexta, 21.30, SIC)

Filme de intenso *suspense* que se tornou num enorme êxito de bilheteira, esta obra de Sidney Pollack debruça-se sobre a investigação que é protagonizada por um escritor falhado que se dedicava a trabalhar para a CIA como decifrador e recriador de imaginários «esquemas de espionagem» nos romances do género que lê, como tarefa, e acaba dramaticamente envolvido numa história real de assassinatos políticos no seio da própria organização. Robert Redford é o excelente intérprete desta figura apagada de funcionário oportunista que progressivamente vai invadindo o filme e tomando consciência da sinistra trama que descobre e, depois, denuncia ao *New York Times*, como forma de sobreviver à liquidação física. Um filme eficaz e bem urdido, algo à maneira de Hitchcock, mas sem naturalmente atingir o costumado e elevado plano deste.

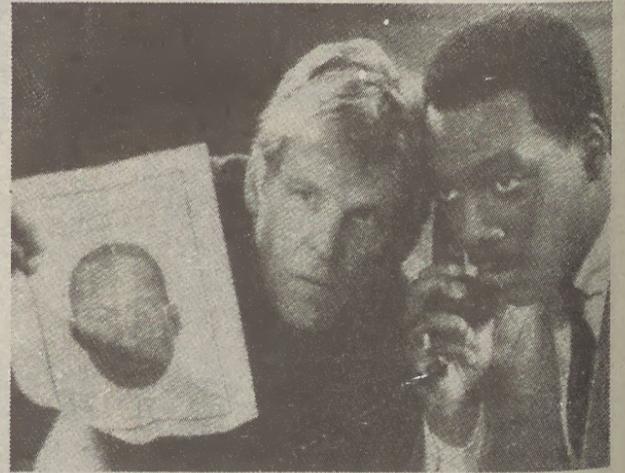
Olha Quem Fala

(Sexta, 22.15, Canal 1)

Há quem tenha achado muita piada a esta comédia de grande sucesso, em que o «achado» fundamental reside no facto de haver pelo meio um bebé que fala e comenta a vida dos adultos! A voz é de Bruce Willis, mas isso não basta para que, de tempos a tempos, consigamos mais do que apenas sorrir. O que já não é mau, nos dias que correm...

O Quarto Protocolo (Sexta, 00.50, Canal 1)

Seguindo-se à *Caça ao Outubro Vermelho*, de há duas semanas, e antecedendo *Intriga Internacional*, que também reaparece daqui a dias, este é mais um filme que tem como pano-para-mangas a tão explorada «guerra fria». Aqui, Michael Caine é um espião britânico que tem a missão de investigar e fazer abortar um tenebroso plano da URSS para envenenar, no seio da NATO, as relações entre os EUA e a Inglaterra. Cinema industrial e previsível, nos seus objectivos e nos seus resultados.



Nick Nolte e Eddie Murphy, na seqüela de «48 Horas»

A Grande Ilusão (Sábado, 11.40, TV 2)

Certamente um dos grandes filmes da semana, *A Grande Ilusão* é uma reflexão pessoal de Jean Renoir sobre a guerra e a sua influência nos homens, independentemente (do ponto de vista do realizador) da classe ou da nacionalidade a que pertencem os que ombream ou se confrontam no campo de batalha. E isso é patente na composição das próprias personagens que Renoir escolhe para heróis da história fulcral que ele situa durante a I Grande Guerra: um aristocrata, um operário e um banqueiro judeu, franceses, que preparam a fuga de um campo de prisioneiros na Alemanha, e, depois, se vêem confrontados com os seus opositores alemães durante a sua transferência para uma fortaleza do inimigo ou, mesmo, com os seus iguais do campo oposto, quando dois deles, sobreviventes, são ajudados na fuga para a Suíça. Uma obra-prima em que, para além do génio cinematográfico e da postura pacifista e humanista do realizador, brilham um punhado de intérpretes de luxo: Jean Gabin, Eric von Stroheim ou Pierre Fresnay. Indispensável.



Uma seqüência de antologia em «Intriga Internacional», de Alfred Hitchcock

Cannonball, A Grande Competição

(Sábado, 15.00, SIC)

As referências apontam a este filme a «originalidade» de ter constituído um ponto de partida para uma série de filmes baseados nas mais ou menos disparatadas odisséias das corridas ao longo do continente norte-americano. Mas, também, uma desastrosa acumulação de «lugares-comuns» da comédia e da aventura, que a presença episódica de «figurões» como Stallone, Corman, Scorsese e Dante não disfarça.

Zorba, o Grego (Sábado, 20.05, Quatro)

É mais uma reposição de um grande êxito do cinema americano, com argumento baseado no romance de Nikos Kazantzakis, e que nos conta a história das relações entre um grego e um inglês que vem até à Grécia para tomar posse de umas minas que recebera como herança. Uma grande e adequadamente «exótica» interpretação de Anthony Quinn que, apesar de tudo, lhe não valeu um oscar, ao contrário do que aconteceu com Lila Kedro-

va, excepcional actriz secundária, ou com os responsáveis pelos cenários e decoração. A música, que ficou anos e anos não ouvido, é de Mikis Theodorakis.

Parada de Estrelas

(Sábado, 00.00, Quatro)
Para outros três Oscars da Academia foi nomeado este filme de **Walter Lang**, com uma história centrada à volta de uma família de artistas de variedades. Algo longo na sua versão final (cujo formato em *Cinemascope* se arrisca a ser mais uma vez atraído pelos cortes do *pan & scan*, habituais na *Quatro*), é um filme destinado a passar o tempo, com boa música de **Irving Berlin** e excelentes atuações de **Ethel Merman**, **Marilyn Monroe**, **Dan Dailey** e **Donald O'Connor**.



Alan Bates e Anthony Quinn, em «Zorba, o Grego».

Um Amor Infinito

(Domingo, 15.00, SIC)
As «páginas da especialidade» fartaram-se recentemente de louvar a feliz ausência do inefável **Franco Zeffirelli** no agora encerrado «período pascal»... Mas a *SIC* vingava-se agora e presenteia-nos com um melodrama do «polivalente» italiano, na própria promoção da estação desportivamente apresentado como... «um dos piores da história do cinema!» Masoquismo ou sadismo?

Uma Poltrona Para Três (Domingo, 16.00, Quatro)

Sátira absurda sobre uma psiquiatra e o desdobraimento de personalidade (e de personagens), esta comédia de **Jerry Lewis** é uma das menos interessantes por si realizadas - e que apenas aqui se destaca, precisamente, para avisar os admiradores do talento e do génio do grande cómico americano que acaso não tenham visto o filme.

Hotel Internacional (Domingo, 16.15, Canal 1)

Apresentado à hora em que supostamente os comuns-mortais estão espedaçados perante o televisor, este é dos tais filmes que é feito sobretudo para que os «feios, porcos e maus» se revejam na vidinha fácil dos «belos, limpos e bons». Gente fina, com maiores ou menores problemas, evolui no sofisticado ambiente de um grande hotel do aeroporto de Londres. Uma parilha de célebres actores e atrizes, de que se destacam **Margaret Rutherford** e **Maggie Smith**, são o que fica a valer nesta inutilidade posta em cinema.

48 Horas - II (Segunda, 21.30, SIC)

Trata-se da continuação de um primeiro filme - *48 Horas* - protagonizado pela dupla **Nick Nolte-Eddie Murphy** nas personagens do polícia heterodoxo e do prisioneiro de riso ao canto da boca e das suas mais ou menos disparatadas aventuras. No entanto, falta a este segundo filme de **Walter Hill** sobre o mesmo tema a espontaneidade e o humor imprivisível de que o primeiro se podia gabar.

Bunker Hotel (Terça, 23.15, TV 2)

Extremamente enfadonho para uns e delirantemente aplaudido por outros, este filme (que julgamos desconhecido entre nós) dividiu a crítica cinematográfica aquando da sua estreia. Trata-se de uma parábola sobre a aparente agonia de um regime totalitário que pretende sobreviver à guerra civil que se desenrola no exterior de um enorme e profundo bunker transformado em hotel, onde se recolhem, para reorientar estratégias, os derradeiros dignitários do regime, e por entre os quais se esgueira uma *resistente* que procura seguir os seus movimentos e decisões. Uma «ficção política» imaginada por um realizador que vem da «banda desenhada». A confirmar.

Intriga Internacional (Quarta, 21.30, Quatro)

Não se procure qualquer lógica na história deste filme de espionagem inventado por **Hitchcock** com a sua habitual mestria e talento para a encenação do inesperado e do *suspense*. Acontece, mesmo, que a própria atmosfera de comédia vem naturalmente tornar ainda mais claro que o mestre apenas pretende, mais uma vez, gozar connosco e fazer-nos entreter. E a mesma coisa se diga da personagem principal, um vulgar cidadão (a que **Cary Grant** dá corpo) «entalado» no meio da rivalidade entre dois espíões e dois campos, que o tomam por «agente duplo». Tudo contado numa série de sequências cinematográficas de antologia, como a da fuga do pretensão «agente» perante o voo rasante de um avião ou a da perseguição por entre as figuras históricas americanas esculpidas no Monte Rushmore. E adivinhem onde, desta vez, o próprio **Hitchcock** faz a sua aparição? A não perder.

Ligações Sujas (Quarta, 21.55, Canal 1)

Parece ultimamente não abundarem, pelo *Canal 1*, as melhores escolhas para as «Lotações Esgotadas», preenchidas, ainda não há muito tempo (coisas anteriores à concorrência...), por filmes que apetecia ver, mesmo na televisão. O filme escolhido para esta quarta-feira é, apenas, mais um *policial* sem especiais recomendações, cuja trama mais uma vez gira em torno da corrupção na polícia. Um filme que se dá ao luxo de desaproveitar algumas excelentes ideias, mas que tem em **Richard Gere** e **Andy Garcia** dois adequados intérpretes.

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Drácula de Bram Stoker	★★★★	★★★★	★★★★
B Imperdoável	★★★★	-	★★★★
C Maridos e Mulheres	★★★★★	★★★★★	★★★★★
D Perfume de Mulher	★★	-	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. Francis Ford Coppola - Alfa/4 (13.45, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/9 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) - Lisboa.
- B - Real. Clint Eastwood - Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); King Triplex/1 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45) - Lisboa.
- C - Real. Woody Allen - Quarteto/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45, 24.00) - Lisboa.
- D - Real. Martin Brest - Alfa/3 (14.00, 17.30, 21.00, 00.20); Amoreiras/1 (14.00, 16.45, 21.30, 00.20); Mundial/1 (14.00, 16.45, 21.30); Quarteto/3 (15.00, 18.30, 22.00); S. Jorge/3 (15.00, 18.00, 21.00) - Lisboa.

Teatro

AUDITÓRIO NACIONAL CARLOS ALBERTO

Porto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O COMISSÁRIO DE POLÍCIA**, de Gerónimo Lobato, encenação de Júlio Cardoso.

CASA CONVENIENTE

Lisboa, R. dos Remolares, 48 (ao Cais do Sodré). De 4ª a dom. às 21.30. **MENINA JÚLIA**, de Augusto Strindberg, encenação de Fátima Ribeiro.

CHAPITÔ

Lisboa, Costa do Castelo. Tel. 878225. De 5ª e 6ª às 22.00, sáb. às 18.00 e 22.00. **TETÉ, SONHO, ILUSÃO & CIA**, texto e encenação de Fernando Gomes.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A ÓPERA DE 3 VINTÉNS**, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Roriz, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores e músicos convidados.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **PRIMAVERA NEGRA**, textos de Raul Brandão, adaptação de Eduarda Dionísio, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO DO CALVÁRIO

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. Tel. 3639974. **O SOLDADINHO DE CHUMBO**, adaptação do conto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL - Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO DA MALAPOSTA

Loures, Rua de Angola - Olival Basto. Tel. 9373299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **DESCENDENTES DE KENNEDY**, de Robert Patrick, encenação de Rui Mendes, pelo Teatro da Malaposta.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Monte Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **ALTA VIGILÂNCIA**, de Jean Genet, encenação de Carlos Avilez.

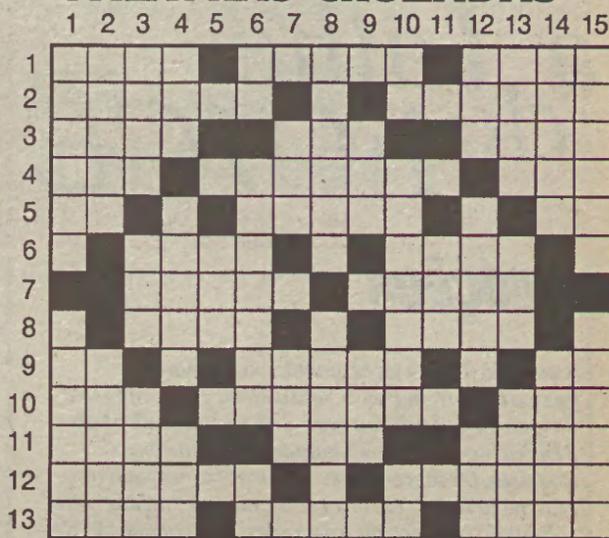
TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, Rua António Maria Cardoso. Sáb. e dom. às 12.00. **AQUELA NUVEM E OUTRAS**, de Eugénio de Andrade, encenação de Mário Viegas.

TEATRO NACIONAL S. JOÃO

Porto, Praça da Batalha. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Feria.

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais: 1 - Migalha; instrumento para atirar setas (pl.); rezar. 2 - Amuralhar; carácter. 3 - Comida para aves; governanta; magistrado romano. 4 - Letra grega; cidade da Gália situada no local hoje ocupado pelo centro de Paris; pega. 5 - Entrega; atar; Astato (s.q.). 6 - Homem que nega a existência de Deus; pedaço de pão. 7 - Invólucro acessório da semente de alguns frutos; espilhar. 8 - Flor da roseira; creme. 9 - Eles; marca; caminhe. 10 - De modo errado; governara a embarcação; gritos de dor. 11 - Ave pernalta; acolá; vazia. 12 - Dor violenta no cólon ou em qualquer parte da cavidade abdominal; parte anterior e superior do casaco, voltada para fora. 13 - Discursam em público; unha forte e curva; lavar.

Verticais: 1 - (António de Sousa de ...), político e escritor português, foi desembargador dos agravos da Casa da Suplicação, conselheiro da Fazenda e juiz das justificações do Reino; ridículo. 2 - Cópia; paladar. 3 - Vasilha grande; rio suíço; espécie de tecido antigo, fabricado em Lille. 4 - Circulo; cruel; anuência. 5 - Aqui está. 6 - Clima; uivava; Prata (s.q.). 7 - Amarra; fúria. 8 - Início; ter anelação. 9 - Mau cheiro; tomba. 10 - Nota musical; igualar; acolá. 11 - Rochedo. 12 - Composição poética; variedade de quartzo; capa sem mangas. 13 - Peça circular destinada a mover-se; pedra de altar; nome de árvore. 14 - Aplana; instrumento musical de cordas. 15 - Descrição; transpor.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

Horizontais: 1 - Minoria; atletas. 2 - In; ri. 3 - Cá; açor; dado; ar. 4 - Ovo; upa. 5 - Doca; aluno; feno. 6 - Orada; ara; penas. 7 - Mach; pare. 8 - Praga; uno; sirga. 9 - Aura; isola; raiz. 10 - Ida; ola. 11 - Tu; crer; rumo; ab. 12 - II; Ga. 13 - Serosas; barrote.

Verticais: 1 - Macedo; partes. 2 - Or; ru. 3 - Nó; acamara; Er. 4 - Ádaga. 5 - Riço; aca; íris. 6 - Inova; ideia. 7 - Rola; usar. 8 - Urano. 9 - Duna; olor. 10 - Trapo; aluga. 11 - Lida; pás; amar. 12 - Ferir. 13 - Ti; venerar. 14 - Na; gi. 15 - Serros; azebre.

XADREZ

CDVI - 15 de Abril de 1993

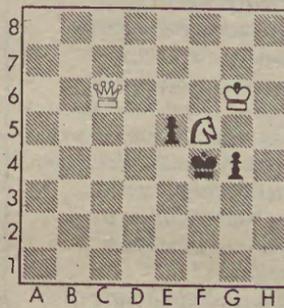
PROPOSIÇÃO

N.º 1993X029

Por: L. H. JOKISCH

Nashville American, 1888

Pr: [3]: Ps. é 5, g4-Rf4
Br: [3]: Cf5-Dç6-g6



Mate em 3 lances

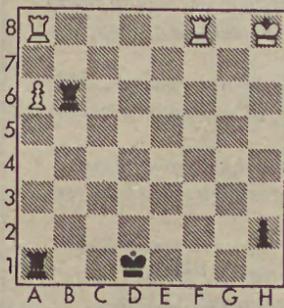
PROPOSIÇÃO

N.º 1993X030

Por: V. KALANDADZIE

Schakhmaty Sahs, 1972

Pr: [4]: Ph2 - Ts.a1, b6 - Rd1
Br: [4]: Pa6 - Ta8, Ff8 - Rh8



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDVI

N.º 1993X029 [L. H. J.]: 1. DA8, é4; 2. Da3, Rç5; 3. Dd6++

Se: 2., é3; 3. D: é3++

2., g3; 3. D: g3++

Se: 1., g3; 2. Dg2; é4; 3. D: g3++

N.º 1993X030 [V.K.]: 1. Tf1+, Rç2; 2. Ta1, Tb1; 3. Ta2+, Tb2; 4. Tç8+, Rb; 5. Ta1+, Ra1; 6. Tç1+, Tb1; 7. Th1; 8. a7 e Br. ganham.

A. de M. M.

DAMAS

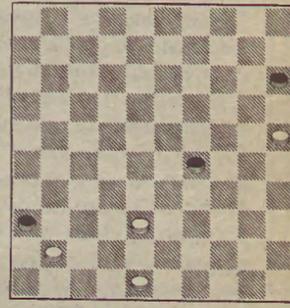
CDVI - 15 de Abril de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993D029

Por: MARIUS FABRE - França

1001 Miniaturen, Londres, 1983

Pr: [3]: 15-23-36
Br: [4]: 25-38-41-48



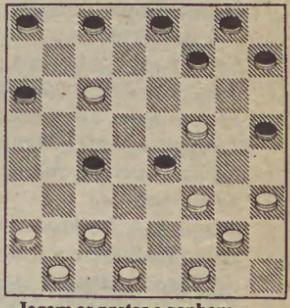
Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D030

GOLPE N.º 1493

Por: DR. ORLANDO AUGUSTO LOPES - 1952

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 1-5, 27-22; 4. 14-19, 22-15; 5. 12-19, 20-15; 6. 11-20; 24-15; 7. 10-13, 18-14; 8. 13-18, 21-17; 9. 6-10, 28-24; 10. 19-23 DIAGRAMA



Jogam as pretas e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDVI

N.º 1993D029 [M.F.]: 1. 38-33, (29X38*); 2. 41-37++

1., (36X47-D); 2. 33X24 e 3. 48-38/37+

N.º 1993D030 [DR. O. A. L.]: 10., 15-11; 11. 10-19, 31-28; 12. 7-14, 25-21; 13. 18-25, 26-22; 14. 19-26, 28-1=D+

A. de M. M.

Tempo

Confirma-se o ditado: em Abril, águas mil.



a talhe de FOICE

Emoções

A emoção ficou à vista quando, no domingo passado, o jovem Paulo Sousa envergou a camisola do guarda-redes Neno para defender as balizas do Benfica, nos últimos 15 minutos do jogo com o Boavista. Os ingredientes da simpatia estavam de repente lá todos: ele era jovem, ele era "médio", ele, sobretudo, não era guarda-redes. A preocupação da sua cara simpática, franzida entre os postes numa tensão que o realizador da RTP 2 agilmente registou, tornaram o improvisado guardião no merecido herói da noite, ainda por cima confirmado pela prestação de, pelo menos, duas brilhantes defesas.

Mas o jovem Paulo Sousa até podia falhar, que a compreensão nacional o não desampararia. É da condição humana multiplicar afectividades quando confrontada, em público, com a fragilidade alheia, desde que qualificadamente identificada. As campanhas de solidariedade afirmam-se tão maiores e produtivas quanto mais fundo explorem, através de coreografias adequadas, esse humano pendor para a fraternidade.

E é aqui que bate o ponto - o aproveitamento mediático das emoções e os critérios, jamais inocentes, que o decidem.

Evidentemente que o desenvolvimento jornalístico da aventura de Paulo Sousa não merece reparos - foi ajustado a um episódio desportivo emocionante e simpático - tal como os não merecem tantos e tantos outros que convocam a opinião pública para a solidariedade ou a atenção. Se quisermos um exemplo extremado, e já com as cores do drama, temos o recente caso do espancamento de Rodney King por polícias de Los Angeles, nos EUA, cujo desenvolvimento noticioso despertou a indignação norte-americana e impôs um novo julgamento aos agressores.

Reparos merecem outras campanhas, que abusam ou escamoteiam os factos, enquanto manipulam as consciências.

Todos nos lembramos do alarido que por aí foi quando se iniciou a derrocada dos regimes socialistas no Leste Europeu. Acometida por súbita honestidade, a Imprensa burguesa, também dita democrática, atirou-se então aos despojos com unhas e dentes e começou a desenterrar duns inesgotáveis "arquivos do KGB" toda a sorte de "financiamentos", "apoios" e "ajudas" que teriam sido enviados pela União Soviética, ao longo de anos, aos diversos Partidos Comunistas europeus. Apostando a fundo na indignação colectiva, a campanha não desarmou quando descobriu que, feitas as contas, os tais "dinheiros vermelhos" não davam para mandar cantar um cego, quanto mais os Partidos Comunistas da Europa Ocidental. Pelo que foi substituindo os tais "financiamentos" que ninguém viu por comparações honestíssimas e fundamentadas, no género, "se os outros eram maus, estes não são de ser melhores".

Entretanto começou a estalar o escândalo entre as classes dirigentes da Europa Ocidental, em proporções jamais registadas.

Em Itália, a Democracia Cristã está um dia destes inteirinha atrás das grades e o Partido Socialista para lá caminha.

Na Alemanha e na Inglaterra os partidos conservadores no poder já não sabem como não-de sacudir a lama com que se andam a salpicar.

Em França, o Partido Socialista quase que se sumiu, eleitoralmente, debaixo dum aluvião de corrupções e incompetências.

Em Espanha, o quadro é semelhante, com o Partido Socialista à beira do colapso, atolado num pântano de acusações e denúncias.

Todavia, apesar de tanta e tão objectiva matéria, nenhuma campanha ainda se ergueu sob a bandeira da honestidade.

Ninguém se lembrou, sequer, de associar o PS aos seus afundados correligionários, o PSD aos seus enlameados amigos, o agora louvado CDS à corrupta Democracia Cristã.

Ver gerações inteiras de políticos a serem enfiadas na cadeia ou partidos de maioria absoluta a afundarem-se em escândalos, parece assim menos emocionante que as voltas de uns rublos que ninguém viu.

Valha-nos as defesas do Paulo Sousa: essas, pelo menos, não consentiram senão emoções honestas.

■ HC

PCP denuncia Aumento da criminalidade é maior do que o Governo diz

O Grupo de Estudos do PCP para as questões de Administração Interna tomou posição sobre os números avançados pelo Governo acerca do aumento de criminalidade no ano de 1992 evidenciando a contradição entre os oito por cento agora anunciados e outros dados como os da Procuradoria Geral da República que apontam para um aumento de cerca de 20 por cento. O texto do comunicado divulgado na segunda-feira é o seguinte:

O Ministério da Administração Interna (MAI) tornou público o Relatório de Segurança Interna relativo ao ano de 1992.

Num primeiro comentário, constata-se que o MAI é obrigado a reconhecer um aumento de criminalidade de 8%, já de si bastante grave, mas que está muito longe da realidade do brutal acréscimo dos índices de criminalidade que se regista na sociedade portuguesa.

A percentagem apontada pelo MAI não é concluída a partir de qualquer cálculo devidamente aferido, é apenas

o aumento de ocorrências registadas pela PSP que, no nosso entender, não traduz a realidade. Porque o número de queixas da população tem vindo a baixar relativamente, como resultado da dificuldades das Forças de Segurança em lhe dar o andamento e a resposta necessários...

Aliás, um inquérito promovido pelo Provedor de Justiça em Maio de 1992, concluiu que 78% dos crimes na área da Grande Lisboa não são participados às autoridades.

Por outro lado, da leitura sistemática dos números do

Relatório de Segurança Interna fornecidos pelas Forças de Segurança conclui-se que a grande maioria dos índices de criminalidade avançada registam aumentos muito superiores a 8%.

Por exemplo, a GNR registou mais 24,8% de assaltos à mão armada, mais 16% de capturas, mais 33% de processos por tráfico de droga. A PSP registou mais 43% de assaltos com arma; mais 51% de apreensões de heroína; mais 39% de furtos e roubos; mais 11% de inquéritos de natureza criminal. A Polícia Judiciária registou menos 9,8% de homicídios, mas mais 16,1% de processos por tráfico de droga; mais 24,5% de roubos com violência; mais 125,9% de assaltos a bancos; mais 56,2% dos restantes assaltos, etc. Estes números, a nosso ver, comprovam ser

muito mais realista a conclusão atribuída à Procuradoria Geral da República e divulgada em 23 de Março, que situa o acréscimo da criminalidade, no ano de 1992, na casa dos 20%.

Assim, o PCP considera de enorme gravidade os aumentos da criminalidade registados e atribui a respectiva responsabilidade à política económica e social do Governo, geradora de instabilidade, marginalidade e injustiça crescentes.

Por outro lado, o PCP considera que a política prosseguida pelo MAI, procurando a redução de gastos com a segurança das populações e o reforço de actividades e instrumentos repressivos, contribui para o agravamento da situação de insegurança que afecta cada vez mais a sociedade portuguesa.

Apelo internacional para a paz na ex-Jugoslávia

Um apelo internacional pela paz na Jugoslávia está a circular internacionalmente depois do anúncio dos nomes dos primeiros signatários ter sido feito no final do ano passado. Entre esses nomes encontram-se destacadas personalidades de diversos quadrantes políticos da Alemanha, Bélgica, França, Itália, Suíça e ex-Checoslováquia. Portugal surge igualmente representado com as assinaturas de António Arnaut, António Ramos Rosa, Francisco Costa Gomes, José Saramago, Manuel Carvalho da Silva, Óscar Lopes, Rui Osório e Zilda Carvalho. O texto do apelo é o seguinte:

Como não ficar perturbado e revoltado com a loucura de uma guerra que arrasta populações que viveram juntas a dilacerarem-se, que leva certos belicistas a cometerem crimes sem nome e que nada pode justificar? Temos que fazer tudo para que cessem esta guerra e estes horrores.

Negociações estão em curso. São sem dúvida difíceis. As propostas apresentadas suscitam críticas. Mas o facto de se terem iniciado com um largo apoio internacional são uma oportunidade para parar os combates e um ponto de partida para reconstruir a paz.

Tudo deve ser feito para aproveitar esta oportunidade, pois ao mesmo tempo continuam a ser exercidas pressões a favor de uma intervenção militar estrangeira. Estão a ser estudados planos neste sentido pelos Estados Unidos e a NATO. Os que preconizam a colocação da Bósnia-Herzegovina sob o protectorado da ONU sabem que isso implicaria a deslocação de importantes forças militares para impor tal situação a todas as partes.

De toda a parte erguem-se vozes autorizadas para dizer que toda a intervenção militar estrangeira exacerbaria os ódios, intensificaria os combates e alastraria o conflito a outras partes da ex-Jugoslávia. As consequências seria incalculáveis para todos os povos da região.

Não se pode pôr fim à guerra com a guerra. Por isso, apelamos a toda a opinião pública para fazer pressão no sentido de uma solução pacífica e para apoiar todos aqueles que, em toda a ex-Jugoslávia, não aceitam a engrenagem da guerra.

A história dirá que parte de responsabilidade tiveram as grandes potências europeias na origem deste drama que as populações da ex-Jugoslávia estão a viver e que hoje põe em perigo a segurança de todos os povos da Europa.

Grande é a responsabilidade dos nossos povos, com todos os da ex-Jugoslávia, na construção de uma Europa pacífica e solidária. Tal como soubemos fazê-lo para afastar o confronto nuclear no coração da Europa, saibamos tomar esta responsabilidade enquanto ainda é tempo.

Entre os signatários encontram-se deputados europeus e nacionais, padres, religiosos, activistas da paz, professores universitários, activistas, sindicalistas, actores, escultores, escritores, encenadores, cientistas, etc.

Direito à greve desde que não se faça

«A Gerência teve conhecimento que V. Sa. participou na greve, convocada pelo Sindicato dos Metalúrgicos». Assim começa uma carta enviada no passado dia 24 aos trabalhadores da multinacional Groz-Beckert que participaram na greve de dia 19 e agora divulgada pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia e Metalomecânica, que decretou a paralisação. A missiva prossegue: «a greve constitui um direito irrenunciável dos trabalhadores, segundo os termos da Constituição, e a Empresa de maneira alguma se opõe a esse direito». Até aqui, tudo bem, o «mas» vem depois:

«No entanto, entendemos que pessoas como V. Sa., que junto com outros 32 colegas decide ir para a greve contra uma Empresa como a nossa, deve ter uma razão, deve estar descontente com o trabalho, com as condições, com a remuneração,

com as regalias que esta Empresa oferece».

A missiva endurece o tom com a afirmação: «neste caso, e pensando poder eventualmente encontrar melhores condições noutro lado, deverá V. Sa. simplesmente deixar esta Empresa».

E a concluir: «se a situação difícil de crise continuar no nosso sector, preferíamos que os colaboradores descontentes como V. Sa. se despedissem da nossa Empresa para não termos eventualmente que mandar embora pessoas que gostam de trabalhar aqui e as quais nós gostaríamos de conservar como colaboradores».

O sindicato dos Metalúrgicos anunciou já que «irá tomar as medidas adequadas a esta situação, até às últimas consequências, de forma a que situações como esta não sirvam de exemplo a outras cabeças com deformação democrática».